

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA – PPGS

WELDJA MARQUES DA SILVA LIMA

**Do conflito à *re-volta*: O deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas**

MACEIÓ

2020

WELDJA MARQUES DA SILVA LIMA

**Do conflito à *re-volta*: O deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis.

MACEIÓ

2020

**Catálogo na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

L732d Lima, Weldja Marques da Silva.  
Do conflito à re-volta : o deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas / Weldja Marques da Silva Lima. – 2020.  
158 f. : il. color.

Orientador: Wendell Ficher Teixeira Assis.  
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Maceió, 2020.

Bibliografia: f. 153-158.

1. Camponeses - Alagoas. 2. Migração de retorno. 3. Identidade social. 4. Movimentos sociais. 5. Trabalhadores rurais. 6. Campesinato. I. Título.

CDU: 316.48(813.5)



**Ata n° 04** da Sessão da Defesa Pública Remota de Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas.

Em **vinte e cinco de maio de dois mil e vinte**, às quatorze horas, através da conexão webconferência, constituiu-se de forma remota a banca examinadora da dissertação de mestrado da aluna **Weldja Marques da Silva Lima**, intitulada: **DO CONFLITO À RE-VOLTA: O DESLOCAMENTO CAMPO-CIDADE-CAMPO ENTRE CAMPONESES EM ALAGOAS**. Vinculada à linha de pesquisa “Conflito, poder e meio ambiente”. A cerimônia de defesa pública, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre em Sociologia teve banca examinadora remota através da conexão webconferência composta por: **Prof. Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis (PPGS/UFAL) orientador e presidente da banca, examinadora externa Prof.ª Dr.ª Claudia Mura (PPGAS/UFAL) e como examinadora interna Prof.ª Dr.ª Beatriz Medeiros de Melo (PPGS/UFAL)**.

Procedeu-se a arguição por meio de tecnologia a distância via webconferência, finda a qual os membros da banca emitiram parecer eletrônico, onde foi lido e decidido por unanimidade pela:

**Aprovação ( X ); Aprovação com reformulações ( ) ; Reprovação ( ) .**

Comentários e Reformulações Indicados pela Banca Examinadora:

---

---

---

Para constar, lavrou-se a presente ata que vai assinada digitalmente pelos membros da Banca Examinadora que participaram via webconferência, juntamente com os pareceres eletrônicos e por mim, Edna da Silva Gomes, Assistente em Administração do PPGS.

Maceió, 25 de maio de 2020.

Assinaturas

1.

2.

Justified

3.

Justified

4.

---

5.

---

A todo e a toda *sem terra* que segue em fileira  
lutando por um mundo com menos desigualdade  
no campo e na cidade.

## AGRADECIMENTOS

Todo o trabalho, seja qual for seu tamanho e propósito contou com ajuda indireta ou direta de algumas pessoas. Sempre reconhecendo os indivíduos que foram e que são importantes na minha trajetória de vida, arrisco aqui – tentando não esquecer de ninguém – em revelar aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a concretização desta pesquisa.

Agradeço inicialmente ao professor Wendell, fundamental na minha formação desde os primeiros passos na Iniciação Científica em 2014. Por sua paciência e confiança depositada, e, sobretudo, por todo o conhecimento compartilhado que não se restringiu às salas de aulas ou às orientações em trabalhos acadêmicos. Obrigada!

Um agradecimento especial e de muita gratidão a todos *sem terras* acampados e assentados em Alagoas que colaboraram para execução deste trabalho, muito obrigada! A eles minha admiração e minha parceria na luta pela terra.

Gostaria de agradecer também à minha família. Aos meus pais, Maria e Claudio e aos meus irmãos, Weslane e Wesley, toda a minha gratidão e amor pelo apoio e torcida irrestrita em toda a minha vida. Sem dúvida são eles meus maiores incentivadores. Muito obrigada!

Ao meu companheiro Adson, um agradecimento especial. O único que soube aguentar minhas crises de ansiedade derivadas deste trabalho e de todas as angústias da vida que temos compartilhado. Por também colaborar na elaboração da pesquisa, com sua ajuda em desenhos de croquis e mapas, deslocamento até o campo e leituras do texto. E, sobretudo, por todo o respeito, carinho, amor e cuidado que temos construído. Com você, as dores têm sido mais fáceis de serem suportadas. Querido, muito obrigada!

Não poderia deixar de fora os amigos, pessoas que amo e que compartilho as mais diferentes experiências em minha vida. Agradeço em nome deles, o Wemerson. Laço afetivo que fiz ao longo da graduação e que hoje representa uma inspiração e parceria que pretendo levar sempre. Ao amigo fiel, pela disposição de, por vezes longe, parar um tempo e propor conversas que muito me aliviaram e deram pistas de condução para o trabalho. Amigo, muito obrigada!

A professora Beatriz pelas contribuições desde a qualificação deste trabalho. A professora Claudia, pelo carinho de sempre, e por todo o conhecimento partilhado desde a graduação. Obrigada!

Ao CNPq, pela bolsa concedida.

“Desde que saí de casa,  
Trouxe a viagem da volta gravada na minha mão,  
Enterrada no umbigo, dentro e fora assim comigo,  
Minha própria condição”.

**Todo dia é dia D.** (Torquato Neto)



## RESUMO

Alagoas, nas últimas décadas, tem sido cenário do crescimento de conflitos agrários resultantes da luta pela posse e uso da terra empreendida por famílias camponesas ligadas a movimentos sociais rurais. Este trabalho procura analisar o processo de ressignificação da condição camponesa associado aos deslocamentos *campo-cidade-campo* protagonizados por atores sociais que lutam pela conquista de direitos na luta pela terra. Para tanto, mobilizamos dados produzidos em trabalho de campo entre 2016 e 2019 com camponeses que tenham vivenciado este trânsito, e que atualmente vivem em acampamentos e assentamentos em áreas rurais. A partir da compreensão das motivações dos deslocamentos, foi possível concluir que os conflitos vivenciados nessa mobilidade aparecem como catalisadores da mobilização coletiva e política, resultando no que chamaremos de uma *re-volta* para o campo, na medida em que experimentam um giro epistêmico e moral, que os habilitam a se reconhecerem como indivíduos detentores de uma *identidade sem terra*.

**Palavras-chave:** Deslocamento; Campo; Cidade; *Re-volta*; Identidade *Sem terra*; *Campesinato*.

## ABSTRACT

Alagoas has been in the last decades scenario of the growth of agrarian conflicts resulting from the fight for possession and use of land undertaken by peasant families linked to rural social movements. This work seeks to analyze the process of redefinition of the peasant condition associated with the countryside-city-countryside displacements started by social actors who fight for the conquest of rights in the fight for land. To this purpose, we mobilized search data produced in fieldwork between 2016 and 2019 with peasants who have experienced this transit, and who currently live in camps and settlements in rural areas. From the understanding of motivations of the displacements, it was possible to conclude that the experienced conflicts appears as catalysts of collective and political mobilization, resulting in what we will call as a *re-turn* to field, insofar as they experience an epistemic and moral gyre, which enable them to recognize themselves as individuals with a landless identity.

**Keywords:** Displacement; Countryside; City; *Re-turn*; *Landless* Identity; Peasantry.

## **LISTAS DE SIGLAS E ABREVIACÕES**

AL: Alagoas

CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONCLAT: Conselho Nacional dos Trabalhadores Rurais

CPT: Comissão Pastoral da Terra

CUT: Central Única dos Trabalhadores

FUNRURAL: Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITERAL: Instituto de Terras de Alagoas

LCP: Liga dos Camponeses Pobres

MG: Minas Gerais

MLST: Movimento de Libertação dos Sem terra

MTL: Movimento por Trabalho e Liberdade

MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra

PE: Pernambuco

PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PRONERA: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

UFAL: Universidade Federal de Alagoas

## **LISTAS DE MAPAS E GRÁFICOS**

Gráfico 01: População rural e urbana em Alagoas nas últimas 8 décadas – p. 28

Gráfico 02: Aumento da população urbana na capital e região metropolitana – p. 42

Gráfico 03: Queda da população rural dos municípios: Joaquim Gomes, Murici, Branquinha, Junqueiro e Atalaia – p. 43

Mapa 01: Deslocamentos da camponesa Benta em Alagoas – p. 71

Mapa 02: deslocamentos da camponesa Odete – p. 83

Mapa 03: Deslocamentos do camponês Zé Carlos – p. 93

Mapa 04: Deslocamentos do camponês Marcelo – p. 102



## LISTAS DE CROQUIS, RECORTES DE JORNAIS E IMAGENS

Croqui 01: Acampamento São José – p. 112

Croqui 02: Acampamento Eldorado dos Carajás – p. 121

Recorte de jornal 01: A estimativa de alagoanos não naturais das cidades que se recensearam – p. 29

Recorte de Jornal 02: Deslocamento do campo para cidade em Alagoas na década de 70 atinge 150 mil indivíduos – p. 30

Recorte de jornal 03: violência com posseiros – p. 36

Recortes de Jornal 04 e 05: trabalho escravo entre trabalhadores rurais – p. 41

Recorte de jornal 06: Os “turistas da miséria” no bairro Feitosa – p. 50

Recorte de jornal 07: A expropriação do campo e as consequências na cidade de Maceió – p. 53

Recorte de Jornal 08: Moradoras da cidade de Iona – p. 53

Recorte de jornal 09: condições de miséria em que viviam “flagelados” em Maceió – p. 54

Recorte de jornal 10: Mulheres e crianças depois de expulsão da fazenda – p. 55

Recorte de jornal 11: Governo de Alagoas sinaliza tentativa de criação de cidade para retirantes do campo – p. 56

Figura 01: ocupação demográfica do território de Maceió – p. 49

Foto: 02: Dona Benta: Uma *sem terra* quilombola – p. 63

Foto 03: Odete – p. 72

Foto 03: Zé Carlos – p. 84

Foto 04: Plenária nova concluída – p. 109

Foto 05: Acampamento São José – p. 133

Foto 06: Plenária Fidel Castro no acampamento Eldorado dos Carajás – p. 117

Foto 07: Espaço interno da plenária Fidel Castro – p.118

Foto 08: Bandeira do MST – p. 129

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	16
Os caminhos até a pesquisa e as primeiras observações em campo .....	16
Introduzindo o objeto de estudo.....	19
Pressupostos teórico-metodológicos.....	20
Os capítulos.....	27
<b>CAPÍTULO 1. CAMPONESES EM TRÂNSITO: OS PROCESSOS QUE DESENCARDEIAM OS DESLOCAMENTOS DAS DÉCADAS 1980 E 1990 EM ALAGOAS</b> .....	29
1.1 Camponeses em Alagoas: um histórico de mobilidade social e espacial .....	29
1.2 Entre engenhos, fazendas e usinas: do sistema de morada à ida para a cidade .....	34
1.3 Uma urbanização tardia: desenvolvimento histórico e dinâmicas sociais da urbanização no processo dos deslocamentos campo-cidade em Alagoas .....	50
1.4 “ <i>Morar na rua é mesmo que a pessoa entrar numa força</i> ”: os conflitos nas experiências adquiridas por expropriados da terra.....	54
<b>CAPÍTULO 2. ENTRE O CAMPO E A CIDADE: TRAJETÓRIAS DE VIDA E DINÂMICAS DOS ESPAÇOS PERCORRIDOS</b> .....	64
2.1 Dona Benta: Uma sem terra quilombola.....	67
2.2 Da palha da cana ao cultivo em três hectares de terra: a trajetória da <i>Sem Terra</i> Odete .....	76
2.3 “Onde eu planto, planto com a fé de colher”: a trajetória de Zé Carlos .....	89
2.4 “Tudo surge da terra, ela representa a vida”: a trajetória de Marcelo.....	99
<b>CAPÍTULO 3. A CONVERSA COM A BANDEIRA: OS PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO COMPONESA PARA UMA RE-VOLTA NO CAMPO</b> .....	109
3.1 “Voltei para roça”: espaços de luta por terra em Alagoas .....	111
3.1.1 O acampamento São José .....	112
3.1.2 O acampamento Eldorado dos Carajás .....	121
3.1.3. As reuniões .....	128
3.2 “A conversa com a bandeira”: sociabilidade e formação política .....	135

3.2.1 “Voltar para a minha terra”: A territorialização da luta pela terra.....	145
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	151
<b>REFERÊNCIAS:</b> .....	154



## INTRODUÇÃO

### Os caminhos até a pesquisa e as primeiras observações em campo

O trabalho que apresentaremos a seguir originou-se em 2014, a partir da pesquisa nomeada “Os viventes das Alagoas: luta por terra e por território num contexto de políticas de redistribuição de renda”, coordenada pelo professor Dr. Wendell Ficher Teixeira Assis. Com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), o projeto foi desenvolvido por dois anos na condição de Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), durante a graduação em Ciências Sociais, onde se objetivou compreender a origem e os desdobramentos dos conflitos por terra e por território em Alagoas. Estes conflitos são oriundos das diferentes formas de uso e apropriação dos espaços, a depender dos significados que os atores em luta lhes atribuem.

No transcurso da iniciação científica, percebi através de relatos vindos de alguns *sem terra*<sup>1</sup> um processo de deslocamento campo-cidade-campo<sup>2</sup> em suas trajetórias de vida. Indivíduos nascidos e socializados no campo, por determinadas situações, não encontraram condições de permanência no meio rural, não alcançando outra saída senão a de se deslocarem para a cidade. Em algum momento, no entanto, acabam vivenciando a volta para o campo. Um retorno que tem como um de seus principais determinantes a imersão em movimentos sociais rurais<sup>3</sup>.

Na existência de diversas mobilidades que se relacionam com elementos econômicos, sociais, culturais, políticos e afetivos, é preciso que sinalizemos o tipo ao qual estamos nos referindo. Os sujeitos interlocutores desta pesquisa passaram pela experiência da expropriação. Categoria analítica, que busca explicar a dispersão de sujeitos do campo para as cidades, geralmente almejando melhores condições de vida no meio urbano. Considerando os porquês do deslocamento para as cidades na trajetória desses sujeitos, verificamos se tratar de um êxodo rural involuntário. A expulsão do campo nestes casos se deu a partir da confluência de diversos fatores: a) da mecanização do trabalho rural; b) da crise nacional no setor

---

<sup>1</sup> No decorrer deste trabalho utilizarei essa grafia, buscando dar conta através da linguagem, do caráter político da palavra sem terra. Isso, pois os interlocutores nesta condição, integrantes de movimentos sociais rurais se referem a si desta maneira.

<sup>2</sup>A noção “deslocamento campo-cidade-campo” consiste em uma representação mental e linguística do fenômeno identificado.

<sup>3</sup>Desse modo, surgiram novas questões para a pesquisa do PIBIC, assim como para o trabalho final da graduação em Ciências Sociais. Esses questionamentos reorientaram o problema do presente trabalho.

sucroalcooleiro nas décadas de 1980 e 1990 junto à fase de estagnação de investimentos com o Proálcool<sup>4</sup> e c) do processo de redução do sistema de morada<sup>5</sup> nas áreas rurais do estado.

A partir da imersão no campo de pesquisa, encontramos uma variedade de relações que poderiam ser aqui problematizadas. Nos primeiros trabalhos desenvolvidos (levantamento bibliográfico e análise de dados secundários) surgiu o interesse em estudar a violência no campo, tendo em vista que Alagoas foi e tem sido palco de conflitos no meio agrário. Na análise de treze cadernos (cada um correspondente a um ano) da coleção “Conflitos no Campo Brasil”, da Comissão Pastoral da Terra – (CPT) - fizemos um levantamento dos números relacionados à violência no meio rural alagoano. Os dados compilados evidenciaram preocupantes números correspondentes à destruição de bens materiais e a assassinatos no campo. Iniciamos assim, os primeiros trabalhos relacionados aos conflitos agrários no campo alagoano.

Minha própria história familiar é atravessada pela violência no campo, que vitimiza trabalhadores em luta. Por isso, peço licença ao leitor para escrever em primeira pessoa, pensando ser importante narrar algumas experiências da minha vida que, sem dúvidas, possuem relevância na fenomenologia do objeto desta pesquisa (Weber, 1979). Sou neta de José Cicero de Lima<sup>6</sup>, um agricultor, servente e líder sindical, que chegou a ser presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Viçosa – AL. Nessa última posição, foi considerado por alguns militantes da causa como um pioneiro nordestino na década de 1970, lutando junto a outros companheiros da região de Viçosa na obtenção da educação rural, bem como para a construção de projetos e benefícios do FUNRURAL (aposentadoria). Participou do II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em Brasília (21 a 25 de maio de 1973), da primeira CONCLAT (1983), na fundação da CUT. Lutando contra a opressão vinda do coronelismo, em 1983 se candidatou a vereador da cidade, não obtendo resultado positivo.

---

<sup>4</sup>O Programa Nacional do Álcool ou *Proálcool* foi criado em 14 de novembro de 1975 pelo decreto n° 76.593, com o objetivo de estimular a produção do álcool, visando o atendimento das necessidades do mercado interno e externo e da política de combustíveis automotivos.

<sup>5</sup>O sistema de moradia aqui apresentado corresponde a casas que senhores de engenho e donos de usinas de álcool e açúcar cediam aos trabalhadores rurais para morarem junto de suas famílias. Habitações que percorriam a propriedade dos senhores de terras.

<sup>6</sup>Outono de 1950, a rede camponesa da zona da mata se proliferava na redondeza da cidade de Viçosa-AL. As famílias Lima, Ferreira e Silva, no ciclo do desenvolvimento agrário, se instalaram na fazenda Duas Barras, vivendo sob o sistema de moradia. Ganham a vida como trabalhadores da fazenda, mas plantavam na porção de terra que lhes era cedida. Buscando uma melhor condição de vida para a família, viajavam pela região vendendo o excedente do que plantavam. Meu avô paterno foi um trabalhador como muitos outros que amou o ofício desde cedo, levando para a cidade as faturas das lavouras nos caçuás dos animais, com o amigo Elói para a feira da cidade.

Em 1984 foi assassinado a tiros na sede do Sindicato. Não houve investigação, não houve julgamento ou sentenciados. Situação até hoje recorrente: lideranças sindicais, de movimentos sociais, militantes sendo assassinados sem que ocorra investigação dos crimes.

Toda a minha família, tanto de parte materna como paterna veio da roça. Vivenciaram o sistema de moradia na condição de trabalhadores de fazendeiros e usineiros, e mesmo instalados nas cidades mantiveram roças, a partir da qual complementavam seu sustento. Junto à minha família (pai, mãe e irmãos) morei em cinco estados do país em virtude do meu pai ter que se deslocar em busca de emprego em usinas<sup>7</sup>. Vivenciamos o sistema de moradia entre 2011 e 2013, em Pernambuco, em casas cedidas pelo gerente da usina em que meu pai trabalhava. Durante todo esse período fomos submetidos a votos de cabresto<sup>8</sup> e à violência simbólica quase que diariamente. Este trabalho, de certa forma, é também um esboço de autoanálise, uma vez que ilumina aspectos da minha trajetória de vida e de minha família.

No segundo ano de graduação surgiu uma oportunidade de estudar o universo agrário alagoano em suas variadas facetas. O histórico familiar contribuiu para a tentativa de entrada no projeto de pesquisa. Já como integrante, fui a campo no segundo semestre da pesquisa, e em uma dessas visitas decidi o direcionamento que iria dar para futuros trabalhos. Em uma primeira visita a dois acampamentos do MLST – Movimento de Libertação dos Sem Terra, em uma área rural de Murici, tive uma breve conversa informal com uma camponesa a respeito de sua trajetória de vida. Na ocasião a mulher relatou ter nascido e sido criada na roça, mas que por uma série de dificuldades vivenciadas não encontrou outra possibilidade, senão migrar para centros urbanos em busca de condições melhores de sobrevivência. A *sem terra* junto a um grupo de pessoas conseguiu comprar passagens na busca de emprego no Mato Grosso do Sul. Conhecidos tinham falado que existia uma usina naquele estado que estava contratando pessoas para o corte da cana<sup>9</sup>. Porém, existia um gênero definido pelo usineiro para esse trabalho, o masculino. Essa senhora foi a Mato Grosso e trabalhou no corte de cana dessa empresa vestida com trajes que ainda hoje são caracterizados como roupas para o gênero masculino. Como muitos ainda trabalham nesse serviço sem ter a carteira assinada, recebem apenas pela quantidade de cana-de-açúcar cortada, e trabalham praticamente só com os olhos de fora por conta da exposição ao sol, foi “fácil” não ser identificada.

---

<sup>7</sup>Meu pai é técnico agrícola, formado pela Escola Técnica de Satuba (AL).

<sup>8</sup>Modo como é popularmente conhecida as dinâmicas de violência e coação relacionadas ao manuseio de mercadorias políticas – a principal delas, o voto – em diversos espaços do Nordeste brasileiro.

<sup>9</sup> Há uma diversidade de estudos, inclusive sociológicos, sobre a migração de nordestinos para outras regiões do país. Muitos deles para serem empregados de usinas, trabalhando majoritariamente no corte de cana. A se destacar: SIGAUD (1979), LIMA (2014) e ALBURQUERQUE (2014).

A acampada em questão não conseguiu se sustentar fora de Alagoas, pois o dinheiro recebido pelo trabalho não era suficiente nem para o pagamento do aluguel. Ou seja, mudou o espaço de sociabilidade, mas o contexto de necessidades para sobrevivência continuou existindo. Retornando para Alagoas, foi informada sobre a possibilidade de voltar ao campo, como integrante de um movimento social que luta pela terra. Assim, consegue - sendo fiel às palavras que me foram ditas- “ter comida na mesa porque só cana não enche barriga de ninguém”.

Acredito que essa história de vida tenha despertado em mim o interesse na temática do deslocamento. A partir dessa experiência comecei a esquematizar problematizações que poderiam ser feitas sobre a relação entre o processo de mobilidade e a condição camponesa. Nas novas idas a campo encontramos dezenas de trajetórias parecidas, que tinham como ponto em comum o fenômeno do deslocamento campo-cidade-campo, com a particularidade de o retorno ser sempre intermediado por movimentos sociais. É sobre esse objeto que o presente trabalho se debruça: os processos de ressignificação da condição camponesa relacionados às dinâmicas da mobilidade campo-cidade-campo. Parte-se da ideia de que, no deslocamento, os conflitos vivenciados por esses atores sociais são mobilizadores para uma *re-volta* para o campo. Construindo assim, uma demarcação identitária, ressignificando o que é ser um camponês a partir do que estamos chamando de *identidade sem terra*.

### **Introduzindo o objeto de estudo**

O estado de Alagoas nas últimas décadas tem sido palco de conflitos fundiários que em sua maioria são empreendidos por indivíduos inseridos em movimentos sociais na busca pela democratização do uso e posse da terra. O campo de pesquisa sobre conflitos agrários em Alagoas é marcado pela ausência de estudos que se dediquem à compreensão dos distintos objetivos de tais lutas. A partir dessa lacuna realizamos trabalhos de campo<sup>10</sup> em acampamentos e assentamentos no estado, e percebemos um frequente trânsito entre campo e cidade nas histórias de vida de sujeitos já inseridos em movimentos de luta pela terra. Assim, é nesse panorama que se insere o objeto de investigação desta dissertação, marcado pelo deslocamento de camponeses do campo para a cidade e de retorno para o campo.

---

<sup>10</sup>Nesta parte inicial da pesquisa o trabalho de campo foi realizado em acampamentos e assentamentos localizados em zonas rurais dos municípios de Murici (AL), Branquinha (AL), Joaquim Gomes (AL) e Messias (AL). Desenvolvido a partir do projeto de iniciação a pesquisa científica (PIBIC), ainda na graduação.

Os deslocamentos desses camponeses se deram, em sua maioria, a partir das décadas de 1980 e 1990, períodos fundamentais para a compreensão das transformações contemporâneas da sociedade alagoana. No geral, eles ocorreram em direção à capital de Alagoas<sup>11</sup> e às cidades do interior do estado (e sua maioria para região metropolitana). As mulheres saíram em busca de emprego em casas de família<sup>12</sup>, e os homens na esperança de trabalho em usinas de álcool e açúcar. Na maior parte dos casos, não conseguindo o que desejavam, esses indivíduos passaram a sustentar suas famílias através de bicos<sup>13</sup> no período em que viveram na cidade. Antes do deslocamento cidade-campo esses sujeitos viviam como empregados em fazendas, usinas, engenhos e sítios. Na volta para o campo passaram a viver em um cenário diferente de outrora, residindo em espaços de luta e esperança pela reforma agrária.

Indagados sobre como eram suas vidas antes de entrarem em movimentos sociais, relataram que viviam no campo, muitos deles haviam nascido e permanecido boa parte de suas vidas no meio rural, e por determinadas situações de exclusão experimentadas, não encontraram outra saída a não ser irem morar na cidade. Só depois desses deslocamentos, conseguiram retornar para o campo, mas agora na luta pela democratização do uso e posse da terra. A partir de tais situações surgiram alguns questionamentos: Quais as repercussões da mobilidade na vida dos sujeitos? Como se deu a saída da terra e como os indivíduos a percebem? Há registros de experiências conflituosas vivenciadas no trânsito? Como se processa a formação política proporcionada pelos movimentos sociais? A partir do contato com os movimentos ocorre uma ressignificação de sua identidade camponesa ao retornar ao campo?

### **Pressupostos teórico-metodológicos**

No campo das Ciências Sociais, a interpretação e análise dos problemas fundiários desaguarão em duas diferentes abordagens teóricas: de um lado, encontramos os que vinculam as causas das reivindicações à luta por territórios identitários, cujos espaços têm

---

<sup>11</sup> A capital de Alagoas é a cidade de Maceió, localizada na faixa litorânea do estado, ocupando uma faixa de 509,320 Km<sup>2</sup> e com uma população estimada de 1.012.382 habitantes segundo dados do IBGE.

<sup>12</sup>Trabalhar em casa de família é conhecido popularmente como um trabalho doméstico a ser feito em casas onde a família que vive nelas são conhecidas por serem pessoas respeitadas, de um uma boa índole. Este trabalho geralmente é produzido sem regulamentação trabalhista.

<sup>13</sup>Um bico é o modo como é conhecido popularmente um trabalho a tempo parcial ou contingente que é contratado em curto prazo.

características peculiares vinculadas aos modos de uso material e simbólico da terra; e por outro, os que discutem a demanda por terra “de trabalho” por parte de grupos camponeses, com base na tradição da agricultura/trabalho familiar (ACSELRAD, 2011). Partindo dessa perspectiva, a partir do campo, percebemos que em Alagoas é possível notar dois interessantes tipos de trabalhadores rurais *sem terra*: um que deixa tudo para partir em busca de um pedaço de terra (abandona parentes, casa na cidade e vende o que tem para investir em criação de animais) e outro que não possui nenhum bem material e vê na luta pela democratização do uso da terra uma alternativa de vida digna.

A compreensão das relações que envolvem os camponeses que passaremos a apresentar, além de fundamentada em dados oficiais e na bibliografia existente sobre conflito (SIMMEL, 1983; RANCIÈRE, 1996, 2002; SCOTT 2002; HONNETH, 2003) e questão agrária no Brasil (FERNANDES, 2004; MEDEIROS, 2009; OLIVEIRA, 2001; WANDERLEY, 2011; COMERFORD, 2003; BARTRA, 2011) alicerça-se em dados construídos a partir de nosso trabalho de campo junto a assentados e acampados. Nessa perspectiva, a escolha do recurso teórico-metodológico no exercício de fazer ciência se baseia na Sociologia do Conflito e nas discussões de reivindicação *identitárias* com base na tradição da agricultura/trabalho familiar. Sobre a primeira abordagem, compreendemos aqui o conflito como um fenômeno social, mas que em determinado momento pode ser categoria de análise que auxilia na compreensão da realidade concreta. Ele pode ser substrato de investigação sociológica contribuindo na compreensão de outro fenômeno. Sugerimos que o enfrentamento (a exigência por políticas de reforma agrária) passa a ser estratégia de indivíduos inseridos em movimentos sociais na construção de possibilidades de resolução do conflito maior em que se encontram envolvidos: a luta pelo direito ao uso e posse da terra.

O conflito não necessariamente traz desordem, podendo, ao contrário, ser o mecanismo que coloca em marcha a tentativa de minimização de injustiças. A análise de Simmel (1983) sugere ser impossível viver em sociedade sem conflito. Ele está em todos os espaços, de forma inescapável. O autor defende o caráter sociologicamente positivo do conflito, que é a *sociação* (interação), logo, pode ser destinado a resolver dualismos divergentes. Assim, se faz necessário recorrer à literatura sobre o conflito, entendendo ser esse um ponto chave para dar sustentação às hipóteses deste trabalho.

Nas discussões identitárias da cultura na agricultura familiar, o camponês no retorno ao campo pode ser visto num processo de atualização do conceito de *campesinato*, decorrente

das mudanças ocorridas na sociedade capitalista. Se para alguns autores, estaria o sujeito do campo fadado ao desaparecimento em meio ao processo de modernização da agricultura no capitalismo, autores como Bartra (2011) acreditam que a via de análise é compreender como o campesinato reage a esse processo, renovando-se na sua recriação mediada por suas resistências e na subordinação do capitalismo. O autor considera que o *campesinato* não é uma classe em extinção, e sim sujeitos em constante construção que não cabem em uma uniformização.

Hoje, a palavra de ordem é diversidade. No âmbito mais generoso e legítimo das ciências e dos movimentos sociais ou socioterritoriais, o reconhecimento do plural é mais valorizado do que a pretensa uniformidade, seja conceitual ou política. Assim, há camponeses clássicos, associativos, originários, polifônicos, intermitentes, virtuais, nômades, exilados, multinacionais e vocacionais (aqueles que ainda não o são, mas desejam ser). Portanto, contra o que postulava o velho paradigma burguesia-proletariado – que desejava vê-los mundialmente uniformizados, alguns de cartola, outros de macacão – o campesinato não é uma ex-classe que hoje se desagrega e se dissipa em sua diversidade centrífuga; ainda que abandonado por alguns, é um movimento vigoroso e centrípeto, possui uma identidade polifônica sempre em construção e cuja força reside precisamente na união dos diferentes (BARTRA, 2011. P. XIV).

Mas nem tudo é diáspora na vida rural. Os deslocamentos, por exemplo, podem ser fonte de socialização e de códigos de identidade que o êxodo resguarda, e uma íntima sensação de possuir uma bagagem de pertença à comunidade de origem. Bartra (2011) acredita que, na medida em que um camponês retorna ao campo, essa ação não deve ser vista como nostálgica, mas sim como um paradigma de uma nova ordem social com uma cara humana. Desse modo, o camponês não seria uma relíquia, e sim um projeto. A *condição camponesa* não seria uma repetição, mas uma mudança; uma maneira específica de mudança (BARTRA, 2011). Nesse sentido, concordando com o autor, não se deve padronizar o camponês. As fronteiras do que é ou não, somos nós que delimitamos a partir das relações por nós estabelecidas.

Bernard Lahire (2002), no esboço da teoria do ator plural, analisa as dimensões interiores dos sujeitos, acreditando serem estas viabilizadoras de intercessão na sociedade em que vivem. O sociólogo analisa o hoje e o futuro investigando o passado, disposições e sua ativação em contextos particulares do presente (VANDENBERGHE, 2013). Partindo dessa perspectiva, adotamos como estratégia metodológica o uso das trajetórias de vidas (BATAGLIOLA, 1991) (passado: deslocamento campo-cidade) dos camponeses em questão como ponto fundamental para compreensão do contexto presente (*re-volta* para o meio rural).

Pensando a partir de Archer (2011), conjecturamos que é possível que haja uma memória de um passado rural e a entrada em movimentos sociais tem a função de promover uma volta ao lugar de origem, contribuindo para essa escolha.

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, essa pesquisa adotou uma abordagem qualitativa com ênfase no trabalho de campo guiado pelas técnicas: Etnografia, pesquisa participante e história oral. Valemo-nos também das técnicas de entrevista semiestruturada e em profundidade e trajetórias de vida que foram desenvolvidas junto aos atores sociais em acampamentos e assentamentos caracterizados pela experiência (THOMPSON, 1981) com o deslocamento *campo-cidade-campo*. Fomos à procura de experiências que antecedem a mobilidade, enxergando este como um ponto caro na compreensão do processo do retorno ao campo, mediado por movimentos sociais.

O trabalho de campo se deu em dois momentos distintos. O primeiro período, entre 2016 a 2017, a partir de contatos estabelecidos para a pesquisa do PIBIC e o trabalho de conclusão da graduação. Realizamos entrevistas com sujeitos que se encontram inseridos nos programas de reforma agrária, e, com o encaminhamento do trabalho de campo, nos dedicamos a realizar entrevistas com aqueles que vivenciaram o deslocamento *campo-cidade-campo*. Ao todo, nesse estágio do trabalho de campo foram realizadas 21 entrevistas entre camponeses e lideranças dos movimentos sociais. Para além disso, foram feitas observações participantes em assembleias dos acampamentos e conversas informais com nossos interlocutores. Os locais foram: Acampamento Fazenda Sede (MLST) em Murici; Assentamento Filhos da Terra (MST) em Joaquim Gomes; Acampamento Lajeiro (LCP) em Messias; Acampamento Galho Seco (MLST) em Joaquim Gomes e Acampamento Sapucaia (MTL) em Branquinha.

Algumas idas a campo – ainda nesse período – foram realizadas por intermédio de espaços de formação política do Levante Popular da Juventude<sup>14</sup>, movimento social que possui estreitos laços com os movimentos sociais do campo. Essas experiências possibilitaram que entrevistássemos ex-moradores das fazendas e engenhos canavieiros, indivíduos que já foram trabalhadores do corte de cana, irrigação, operação de máquinas, e que hoje vivenciam o campo na condição de camponeses *sem terra*. Outros interlocutores foram entrevistados: lideranças de movimentos sociais (MST, CPT e MLST) e membros do Comitê de Mediação

---

<sup>14</sup> É uma organização de jovens militantes voltada para a luta de massas em busca de mudanças na sociedade. Nacionalizado em 2012, por intermédio de escrachos a torturadores da Ditadura Militar, o Levante surge mediado por movimentos da Via Campesina, onde se discutia a necessidade de uma organização de jovens na cidade que fizessem parte do mesmo campo político.



dos Conflitos Agrários<sup>15</sup>. Para realização de todas essas entrevistas, foi importante contar com a interlocução de sujeitos que já tinham sido entrevistados, pois, além da oportunidade de retornarmos alguns pontos-chaves, eles ainda intermediaram entrevistas com outros indivíduos.

O segundo momento do trabalho de campo foi desenvolvido no período do mestrado (entre março a outubro de 2019), com imersões nas zonas rurais das cidades de Junqueiro e Atalaia, e nos acampamentos Eldorado dos Carajás e São José, ambos coordenados pelo MST. Aqui o trabalho foi mais concentrado devido à intencionalidade em analisar trajetórias de vida. Foram produzidas 07 trajetórias de vida, sendo 04 delas analisadas em sua forma integral<sup>16</sup> no segundo capítulo. No geral, as entrevistas foram feitas nas casas dos hoje, *sem terra*, sentados na varanda ou a convite, em sua sala de estar. Parte delas se deu na presença dos familiares dos entrevistados (tios, filhos, esposo, mães, noras). A maioria das entrevistas foi registrada através de um gravador de voz, tendo recorrido algumas vezes ao celular que também possibilitou gravações de conversas. Colhemos relatos de vida de atores sociais que correspondem a uma faixa etária que varia de 40 a 70 anos.

Como será possível observar durante os capítulos, em alguns momentos desse trabalho, a escrita estará em primeira pessoa. Esses momentos descrevem experiências pessoais nas variadas circunstâncias do trabalho de campo (observação participante em reuniões do coletivo e formação política; conversas informais e de bastidores). Por ter abertura para participação em determinados eventos do MST, os breves relatos etnográficos foram produzidos a partir da imersão em espaços organizados por esse movimento. Essas experiências de trabalho de campo em espaços organizados pelo MST são pontos que merecem aqui ser problematizados. Devido às minhas relações de militância com movimentos sociais, não enxergava, a princípio, alguns espaços, falas e comportamentos como fontes de dados. Isso porque, similar a experiência de Comerford (1999), algumas relações a serem analisadas faziam parte do meu universo social, e muitas práticas e experiências passavam sem o necessário olhar de pesquisadora. Participar de reuniões, Feiras da Reforma Agrária, rodas de conversa, cotidiano nos espaços de luta por terra, manifestações de rua, seminários, acampamentos estaduais nos quais atores sociais do MST estivessem presentes (inclusive

---

<sup>15</sup>Com o Decreto nº 11.054, de 4 de abril de 2011, instituiu o Comitê de Mediação de Conflitos Agrários, com a responsabilidade de encaminhar e gerenciar as questões agrárias no Estado de Alagoas, e ficou a sua formação, que agrega os três poderes constituídos, as três esferas de governo, a representação dos proprietários e a dos movimentos sociais de luta pela reforma agrária.

<sup>16</sup> A escolha do uso de forma integral das quatro trajetórias gira em torno do exercício de trazer o panorama das diferentes dinâmicas de espaços percorridos pelos atores sociais.

interlocutores diretos) ou que o próprio movimento estivesse mediando o espaço deixaram de ser experiências comuns ou “rotineiras” a partir do momento que percebi o vasto campo de observação que me possibilitavam. Nesse ponto, fiz um esforço redobrado de observação e distanciamento das experiências que me ligavam ao universo pesquisado.

Tal exercício fez colocar em questão meu comportamento e o modo como era percebida nesses espaços. Na maioria deles, minha posição, segundo a visão dos atores sociais do movimento, era de “amiga do MST<sup>17</sup>”, “Coordenadora Estadual do Levante<sup>18</sup>”, “Amiga do Márcio<sup>19</sup>”, ao contrário, por exemplo, da minha figura quando ia aos acampamentos com o professor Wendell, quando era vista na condição de aluna/pesquisadora da universidade. Interessante que, na primeira situação, a minha relação com as pessoas se deu de maneira fluida, sem restrições a possíveis posicionamentos. Já na segunda, em companhia do professor, e sabendo eles que eu estava ali na condição de pesquisadora, o campo algumas vezes se apresentou como algo de acesso mais difícil. Quando resolvi me colocar na posição de pesquisadora em alguns espaços, como na participação em uma reunião da coordenação estadual do MST no final de julho de 2019, minha presença foi negada por um amigo que faz parte da coordenação do movimento. Segundo ele, naquele espaço seriam discutidas coisas que não poderiam ser “repassadas”. Essa situação nunca aconteceu antes. Até então, eu tinha acumulado participações em reuniões da coordenação, sobre formação política e que inclusive discutiam assuntos restritos. Ao que deduzi que para os meus amigos na organização, meus espaços de pesquisa eram somente os acampamentos e assentamentos, ou que queriam dizer que o espaço da coordenação não poderia ser objeto de investigação.

No entanto, as portas para acesso aos acampamentos e assentamentos nunca me foram fechadas pelo MST. O movimento reconhece a importância política de trabalhos como este, e quando era necessária a ida aos acampamentos, sempre tentaram contribuir para uma boa imersão minha no campo. Márcio, por exemplo, me apresentava aos meus interlocutores como uma pessoa da universidade, e que estava fazendo uma pesquisa com as pessoas que já tinham morado no campo e na cidade. E sempre frisava “ela é amiga da gente, pode confiar”, percebi que foi uma maneira de deixar os camponeses “à vontade” com as situações de conversas sobre suas vidas. Assim, nesse clima foram conduzidas as conversas que levaram a elaborações das trajetórias de vida.

---

<sup>17</sup> Forma que o movimento nomeia as pessoas simpáticas às questões defendidas por ele.

<sup>18</sup> Na época ainda fazia parte do Levante Popular da Juventude.

<sup>19</sup> Um dos interlocutores no acampamento São José e nas conversas informais e de bastidores.

Nesse sentido, pontuo nos parágrafos seguintes algumas experiências nos espaços para além dos acampamentos e assentamentos, agora com meu olhar de pesquisadora. A começar pela participação na 19ª Feira da Reforma Agrária, em Maceió, realizada pelo MST, entre os dias 05 e 08 de setembro de 2018. Na ocasião, trabalhei como feirante junto a camponeses do movimento. A experiência proporcionou diálogos com feirantes que vieram de todas as regiões do estado e novos contatos para futuras entrevistas, além de observar a dinâmica de planejamento do movimento na construção do evento, que entre outros pontos, evidencia a organização e resistência dos *sem terra* em Alagoas.

Em março de 2019, nos dias 22, 23 e 24 participei do primeiro *Seminário Arte, Cultura e Trabalho de Base*, promovido pelo movimento em seu Centro de Formação Zumbi dos Palmares, no acampamento São José, na zona rural de Atalaia. Resultado da articulação do MST com coletivos e artistas populares em Alagoas, o evento tinha como objetivo viabilizar uma ação cooperativa entre esses grupos que discutisse a importância das atividades artísticas e culturais para a formação política e ideológica nos diversos territórios do estado, sejam eles no campo ou na cidade. Para um dos coordenadores estaduais do movimento, a articulação com os grupos culturais vem sendo fortalecida desde a 19ª edição da Feira da Reforma Agrária, realizada pelo movimento na capital no mês de setembro de 2018. O MST tem se dedicado a olhar, estudar e debater como as manifestações culturais e linguagens artísticas podem impulsionar e fortalecer o envolvimento das comunidades na organização coletiva, na formação e na luta popular.

Desde a proposta do Seminário fiquei curiosa com a intenção do MST em formar “redes amigas” nas cidades para a promoção de *organizações de massas*. O interessante é que, apesar do Seminário ser tocado por um movimento de luta pela terra, pouco foi falado sobre o assunto “reforma agrária”. O foco das discussões girava em torno de temas como: *trabalho de base, educação popular, poder popular, soberania popular*. A fala da coordenadora nacional do movimento na abertura do seminário trouxe elementos que complementam isto. Ela dizia que se o MST um dia tivesse que escolher entre a reforma agrária ou educação do povo, o movimento não hesitaria em ficar do lado da educação popular, pois, segundo ela, sem a consciência política de um povo não se faz revolução<sup>20</sup>.

Logo, relacionamos este relato com as hipóteses desta pesquisa: os movimentos sociais do campo, na viabilização do retorno de pessoas ao meio agrário, estão preocupados

---

<sup>20</sup> Temos o intuito de averiguar tais considerações em futuros trabalhos, na intenção de direcionamento de questões de pesquisa para as estratégias de massificação dos movimentos sociais.

não só com a distribuição de terra, mas também, ou principalmente, com a formação de “massas politicamente conscientes” para o favorecimento de ações coletivas. Uma importante ferramenta utilizada pelo movimento nesta direção é a sua *Frente de Massas*. Grupos de militantes que conduzem trabalhos de base nas periferias urbanas, responsáveis por entusiasmar e encorajar pessoas em condições de *subalternidade* para compor ações de ocupações de terras. Experiências como essas mostraram a importância de fazer trabalho de campo também nesses espaços, a pensar que a pesquisa não devia se restringir somente aos acampamentos ou assentamentos. As reuniões, cursos de formação política, feiras da reforma agrária, passeatas e manifestações que participei possibilitaram enxergar pontos importantes para a construção de reflexões sobre a ressignificação da *condição camponesa* no retorno para o campo.

Nesse trabalho também fizemos uso de dados secundários. Pesquisamos em jornais publicados no estado entre as décadas 1980 e 1990, notícias sobre êxodo rural. Os jornais pesquisados foram: *Tribuna de Alagoas*, *Gazeta de Alagoas* e *Jornal de Alagoas*<sup>21</sup>. Jornais de grande circulação no período e com linhas editoriais distintas entre si. Nossa ideia foi trazer para a análise de elementos de representações do que foi o processo de expulsão de indivíduos do campo para cidade nas décadas mencionadas. Do mesmo modo, analisamos dados produzidos pelo IBGE: Censo Demográfico (1981), (1990), (2000) e (2010); e o Censo Agropecuário (1996), (2007) e (2017), onde pudemos ter acesso aos números de ordem populacional nas cidades que são objetos de estudos nos deslocamentos.

## **Os capítulos**

Ao organizar os dados que dispúnhamos em meio ao exercício de elaboração do que poderia ser a estrutura dorsal da dissertação, percebemos a centralidade de algumas questões que nos levaram à idealização do trabalho em três capítulos. O primeiro foi intitulado: “Camponeses em trânsito: Os processos que desencadeiam os deslocamentos das décadas 1980 e 1990 em Alagoas”, e tem como fio condutor os caminhos que impulsionam a mobilidade, vinculando-a ao percurso histórico de expropriação e expulsão, agenciando-os como estruturais na compreensão da sociedade alagoana contemporânea. Fizemos o exercício de compreender as motivações das expulsões e saídas do campo; procurando elucidar o modo

---

<sup>21</sup> A pesquisa foi realizada em jornais do banco de dados Diferenciação de dimensões da vida em Maceió e suas direções socioafetivas nos séculos XIX e XX: banco de dados de Jornais em Maceió, cedidos pelo GRUPPAES (Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economia das Simbolizações).

através do qual esses deslocamentos aconteceram e de como se deu a recepção desses camponeses nas cidades. A ideia foi trazer para a análise as experiências vividas por camponeses na cidade.

O segundo capítulo, nomeado “Entre o campo e a cidade: Trajetórias de vida e dinâmicas dos espaços percorridos”, constituiu uma etapa fundamental desta pesquisa, na medida em que nos forneceu dados para compreensão das dinâmicas dos espaços percorridos pelos camponeses integrados pelos deslocamentos entre campo e cidade. Para construção do capítulo utilizamos a técnica da trajetória de vida, sendo possível a realização por intermédio da história oral de nossos interlocutores. Ademais, fizemos a reflexão, a partir das experiências desses atores sociais no campo e na cidade, de como a designação do que é campo e cidade é híbrida, deixando claro que as fronteiras entre um e outro são construídas a partir das relações nesses lugares estabelecidas.

O terceiro capítulo é intitulado “A conversa com a bandeira: Os processos de ressignificação da condição camponesa para uma *re-volta* no campo”. Percebendo este como ponto chave do trabalho, centralizamos esforços na análise do que estamos chamando de *ressignificação camponesa* vivenciada por esses sujeitos. A ideia foi desenvolver a questão do que representa hoje, para esses sujeitos, ser um camponês *sem terra*, levando em conta o deslocamento campo-cidade-campo. Paralelo a isso, pensar a utilização de ideias como *resistência* e *cultura* pelo movimento, como produtoras de *estoques de conhecimentos* mobilizados no processo de construção de uma *identidade sem terra*. Dessa forma, entrosamos a lógica da mobilidade com a questão *identitária* sistematizando breves relatos etnográficos de reuniões, cotidiano dos acampamentos, trabalho de base dos movimentos sociais com esses indivíduos recém-chegados à organização política.

## **CAPÍTULO 1 CAMPONESES EM TRÂNSITO: OS PROCESSOS QUE DESENCADAIAM OS DESLOCAMENTOS DAS DÉCADAS 1980 E 1990 EM ALAGOAS**

*Como se poderia definir Alagoas, ter seus limites para estudá-la? É interessante desde logo entender, que há uma diferença fundamental em se falar sobre o que seja o Estado de Alagoas e o que seja Alagoas. O primeiro é limitado por uma fronteira física e o segundo por uma continuidade de cotidianos, formas de vida e não se sabe efetivamente onde ela começa nem, portanto, onde termina (ALMEIDA, 2018, p.22).*

Neste primeiro capítulo a ideia central é dar ênfase aos processos que desencadeiam os deslocamentos nas décadas de 1980 e 1990, vinculando-os ao percurso histórico de expropriação e expulsão, agenciando-os como estruturais para compreensão da sociedade alagoana contemporânea. Fazendo a análise dos deslocamentos de camponeses para a cidade, procuramos compreender suas motivações, de que modo aconteceram e como se deu a chegada desses indivíduos no meio urbano. A ideia é trazer as experiências vividas por camponeses na cidade, e analisá-las como chave interpretativa para chegarmos à compreensão das razões do retorno para o campo.

### **1.1. Camponeses em Alagoas: um histórico de mobilidade social e espacial**

Segundo o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e o Cadastro Nacional do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Brasil existem aproximadamente quatro milhões de famílias que vivem do trabalho agrícola, na condição de camponeses inseridos no programa de reforma agrária. Em sua maioria elas são proprietárias de parcelas de terra de até 50 hectares. Os dados também apontam um número significativo – aproximadamente 800 mil famílias – de camponeses autônomos, ou seja, que não tem título de propriedade, possuindo somente o domínio da terra na forma de posseiros<sup>22</sup>. Há outros 2,4 milhões de famílias de camponeses pobres que não são proprietários de terra e vivem na condição de meeiros<sup>23</sup>, arrendatários<sup>24</sup>, agregados, filhos de camponeses casados que moram nas terras das suas famílias e outros que, em algum

---

<sup>22</sup> Agricultor que tem a posse da terra e tira seu sustento desta. Porém, não possui documento legal de posse.

<sup>23</sup> Quem trabalha em terras que não são suas e que dividem o produto com o proprietário da terra.

<sup>24</sup> O arrendamento funciona como uma espécie de aluguel. O arrendador (dono da terra) aluga a propriedade para que outro produtor (o inquilino – arrendatário) explore o terreno, pagando o valor estipulado por contrato.

momento, são levados a vender sua força de trabalho como assalariados rurais. Segundo o Censo Agropecuário (2017), no caso de Alagoas, o número de famílias que se encontram hoje na condição de camponeses pela base da reforma agrária, é de cerca de noventa e quatro mil famílias, distribuídas em uma área de 715.447 hectares.

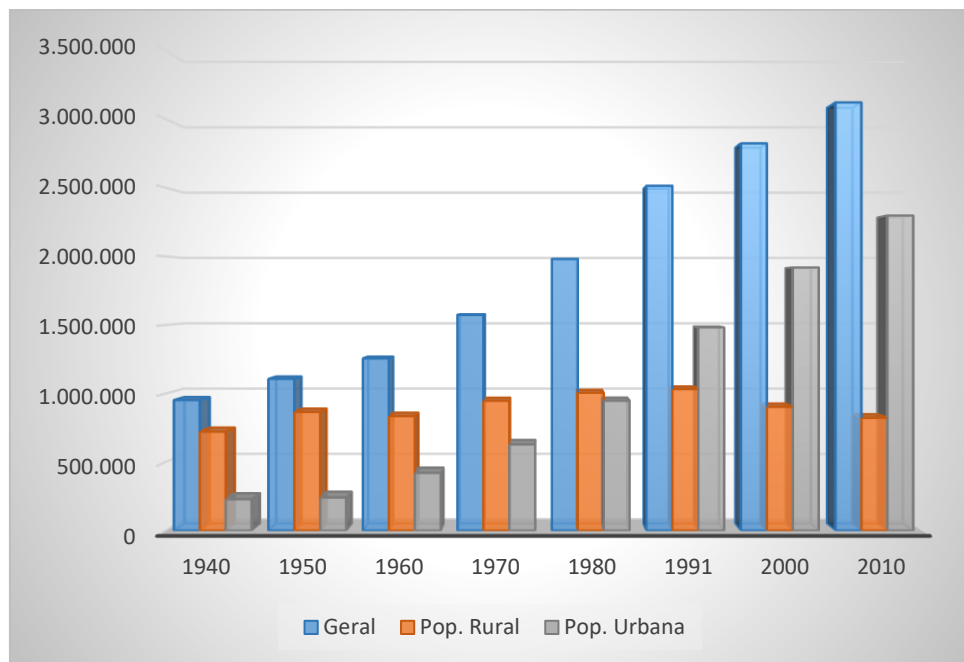
Ainda na mesma conceituação, segundo o Censo Agropecuário (2017), observa-se que há no Brasil 4,1 milhões de trabalhadores rurais na condição de assalariados. Nesse caso, as estatísticas não são mensuradas por famílias, e sim por indivíduos; destes, 1,7 milhões são de assalariados permanentes, onde uma parcela está inserida no sistema de morada comum no espaço rural. Estes em sua maioria têm carteira assinada e os direitos trabalhistas considerados. Em contrapartida, os demais (2,4 milhões) são assalariados temporários e, em geral, migrantes ou moradores de periferias de cidades no interior. Cerca de 60% deles não têm carteira assinada, nem os direitos trabalhistas respeitados. A partir desses dados, concordamos com Stedile (2016) que é nesta base social do *camponês sem terra* que podemos encontrar objetivamente a realização da luta pela terra. Entre os nossos interlocutores nos deparamos com indivíduos que passaram por situações parecidas, se não iguais, aquelas identificadas pelo IBGE. São indivíduos que vivenciaram o sistema de morada, foram empregados de usineiros e fazendeiros, que tiveram um dia seu pedaço de terra, mas que em determinado momento da vida não conseguiram permanecer no campo.

No Brasil, desde o início dos anos 1960 é possível observar um processo de expulsão dos trabalhadores residentes nas fazendas e nos engenhos<sup>25</sup>. Para empreender uma análise dos deslocamentos do campo relacionadas a conflitos agrários em Alagoas, é preciso levar em conta a centralidade da posse da terra no contexto social, econômico e político da formação histórica do estado. Esta se baseia em relações patriarcais e autoritárias cujo núcleo de poder se estabelece na posse da terra e em disputas de mando mediadas pela violência. O estado de Alagoas pode ser um *locus* privilegiado no que diz respeito às análises sobre a relação entre os meios rural e urbano. Em 1991, por exemplo, Alagoas era 16,6% mais rural que o Brasil. No gráfico abaixo será possível ver, através de dados produzidos pelo IBGE, que de 1940 a 2010, o estado experimentou consideráveis mudanças no que diz respeito à ocupação de seu espaço geográfico.

---

<sup>25</sup>O final dos anos 1960 é reconhecido como período rico para produção de conhecimento sobre o espaço rural brasileiro. É o momento que se tem no país um novo paradigma a respeito dessa realidade. Trata-se de um profundo debate político-acadêmico entre o que se convencionou chamar feudalismo-capitalismo.

**Gráfico 01 – População rural e urbana em Alagoas nas últimas 08 décadas**



Fonte: IBGE – Censo Demográfico 1940 a 2010. Elaboração da autora.

Fazendo análise do gráfico acima vemos que, entre 1960 e 1990 a população geral cresceu cerca de 20%. Nos anos 1980, pela primeira vez, as populações rurais e urbanas se mostraram praticamente equivalentes em porcentagem. A primeira com 50,8% e a última com 49,2%. Neste período destacamos o processo de expansão da cana-de-açúcar sob as áreas de produção de subsistência localizadas nos tabuleiros, o qual, somado à chamada modernização no campo, podem ser indicados como os maiores influenciadores da elevação da população urbana. Como podemos observar, segundo o Censo Demográfico, em 1960, a população alagoana era distribuída em 33,4% de habitantes na área urbana e 66,6% na área rural, já em 1991 ocorre uma inversão, uma vez que a população urbana passa a ser predominante.

Outra característica relativa à mobilidade em Alagoas é demonstrada pelo Censo Demográfico do estado na década de 1980. Segundo o documento, cerca de 600 mil indivíduos não nasceram onde se recensearam. O *Jornal de Alagoas* em 1984 divulgou um comparativo entre o crescimento populacional e de residentes em municípios diferentes do que nasceram entre as décadas de 1970 e 1980. Alagoas na década de 1970 tinha 304.447 habitantes residindo em cidades diferentes da cidade em que nasceram de uma população total de 1.588.181 habitantes. Já em 1980 com um aumento da população total para 1.986.181, a



pesquisa projeta um aumento de cerca de 20% da população residente em municípios diferentes do que nasceram.

### Recorte de jornal 01: A estimativa de alagoanos não naturais das cidades que se recensearam

12.067	300	60,59
24.300	969	41,27
19.071	272	64,50
13.031	3.578	28,15
3.914	206	40,92
7.490	204	47,97
4.318	1.516	25,81
3.150	830	39,85
17.857	2.427	81,19
10.637	680	69,66
30.860	15.862	203,42
13.019	1.457	51,32
17.913	1.188	782,71
397.618	133.948	51,66
16.740	2.510	47,22
15.490	2.726	32,67
11.894	3.672	59,51
22.853	8.128	61,77
15.072	1.111	37,18
4.165	694	22,79
23.528	2.670	69,43
17.567	4.847	69,66
15.072	1.099	61,98
8.306	941	82,34
5.438	717	51,11
24.943	1.656	63,58
14.816	1.547	90,10
13.967	3.260	12,27
4.174	1.560	28,42
4.946	613	46,73
9.581	924	55,47
8.821	2.650	40,83
2.532	237	91,70
67.401	5.541	29,13
19.197	2.476	67,37
11.387	3.789	73,50
8.379	932	59,37
37.582	4.440	48,02
11.717	965	127,68
23.749	5.948	61,09
5.254	2.518	10,86
5.941	1.374	24,20
10.723	551	62,59
20.970	3.316	52,71
9.964	1.399	33,13
14.181	1.444	35,04
12.019	3.149	206,31
43.945	6.530	55,64
5.175	3.540	384,00
2.912	535	79,24
40.971	6.746	46,77
13.612	1.484	62,50
7.500	1.269	36,86
24.884	5.127	72,81
21.773	5.173	36,86
24.884	5.127	72,81
25.981	9.860	133,92
40.465	10.744	75,35
4.755	760	60,96
19.416	7.693	167,37
6.575	1.567	139,89
7.524	1.468	78,37
13.150	1.389	85,94
19.230	3.733	34,96
52.815	1.283	162,00
24.950	3.784	112,89
<b>1.966.181</b>	<b>398.072</b>	<b>71,82</b>

## Quase 600 mil alagoanos não nasceram onde se recensearam

Alagoas em 1970, tinha 304.447 habitantes não naturais da cidade onde foram recenseados. Sua população total foi de 1.588.109. Em 80, os dados preliminares do censo registraram 1.986.181 habitantes no Estado. Segundo as previsões estimativas proporcionais, o número do contingente populacional dos habitantes não naturais dos municípios em que residem, em 80 deverá ser maior que a metade da diferença entre o total da população de 70 e 80.

Neste caso, basta acrescentar aos 304.447 habitantes não naturais onde moram, o total de 199.036 pessoas, o que leva a crer que atualmente existem aproximadamente 597.108 habitantes nestas condições em Alagoas. O IBGE, entretanto, só fornecerá este número definitivamente após recolher e computar todos os dados restantes deste último censo, o que provavelmente só acontecerá em 82. Mas vejamos o número de pessoas que em 70 habitavam municípios alagoanos em que não nasceram, a fim de melhor comparação:

POPULAÇÃO NÃO NATURAL POR MICRO-REGIÕES HOMOGÊNEAS SEGUNDO OS MUNICIPIOS EM QUE RESIDE 1970	
MICRO-REGIÕES E MUNICIPIOS	POPULAÇÃO NÃO NATURAL TOTAL
<b>SERTÃO ALAGOANO</b>	
<b>MICRO-REGIÃO 113 14696</b>	
Água Branca 1159	Atalaia 6614
Canapi 4346	Branquinha 807
Delmiro Gouveia 4614	Capela 2601
Inhapi 968	Chã Preta 2627
Mata Grande 2541	Colônia Leopoldina 1405
Olho d'Água do Casado 846	Flexeiras 3355
Piranhas 222	Inateguara 1473
<b>BATALHA</b>	
<b>MICRO-REGIÃO 114 27977</b>	
Batalha 2144	Jacupe 2533
Belo Monte 825	Joaquim Gomes 680
Carneiros 1421	Jundiá 2644
Dois Riachos 912	Messias 1206
Jacaré dos Homens 1203	Murici 2420
Jaramatã 885	Novo Lino 2773
Major Isidoro 3357	Pimoba 398
Maravilha 992	Santana do Mundau 1590
Monteirópolis 827	São José da Laje 4124
Olho d'Água das Flores 1027	União dos Palmares 8400
Oliveira 1638	Viçosa 1802
Ouro Branco 2167	<b>LITORAL NORTE</b>
Palmeira 357	<b>MICRO-REGIÃO 117 11547</b>
Plan de Açúcar 1912	Barra de St Antonio 1654
Poço das Trincheiras 923	Japaratinga 91
Santana do Ipanema 4579	Maragogi 1042
São José da Tapera 2568	Matriz de Camaragibe 2875
<b>PALMEIRA DOS INDIOS</b>	
<b>MICRO-REGIÃO 115 26286</b>	
Belém 957	Passo de Camaragibe 986
Casimbinhas 1292	Porto Calvo 2811
Igaci 5189	Porto de Pedras 797
Maribondo 3625	São Luís do Quitunde 870
Naz Vermelho 444	São Miguel dos Milagres 421
Minador do Negro 1825	<b>ARAPIRACA</b>
Palmeira dos Índios 9960	<b>MICRO-REGIÃO 118 49058</b>
Paulo Jacinto 1846	Anadia 383
Quebrangulo 2043	Arapiiraca 28402
Tanque D'Arca 105	Campo Grande 1763
	Coité do Nôia 680
	Feira Grande 1884
	Girau do Ponciano 2912
	<b>TABULEIROS DE S.M.C.</b>
	<b>MICRO-REGIÃO 119 18004</b>
	Junqueiro 1561
	Lagoa da Canoa 2987
	Limoeiro de Anadia 1601
	Olho d'Água Grande 599
	São Brás 1643
	São Sebastião 3703
	Taquarana 677
	Traipu 273
	<b>MACEIÓ</b>
	<b>MICRO-REGIÃO 120 99612</b>
	Coqueiro Seco 1085
	Maceió 78084
	Marechal Deodoro 1900
	Pilar 4681
	Rio Largo 7335
	Santa Luzia do Norte 627
	Satuba 1900
	<b>PENEDO</b>
	<b>MICRO-REGIÃO 121 12742</b>
	Feliz Deserto 307
	Igreja Nova 795
	Penedo 7490
	Piacaçu 1953
	Porto Real do Colégio 2197
	<b>TOTAL DO ESTADO 304.447</b>

FONTE: Censo Demográfico Alagoas - 1970  
OBS: Micro-região 179 - Tabuleiros de São Miguel dos Campos

Fonte: Jornal de Alagoas, em 1984. Catalogado na Biblioteca Pública do Estado.

Tais informações reforçam a insistência na escolha metodológica das décadas de 1980 e 1990, apontando-as como estruturais no que diz respeito ao processo de deslocamento no estado. O que evidencia também que já na década de 1970 ocorria uma incipiente mudança na demografia de Alagoas. Segundo informações dos jornais do período, o êxodo rural atingia cerca de 150 mil sujeitos impactando diretamente o crescimento urbano de cidades maiores, como por exemplo: Arapiraca e Maceió.

### Recorte de Jornal 02: Deslocamento do campo para cidade em Alagoas na década de 70 atinge 150 mil indivíduos

GAZETA DE ALAGOAS ESPECIAL-9

## Êxodo atinge a mais de 150 mil pessoas durante a década 70

Uma das consequências mais visíveis e comentadas em relação aos movimentos populacionais, diz respeito ao seu impacto sobre o crescimento urbano, notadamente da capital. Contudo, no Estado as áreas urbanas têm recebido menos contingente de população rural que os centros maiores de outras unidades da Federação.

Mesmo assim, é bastante considerável. Entre 40 e 50 foi de 37.600 pessoas, entre 50 e 60 subiu para 74.500 e entre 60 e 70, para 135.300. Atualmente, apesar do Censo ainda não ter revelado oficialmente, calcula-se que ultrapasse 150.000.

É importante lembrar que o Estado de Alagoas possuía no Censo de 70 apenas um município com população superior a 100.000 habitantes, que era Maceió. Em 80, acrescentou-se Arapiraca.

Ainda no Censo de 70, havia quatro municípios com população superior a 50 habitantes. Eram eles Maceió, Arapiraca, Palmeira dos Índios e União dos Palmares. Em 80, nada mudou. Apenas alguns outros se aproximaram deste número.

A cidade de Arapiraca recebeu uma percentagem de crescimento de 80,7% entre os anos de 40 a 50. Entre 50 a 60, de 72,2% e entre 60 e 70, 75,7%. Palmeira dos Índios foi de 55,2% entre os anos 60 e 70.

Uma observação interessante é com relação às cidades com certo tamanho demográfico e funcional localizadas nas proximidades da orla marítima: elas sofrem pequenas modificações em termos de dedução de seu contingente populacional.

Em 1940, 722.174 habitantes - ou 3/4 da população do Estado, habitavam as zonas rurais, enquanto a população urbana somava 229.126 habitantes. Dez anos depois daquele Censo, esse número elevou-se para 806.758, tendo a sua participação caído para 73,8% e a população urbana aumentado para 26,2%. Nesse mesmo período a população rural aumentou em 11% e a urbana em 25%. Em 60, o número de habitantes das cidades atingiu 428.288, passando a representar um terço da população do Estado - exatamente o inverso de vinte anos antes.



*A migração provocou o crescimento nas áreas urbanas das cidades maiores, na busca de melhores condições de vida.*

Fonte: Gazeta de Alagoas, 1979. Catalogado na Biblioteca Pública do Estado.

A partir desse conjunto de informações, nos interessamos em compreender os deslocamentos protagonizados por sujeitos entre campo-cidade-campo. Como apresentado na introdução do texto, a partir de trabalhos de campo desenvolvidos em acampamentos e assentamentos localizados em áreas rurais dos municípios Murici, Branquinha, Joaquim Gomes, Messias, Junqueiro e Atalaia, também percebemos nas trajetórias de vida dos hoje, *sem terras* os deslocamentos campo-cidade-campo. Indagados sobre como eram suas vidas antes de entrarem em movimentos sociais, os indivíduos relataram-nos<sup>26</sup> que já viviam no campo - muitos deles nasceram e permaneceram boa parte de suas vidas no meio rural - e que por determinadas situações de exclusão experimentadas não encontraram outra saída a não ser irem morar na cidade. Só depois de terem passado pela mobilidade campo-cidade conseguiram voltar para o meio rural, mas agora na luta pela democratização do uso e posse da terra.

Como esboçamos anteriormente, a terra cumpre um papel fundamental na formação social alagoana. Na grande propriedade, além do cultivo de cana, havia terras destinadas à residência dos trabalhadores, terras atribuídas à criação de gado, terras de reserva (mata) e terras cedidas aos trabalhadores para cultivo próprio (HEREDIA, 1989). Sabendo da variedade de relações entre os trabalhadores e a terra, intermediadas pelos proprietários, propomo-nos a analisar, a seguir, o repertório de relações vivenciadas por nossos interlocutores, antes do deslocamento. Consideramos que este procedimento permitirá o fornecimento de compreensões dos sentidos na mobilidade para o meio urbano e, em sequência, subsidiará a investigação em torno da volta para o meio rural.

## **1.2 Entre engenhos, fazendas e usinas: do sistema de morada à ida para a cidade**

A quebra no sistema de morada está diretamente relacionada à urbanização tardia de Alagoas, quando a acumulação sucroalcooleira impulsionou a expulsão de famílias do campo evidenciando ainda mais a vulnerabilidade do trabalhador-morador no meio rural, mas que décadas depois produz uma reação que busca a recomposição do direito que lhe fora privado. A partir de dados produzidos em trabalhos de campo percebemos que nossos interlocutores

---

<sup>26</sup> É importante citar que nem todos os entrevistados fizeram o percurso campo-cidade-campo. Muitos são oriundos de perímetros urbanos. É verdade que, como já trouxemos no início desse texto que o rural tem cada vez mais se diversificado e dinamizado. Alguns indivíduos moradores de cidades podem enxergar o campo como alternativa, ou até podem ter somente essa mudança como saída. Aqui nos deteremos sobre os que já viveram no campo antes de se inserirem em movimento sociais em busca por terra.

viviam no meio rural, principalmente, como moradores de engenhos, fazendas e empregados de usinas de açúcar e álcool.

A presença de moradores de engenhos e fazendas persiste desde o processo da escravidão<sup>27</sup>, aumentando a demanda por força de trabalho em engenhos<sup>28</sup> com a abolição da escravatura. Como Albuquerque (2003) observa: “uma parcela importante de ex-escravizados passou a viver da agricultura de subsistência realizada em terras devolutas, outra parte, somada aos mestiços e outros pobres foi incorporada ao universo privado sob precárias condições de existência” (ALBUQUERQUE, 2003. p. 55). A retomada desses fatos históricos se faz necessária para entendermos as raízes do fenômeno que estamos analisando, a saber, o sistema de moradia. Heredia (1989) ao estudar o surgimento do sistema de moradia em Alagoas destaca em quais condições e relações os indivíduos submetidos a esse sistema viviam. Em seu texto é possível tomar conhecimento sobre os principais aspectos que compunham as relações sociais, assim como as características do ambiente físico no sistema de moradia:

[...] no fim da escravidão, outra opção, também presente, foi a transformação das antigas senzalas [...], junto a outras casas, uma construção de arruados<sup>29</sup> de engenhos. As construções destinadas a moradias de trabalhadores eram compostas pela parte construída – quartos, sala e cozinha – com um alpendre na frente, local das reuniões noturnas entre vizinhos (Diegues, 1952, p. 14), e um espaço livre atrás da casa, onde se lavava a roupa, se realizavam as tarefas domésticas e se criavam algumas aves [...] Finalmente, ainda fazendo parte do “fundo da casa”<sup>30</sup>, havia um espaço onde os trabalhadores geralmente realizavam cultivos (HEREDIA, 1989, p. 54).

Inicialmente era cedido ao trabalhador rural um pedaço de terra para cultivo e o consentimento de construir um pequeno barraco nos fundos das residências dos donos da terra. Com o tempo, além da terra para plantar, os proprietários passaram a oferecer casas em suas terras para os camponeses, aprofundando assim, as relações de dependência e as formas de dominação social em virtude do espaço cedido (HEREDIA, 1989). Muito do processo de imersão neste sistema se dava a partir de pedidos dos próprios camponeses. Para o indivíduo, pedir moradia numa fazenda, ocupar casa de uma propriedade sempre foi um ato carregado de simbolismo. Mais do que um trabalho, uma casa, um pedaço de terra, o sistema de moradia

---

<sup>27</sup> “Embora a figura do morador já precedesse, nos engenhos de açúcar, à abolição da escravatura (...), sua institucionalização como forma predominante de relações de trabalho é, no entanto, um fenômeno característico do final do século XIX e começo do atual” (Suarez, 1977:22).

<sup>28</sup> Para uma leitura mais detalhada, ver: Andrade, 1997: p. 27/28.

<sup>29</sup> Termo bastante utilizado no interior do Nordeste para pequenos povoados.

<sup>30</sup> As primeiras moradias enquadradas nesta categoria foram construídas nos fundos das casas grandes.

significava proteção social<sup>31</sup>, que ao mesmo tempo exigia a incorporação das regras do proprietário junto à fidelidade a um território e a um senhor de terras (ALBUQUERQUE, 2003). Na década de 1960, Celso Furtado (1964) assinalou essa relação de submissão do trabalhador ao proprietário de terras:

Sua atitude é de passividade ou de total submissão àqueles que controlam o Poder, de cujo arbítrio, supõe, depende o bem e o mal (...). Os homens que vivem dentro da grande propriedade, sem relações de trabalho objetivamente definidas, constituem uma comunidade extremamente rudimentar do ponto de vista de sua organização política. O status de morador é quase incompatível com o de cidadão. (...). Na grande plantação o homem que sai ou entra na sua casa está saindo ou entrando em uma parte da propriedade (...). Na grande plantação de açúcar (...) a autoridade pública e privada eram uma coisa só. O trabalhador não tinha ideia do Poder Público senão através da força policial, que ocasionalmente era chamada pelo proprietário para solucionar um problema de maior gravidade. (...) A atividade política interessava a uma pequena minoria da população com consciência dos proveitos que daí podia tirar. (...) A grande massa de trabalhadores constituía, portanto, uma espécie de subcidadania, mais próxima dos antigos escravos do que da população civil, limitada sua participação na vida social quase exclusivamente ao fornecimento de força de trabalho (FURTADO, p. 30 1964).

Nossa intenção nesta sessão não é destrinchar o que foi o processo de instituição do sistema de moradia no país ou em Alagoas, senão destacar como e onde viviam os camponeses que foram expulsos ou que deixaram o campo para irem para a cidade. Assim sendo, analisaremos a partir de agora trechos de entrevistas realizadas com camponeses durante o trabalho de campo desenvolvido até aqui. Os camponeses que residem atualmente em agrupamentos da luta por terra no estado falaram das relações que mantiveram no transcorrer do tempo com o espaço rural e os chamados proprietários de terra usando expressões como: “*Nós morador velho de engenho*”, “*Naqueles tempos trabalhava como lavrador, como arrendatário*”, “*Já trabalhei na usina ‘X’ cortando cana*”, “*Sou filho de agricultor, nasci numa fazenda*”, “*Nasci e me criei aqui*”.

Iremos nos deter agora na análise de alguns pontos das trajetórias de vida de alguns camponeses entrevistados que, em fala, expuseram terem sido moradores do meio rural. Eles nem sempre estiveram relacionados a um senhor de engenho, alguns deles teriam sido residentes de propriedades que pertenciam às usinas de açúcar e álcool e às fazendas. Como sugerido por Heredia (1989), na análise das relações sociais em ambas as situações (moradores de engenho e usinas), o engenho, enquanto sistema social permaneceu dominante

---

<sup>31</sup> Investigando as Raízes da Desigualdade Social na Cultura Política Brasileira, Suarez nos diz que “Contraditoriamente, os mesmos senhores rurais que estão na base do incomensurável poder privado que foi a marca incontestada de nossa formação histórica até o advento da República, esses mesmos senhores que controlam os aparelhos de justiça, os delegados de polícia e as corporações municipais, são eles que amparam o homem comum de todos esses controles sob a proteção do clã” (Suarez, 1994:28).

apesar do surgimento das usinas. Ela ainda avança assinalando que, as usinas instaladas em áreas de engenhos decadentes acabaram por adotar, inclusive, o sistema de morada, característico dos engenhos.

Um elemento particular para nós é que, uma parcela de indivíduos que entrevistamos estão vivendo hoje nas mesmas terras em que nasceram, antes como empregados do dono da terra, e hoje, lutando por ela (Esse é um aspecto que analisaremos no terceiro capítulo). As lembranças, em sua maioria, trazem situações que testemunham como era a vida dos trabalhadores em fazendas, engenhos, sítios ou usinas. Da infância pobre, que por vezes foi assaltada pela necessidade de ir trabalhar, por exemplo, no corte de cana-de-açúcar ainda criança; e da recordação dos pais, mostrando terem orgulho de serem filhos de agricultores. Desde as primeiras entrevistas, rapidamente veio à tona o passado rural e o acervo de emoções em torno da vida de indivíduos em plantações e usinas de cana em Alagoas:

**Sou filho de agricultor, nasci numa fazenda** chamada Porto de Pedra. Com cinco anos de idade perdi meu pai e minha mãe, então com cinco anos fiquei sem pai e sem mãe, criado por um tio muito malvado [...]. Com idade de doze anos fui obrigado a sair de casa, não aguentei mais e saí de casa, fui trabalhar com doze anos. **Aí fui trabalhar pra fazendeiro, plantar cana, semear, limpar, adubar... pra sobreviver** pra não viver mais na casa do meu tio [...]. (Entrevista concedida por Seu Neco, Assentamento dos Filhos da Terra, em Joaquim Gomes, 2017 – grifos nossos).

Minha lembrança forte é que eu **nasci e me criei por aqui**, [engenho] né. Nasci, me criei, casei, tive doze filhos aqui [...]. Meus filhos, casei em baixo de um grupinho que tinha ali, meus meninos, uns batizou lá também ainda, outros foram batizados em outras casas por aqui [...]. E, e foi... [...]. Meus meninos estudaram ali também. **Porque na época que a gente era da fazenda que meu esposo trabalhava na fazenda e eu trabalhava na roça** e tomava conta das coisas e dos meninos. [...]. **É, quando tinha um pedacinho assim que não tinha cana, aí a gente roçava e plantava as coisinhas, mas ele nem queria que a gente plantasse nada, não quer não...** Uns povo que mora lá pra cima do Angelino não tem nada, não tem nada não, só trabalha na fazenda (Entrevista concedida por Dona Aparecida, Acampamento Galho Seco, em Joaquim Gomes, 2017 – grifos nossos).

Morava há muito tempo aqui, meus pais morreu aqui, **eu morava aqui** [engenho] [...]. A gente morava aqui há dezoito anos, essa menina nasceu quase aqui, foi criada aqui; meu filho nasceu na usina, mas veio trabalhar aqui com dezoito anos. (Entrevista concedida por Neide, Acampamento da Fazenda Sede, em Murici, 2017 – grifos nossos).

A minha luta foi desde de criança que eu tive [...] Bom, de começo, eu nunca fui em uma escola, nunca estudei, **comecei a trabalhar com sete anos de idade numa usina** em Pernambuco, usina Gravatá. **Eu como não podia com a foice**

**pra cortar a cana** eu ia juntar a cana pra meu pai amarrar o olho da cana, nesse tempo só era manual. Aí de sete anos até agora, cinquenta e cinco é na luta [...]. Até em 1999 foi no canavial, na cana, nos usineiros. **Sofri muito, trabalhei muito como escravo, até 10h, 11h da noite**, se eu não fizesse daquela norma era cortado do meu salário, aquele dia não era contado. (Entrevista concedida por Zé Baixinho, Assentamento Filhos da Terra, em Joaquim Gomes, 2017 – grifos nossos).

No último trecho que vemos é possível constatar o trabalho escravo sendo exercido no campo alagoano. São relatos de sofrimento, seja na ação do trabalho ou até mesmo nas relações sociais estabelecidas com fazendeiros e usineiros. Oliveira (2001) argumenta que a marca ímpar no campo brasileiro é a violência, característica não só presente no século XIX, mas constante no desenvolvimento e no processo de ocupação do país e que continua existindo. Os povos indígenas foram os primeiros a serem submetidos a essa relação de violência, sofrendo até os dias de hoje um verdadeiro etno/genocídio histórico. Simultaneamente à luta dos povos indígenas surgiram as lutas dos “negros” escravizados contra os senhores de engenho. Das fugas e lutas emergiram os quilombos, terras que representavam a liberdade do indivíduo escravizado. Os posseiros, - como veremos a seguir em um recorte de jornal da década de 1980 - são outra parte dos camponeses *sem terra* que vem historicamente lutando contra a expropriação e violência do campo.

## Recorte de jornal 03: violência com posseiros

0 VIII N.º 1.831 Maceió, Quinta-Feira, 05 de Fevereiro de 1987 Cz 9: 4,00

# Donos de fazenda envenenam a água para matar posseiros



Família de posseiros da fazenda Serra Preta, em União dos Palmares, denunciaram ontem o envenenamento de uma vertente que fornece água para todos os moradores da região, praticado por pistoleiros, sob as ordens de integrantes da família Sarmento, para matar os moradores, em represália à desapropriação de suas terras, que incluem, além de Serra Preta, as fazendas Gordo e Malasombrada. Mais de 20 famílias estão sem água potável, porque a água da vertente amarelou, ficou branca e com um forte odor de veneno, no último dia três. A ação criminosa foi praticada por pistoleiros armados de espingarda 12, que jogaram fardetos nos olhos de algumas crianças que presenciavam a cena.

Os prejudicados prestaram queixa na Delegacia de Polícia de União dos Palmares, perante o escrivão ad-hoc, José Carlos da Silva Ferreira, para o delegado mandar intimar o promotor Francisco Sarmento de Azevedo e seu irmão, Arnaldo Sarmento de Azevedo, proprietários das fazendas, que foram desapropriadas pelo Incra, para que respondam sobre o ato criminoso, praticado com a finalidade de intimidar os posseiros, muitos dos quais residem na propriedade há mais de 35 anos.

Juntamente com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município, Antônio Carlos Vieira, os posseiros procuraram o Incra, ontem, e relataram a ocorrência, pedindo garantias para que possam continuar trabalhando e sejam assentados nas propriedades a que têm direito, de acordo com o ato do presidente da República. Denunciaram também que, sempre à noite, aparecem jagunços dos proprietários, espionando as famílias, com gestos intimidatórios, para que abandonem as terras. Inicialmente, os proprietários contestaram a desapropriação, mas, ultimamente, vendo desfeitas as possibilidades de sucesso, estão recorrendo apenas contra a forma de pagamento. O dinheiro foi depositado pelo governo, de acordo com o Plano de Reforma, em títulos da dívida pública, mas eles querem receber em moeda numa prova de que já aceitam a desapropriação, mas insistem em se vingar dos posseiros.

Os posseiros da fazenda Serra Preta, com o presidente do Sindicato Rural, denunciaram a ação criminosa da família Sarmento

Fonte: Jornal Tribuna de Alagoas, 1987. Catalogado na Biblioteca Pública do Estado

O jornal *Tribuna de Alagoas* em 1987, destaca uma tentativa de assassinato por parte de jagunços<sup>32</sup> a mando de fazendeiros, na cidade de União dos Palmares. Em nossa imersão nos trabalhos de campo foi possível notar nos relatos dos acampados e assentados a rememoração de ações violentas que presenciaram ou que ouviram algum companheiro narrar. Também na condição de posseiros, restou se dispersarem para outras áreas de fronteiras ou, voltando os olhos para nosso objeto de pesquisa, vivenciar a expulsão de suas posses e o deslocamento para cidades próximas.

Como se pode perceber, nossos interlocutores, em seu passado, tiveram contato com o campo - muitos nasceram e viveram boa parte de suas vidas ali -construindo relações sociais

<sup>32</sup>Jagunço ou capanga é o nome que se dá, no Nordeste brasileiro, ao indivíduo que presta-se ao trabalho paramilitar de proteção e segurança às lideranças políticas de determinado território. É possível considerar que, no que se refere às ocupações, acampamentos e manifestações, se há pessoas que criam espaços para luta que despontam na cena pública em busca de reconhecimento de direitos, e, ao se tornarem visíveis com esses acontecimentos políticos, elas acabam muitas vezes tendo que se confrontar com jagunços ou a polícia.



distintas (empregados de fazendeiros, moradores de engenho, trabalhadores rurais de usinas). Mas como já é de compreensão do leitor, sabemos que estes, apesar de hoje viverem no campo novamente, também experimentaram a vida na cidade. O que agora surge como questão é: Como se desenrolou o processo de saída desses sujeitos do campo para a cidade? Quais circunstâncias os levaram a abandonar os engenhos, usinas e fazendas onde trabalhavam e residiam?

A partir da análise das trajetórias de vida dos camponeses percebemos que esse processo de saída do campo não se configura como um simples abandono. Em outras palavras, é possível sugerir que esses sujeitos não desocuparam as terras por almejavem uma vida em um centro urbano. Essas saídas dizem respeito a um processo de expropriação a que foram submetidos. Nas entrevistas que realizamos, podemos ouvir com frequência locuções como: “*A usina faliu, aí, quando tava falindo, fui pá Maceió*”, “*Os fazendeiros não quiseram mais os moradores velhos*”, situações iguais ou parecidas com as que nos deparamos ao pesquisar conflitos agrários nos jornais de Alagoas.

Conflitos relacionados à expulsão do campo (esvaziamento do sistema de morada e demissões de trabalhadores rurais de fazendas e usinas) fazem parte das páginas dos jornais das décadas 1980 e 1990, períodos esses que coincidem diretamente com as expulsões mencionadas nas entrevistas. É possível assinalar que nossos interlocutores fazem parte da parcela de expulsos do campo que notoriamente contribuíram com as estatísticas do êxodo rural no processo de urbanização do estado de Alagoas. Os interlocutores desta pesquisa foram expulsos, pois os donos de usinas, fazendas e engenhos ao demitirem seus empregados, também deixavam de oferecer o sistema de morada. Desse modo, não encontrando mais possibilidade de permanência no meio rural, esses sujeitos não têm outra escolha a não ser tentar a vida em Maceió ou nas sedes dos municípios circunvizinhos a zona rural em que viviam.

Com dezessete anos eu saí [campo], fiz um curso encaminhado pelo sindicato, porque o presidente do sindicato era meu primo, lá em Matriz do Camaragibe, um ano de curso, no centro, num colégio que tinha ali chamado Adelmo Machado. Dentro desse conhecimento fiz um curso, foi um ano lá, voltei pra casa [campo] e voltei profissional, fui trabalhar na indústria, usina, na profissão de eletricitista. Trabalhei em duas firmas, levei oito anos, depois fiz outro curso: rádio e televisão e fui trabalhar em Maceió (Entrevista concedida por Seu Neco, Assentamento Filhos da Terra, em Joaquim Gomes, 2017).

Aí quando foi depois, aí a gente já, nós morador velho, meu pai, meu sogro que morava tudinho lá pra cima, né, **aí os fazendeiros não quiseram mais os moradores velhos e botaram tudinho pra fora, aí foram embora sem ter**

**direito a nada, né. Aí a gente foi lá para Maceió.** (Entrevista concedida por Dona Aparecida, acampamento Galho Seco, em Joaquim Gomes, 2017 – grifos nossos).

Assim... Eu saí [do campo] porque eu precisava estudar. Aí tinha que ir pra a cidade, né? Aí fui pra a cidade estudar... Aí estudei, me formei... Me casei, tive meus filhos... (Entrevista concedida por Berta, Acampamento Galho Seco, em Joaquim Gomes, 2017).

As razões que circundam a expulsão do campo são diversas, como foi possível conferir. Mas o que é comum em todas elas é a não intenção da saída. Estamos falando de pessoas que deixaram as terras que residiam e trabalhavam por não mais encontrarem possibilidade de se manterem no campo, ou que este mesmo espaço - devido às limitações- impossibilitava uma formação escolar, por conseguinte o indivíduo vê na cidade uma alternativa. Sobre essa última motivação, Wolf (1976) destaca que a ida para cidade com a intenção de adquirir estudo não é somente uma tentativa de melhoria de vida, mas representa também certo trampolim para a mobilidade.

O Brasil até pouco tempo atrás era visto como *dois Brasis*: o moderno, relacionado ao meio urbano, e o arcaico, associado ao meio rural. Com a implantação do regime militar, em 1964, a tese da modernização foi vitoriosa<sup>33</sup> (SILVA, 2004). Uma das principais medidas tomadas nesse período foi à criação do Estatuto da Terra pela Lei nº 4504, em 30 de novembro de 1964, que almejava, principalmente, a “modernização do campo” mediante o aumento da produção e da produtividade. A partir daí o meio rural passou por mudanças consideráveis: tratores, máquinas e insumos agrícolas, substituíram a maneira de se produzir. A modernização da agricultura, mesmo acompanhada de leis, acabou agravando a expropriação dos pobres do campo. Uma das primeiras vítimas do processo de modernização foram os posseiros, cujas expulsões foram feitas mediante o emprego da força pelas milícias privadas das empresas, dos grandes e pequenos proprietários, e até mesmo do Estado autoritário. Esse balanço histórico nos permite correlacionar o projeto modernizador da agricultura à expropriação dos camponeses.

A expansão do latifúndio canavieiro no estado alagoano a partir dos anos 1950 – com domínio muito sólido dos usineiros no âmbito político – possibilitou junto com uma série de intervenções econômicas, políticas, tecnológicas e culturais um processo avassalador de aniquilação da pequena lavoura, sucedendo assim um grande deslocamento populacional do

---

<sup>33</sup> Após 1964, os militares seguiram orientações que se destinavam aos programas de assistência econômico-comercial aos países do chamado Terceiro Mundo.

campo. Essa ideia representa o que ouvimos de muitos camponeses quando em suas falas argumentam que os fazendeiros, donos de engenhos “não queriam mais os moradores velhos”. Com o advento da indústria da cana-de-açúcar o fazendeiro ou até mesmo um senhor de engenho se viu ameaçado, perdendo seu espaço para as inovações tecnológicas.

Na linha de pensamento de que parte dos deslocamentos do campo para cidade em Alagoas advém do processo de esvaziamento do sistema de morada, veremos no trecho da entrevista a seguir como uma liderança da CPT relaciona a mobilidade ao aniquilamento desse sistema, promovido pelas usinas de açúcar e álcool a partir da década de 1990;

Nós temos um processo que na década de 90, nos anos 90, mais ou menos no início 90, 91 a 95 as usinas de açúcar que derrubaram, eles oficialmente, eles aceitam o número de 40 mil casas, há quem diga, 50 mil casas. **É... o governo oficialmente assumiu o êxodo forçado de 200 mil pessoas, É... Maceió, naquele período, passou de 49 favelas para cento e alguma coisa.** Então, foi um êxodo muito forte na década de 90. Essas pessoas vieram morar de forma precária na capital e essas gerações. (Entrevista concedida por liderança da CPT, em 2016. – Grifos nossos).

Sob o mesmo contexto do nosso argumento, e ainda fazendo o acionamento de entrevistas concedidas por líderes de movimentos sociais em Alagoas, se faz necessário também destacar partes da conversa com uma liderança do MST no estado. Para ela, o processo de expansão da produção da cana nas usinas fez com que dezenas de povoados (surgidos pelo sistema de morada) desaparecessem, proporcionando assim um significativo deslocamento de famílias que viviam no campo para a cidade de Maceió. A liderança afirma que à medida que as massas começam a mobilidade para a capital em decorrência do declínio do sistema de moradas, há o surgimento proporcional de novas áreas periféricas na cidade, isso porque em sua visão;

O povo que até então estava ali [campo], né, e que não tinha na usina, por mais que tivesse uma relação trabalhista não legal, não definida né, conforme estabelece a legislação, mas pra além disso tem uma relação daquelas pessoas, vinham de gerações que já moravam ali, né... Então em muitas situações a usina chegou, mas o povo já estava ali né, então de você ter três, quatro, cinco gerações, e aí esse processo seja da modernização que então o usineiro começa a perceber que não é mais necessário, ou não é mais interessante manter o povoado que tem ali ao redor da usina, onde as pessoas tinham a produção de sua vida seja do ponto de vista social, né, econômico também porque muitos às margens da cana produziam a, a, as culturas de subsistência né, era a macaxeira, era o milho, era o feijão... **Então com essa, essa coisa percebe que não é mais necessário e até inclusive os povoados eles começam a desaparecer, isso não é coisa antiga, eu lembro que é coisa de dez, cinco anos,** tem uma série de lugares que se a gente tivesse tido a capacidade de fotografar, né, como isso foi se... **Foi assim, desaparecendo. Então os povoados, né, as comunidades ao**

**redor ali que eram de famílias que trabalhavam, né, que vendiam sua mão de obra pra a cana, pro corte da cana, foi desaparecendo porque o usineiro entendeu que não era mais necessário.** Por mais que a escola ali fosse bancada pelo município, por mais que toda uma série de serviços ali era mantida pelo serviço público, mas se tinha a ideia de quem mantinha era o usineiro. Então foi esse desaparecimento né, desses povoados, dessas comunidades, que começa a crescer na cidade, que essas famílias vêm pra a cidade. (Entrevista concedida por liderança do MST, em 2015. – Grifos nossos).

Essa reestruturação que envolveu a diminuição da taxa de expansão e a utilização de tecnologia resultou na redução de mão de obra e no agravamento das condições de vida dos trabalhadores. O processo levou ao deslocamento de grande contingente de pessoas para as periferias das cidades canavieiras e para a capital, aumentando o êxodo rural e as desocupações. Os trabalhadores então expulsos das fazendas e engenhos se deslocam para periferias das cidades da zona da mata, nas periferias dos aglomerados urbanos, e junto a eles, ex-posseiros e pequenos proprietários que sofreram as consequências do processo de expropriação das terras dos tabuleiros e roças de moradas.

Os jornais de Alagoas divulgaram experiências de expulsão do campo que dialogam com nossos dados de campo, evidenciando a continuidade de um *modus operandi*. A história divulgada pelo Jornal *Tribuna de Alagoas*, em 1980 nos traz a história da viúva de um trabalhador da Usina Uruba, do Grupo João Lyra<sup>34</sup>. Com o falecimento do esposo, Jaci e seus filhos foram expulsos das terras da usina, e sem ter para onde ir, passaram a viver em um “gaiolão” de transporte de cana, ainda nas terras da usina. É nítida a interferência do setor sucroalcooleiro na vida da população rural, sujeitando-a com a miserabilidade e a forçada mobilidade campo-cidade.

---

<sup>34</sup>Corre no Supremo Tribunal Federal processo contra João Lyra e Antônio José Pereira de Lyra (seu filho) em que são acusados de submeter à condição análoga à de escravo 56 dos 3.300 trabalhadores de uma empresa de sua propriedade que trabalhavam em lavoura de cana-de-açúcar no município de União dos Palmares/Alagoas.

## Recortes de Jornal 04 e 05: trabalho escravo entre trabalhadores rurais



Jornal: Tribuna de Alagoas, 1987.



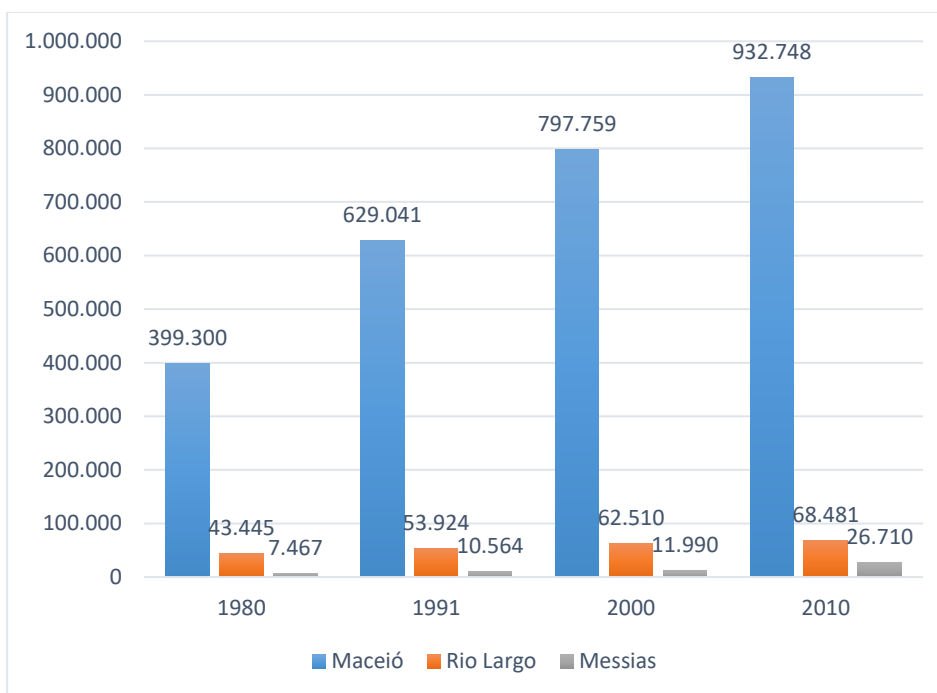
Jornal: Tribuna de Alagoas, 1987.

Como aponta a matéria jornalística, a situação de miséria e exploração em que vivia a família, lembra a situação que se encontravam indivíduos escravizados em engenhos de açúcar e fazendas de café, no Brasil Império. Com o envelhecimento ou morte da principal força de trabalho da família, os demais membros são expulsos das terras das usinas, como aconteceu com Jaci e seus filhos. A maioria tendo como destino as fileiras de aglomerados

humanos nas periferias de Maceió, sem emprego, sem dinheiro e sem formação profissional para ofícios urbanos.

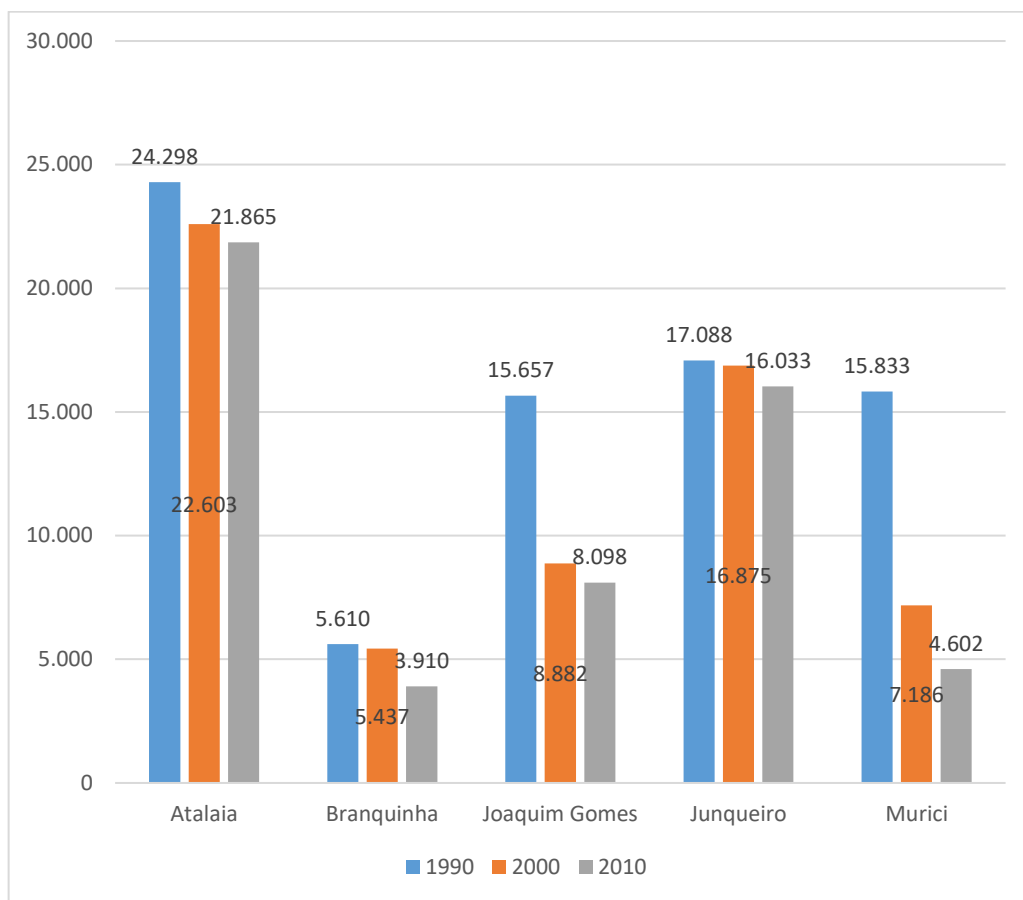
Em decorrência desse processo de expropriação do campo ocorre a queda da população rural no estado. Nas séries históricas relacionadas à densidade demográfica dos municípios que fizemos trabalhos de campo, por exemplo, podemos verificar o declínio da população rural em municípios de microrregiões e a elevação da urbana na região metropolitana. Nos gráficos abaixo, a partir do aumento da população urbana dos municípios de Maceió, Rio Largo e Messias, podemos constatar a diminuição da população rural entre 1990 a 2010 de cidades como Joaquim Gomes, Murici, Branquinha, Atalaia e Junqueiro corroborando para o argumento de que a partir de 1991 há uma significativa intensificação de deslocamento campo-cidade.

**Gráfico 02: Aumento da população urbana na capital e região metropolitana**



Fonte: Censos demográficos de 1980, 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

**Gráfico 03: Queda da população rural dos municípios: Joaquim Gomes, Murici, Branquinha, Junqueiro e Atalaia**



Fonte: Censos demográficos de 1991, 2000 e 2010. Elaboração própria.

A partir da verificação dos dados podemos inferir que o deslocamento no estado se deu, em sua maioria, para a região metropolitana. O que responde o crescimento populacional urbano de cidades que circundam Maceió, e a formação de novas periferias na capital. Na consulta aos Censos Demográficos (IBGE) na procura de dados que indicam o esvaziamento das zonas rurais das microrregiões, percebemos que não existiu, no censo de 1970 e 1980 produção de elementos a respeito da situação domiciliar (rural ou urbana) dos habitantes dos municípios alagoanos. As informações relacionavam-se aos indivíduos nascidos ou não nascidos nos lugares em que foram recenseados. Aspecto esse também encontrado em pesquisa nos jornais publicados em Alagoas<sup>35</sup>, o que corrobora para o argumento de que não havia sinalização de interesse nas mobilidades ocorridas dentro do estado. A levar em consideração que as matérias jornalísticas só passam a noticiar a expropriação do campo

<sup>35</sup> A lembrar, o recorte de jornal 01, disponibilizado neste texto na página 20.

como problema de Estado, em Alagoas, a partir da intensificação do deslocamento na década de 1980, quando ocorre a intensificação das formações de periferias em Maceió protagonizadas, majoritariamente por indivíduos que tiveram a mobilidade forçada do campo.

De 1985 a 1995, segundo o IBGE/PAM<sup>36</sup>, a produção de cana-de-açúcar em Alagoas passou de 24 para 20 milhões de toneladas, nesse período, ocorreu uma redução de aproximadamente 140 mil postos de trabalhos nas áreas da região Leste alagoana. O final da década de 1980 em Alagoas é marcado pela intensificação das expulsões de moradores de fazendas, engenhos e usinas. Conforme Lessa (2016), no apogeu desse período, que se deu em 1990, mais de 40 mil famílias foram expulsas do meio rural e tiveram suas casas derrubadas. Seguindo pistas de Albuquerque (2009), o esgotamento do sistema de morada significa a extenuação de um ciclo ainda iniciado na escravidão, que com as formas de dominação social se fortaleceu ainda mais após o processo de abolição. Significa também o esmorecimento das relações de senhores de engenho/donos de usina/fazendeiros com os trabalhadores rurais e camponeses. O seu total esgotamento é ainda um fenômeno em curso, sendo assim um rico objeto para análise sociológica.

As implicações desse sistema de relações persistem até os dias atuais<sup>37</sup>, sendo ainda possível encontrar usinas que disponibilizam casas para seus trabalhadores, exigindo como moeda de troca, obediência com relação às normas estabelecidas. Por exemplo: Patrões que doam as casas em que os funcionários moram, para que não recebam seus benefícios trabalhistas quando se aposentam. Sendo o valor dessas casas inferior ao que poderia ser recebido legalmente pelos funcionários. Motivo pelo qual na grande maioria das moradias que ainda hoje existem em terras de usinas, seus moradores são aqueles que colecionam anos de vida dedicados à empresa. Se tornou corriqueiro as usinas utilizarem o argumento de que estão falindo, ou que as safras já não vêm dando lucro suficiente para o não pagamento de rescisões contratuais em forma de dinheiro aos trabalhadores residentes nesse sistema, oferecendo dessa forma, a casa em que o sujeito já reside como forma de pagamento. A maioria dos trabalhadores acaba aceitando a proposta por não terem disposição ou

---

<sup>36</sup> Produção Agrícola Municipal. Sistema do IBGE responsável por fornecer informações estatísticas sobre quantidade produzida, área plantada e colhida, rendimento médio e valor da produção agrícola.

<sup>37</sup>Entendendo que a experiência do vivido não é negligenciável nas Ciências Sociais, utilizamos também neste trabalho, aspectos da trajetória de vida da pesquisadora como recurso metodológico. Para além de compor parte da fenomenologia do objeto e do fundo axiológico dessa pesquisa (WEBER, 2016), entendemos que ela pode ser utilizada como fonte de captação de dados. Motivo pelo qual, os próximos parágrafos trazem dados que são produto de experiências pessoais.



oportunidade para demandarem um processo judicial contra a empresa. Sabendo que poderá demorar anos para resolução e precisando manter sua residência, eles acabam cedendo à única opção que o empregador proporciona.

É comum também em época de redução do quadro de funcionários nas usinas, que seja preferível demitirem a mão de obra que tenha sido contratada recentemente. Entre escolher a demissão de um trabalhador que tenha mais de 40 anos na empresa e outro que tenha 10, o empresário opta pelo segundo, pois o custo em dinheiro referente aos anos dedicados ao trabalho deverá ser menor. Por outro lado, o sistema de moradia ao longo dos anos vem sendo esvaziado. A destruição das casas acontece, por exemplo, na medida em que os trabalhadores vão sendo demitidos ou quando os usineiros estabelecem certo prazo para as casas serem deixadas. O espaço onde existiam casas vai se tornando mais área para o cultivo, e assim as moradias vão sendo substituídas pela plantação de cana.

Há ainda nos dias de hoje, chantagens disfarçadas –semelhantes ao voto de cabresto– nas quais o usineiro exerce sobre seus funcionários uma pressão para apoiar e votar no candidato de sua indicação, isso quando o candidato não é ele mesmo. A não obediência dessa ordem camuflada de opção, pode se tornar expulsão das casas e a perda do emprego. Em terras da Usina Pedrosa, no município Cortês (PE), no período de eleição para prefeito da cidade, presenciei um comício eleitoral no espaço onde se localizavam as moradias dos trabalhadores. O usineiro, apresentando aos trabalhadores o candidato que apoiava chegou a falar: *“você vivem aqui de graça, não pagam aluguel, e ainda não querem votar no [...]. A gente tem que ver isso, se não, como é que podem continuar vivendo aqui?”*.

No caso de Alagoas, Albuquerque (2009) argumenta que com a formação do processo produtivo da cana se tem o rompimento da associação casa-trabalho:

O aumento das áreas de plantio e a expulsão ou abandono da fazenda são processos concomitantes e vêm ocorrendo, nas últimas cinco décadas, mas, é nos últimos vinte anos que se consolidam as condições objetivas necessárias pelo capital que impuseram, para além da expropriação, a mais completa expropriação do trabalhador rural. A expropriação do trabalhador que começa com a redução ou o fim do uso do solo para o plantio e a criação, completa-se com a crise do sistema de moradia (ALBUQUERQUE, 2009).

Sigaud (1979), em sua tese de doutorado sobre ex-moradores de usinas de cana-de-açúcar na zona da mata pernambucana, procura, entre outras questões, discutir o processo de expulsão de antigos moradores destas usinas e sua instalação nas periferias das cidades. Para a autora, esse momento corresponde à “dissolução” do tradicional *sistema de moradas*, o que

ela interpreta como “a expropriação do morador de determinadas condições de produção e garantias de existência que eram asseguradas pelo sistema de morada” (SIGAUD, 1979). Já Palmeira (1989), sugere novos significados para esse processo de expropriação, ponderando que se trata do despojamento dos trabalhadores rurais de seus meios de produção. Nesse contexto, a modernização da agricultura aprofundou o processo de expropriação, gerando um tipo de trabalhador necessário às novas exigências do processo produtivo. Na mesma linha de pensamento, Bagli (2013) acredita que a expansão da urbanização incorpora e subjuga áreas rurais, isso ocorre porque o meio urbano exerce atração sobre as pessoas em virtude das funções dessa expansão, também porque recebe os egressos do campo expulsos pela lógica expropriatória do modo de produção.

Sobre o fenômeno em Alagoas, podemos concluir que o processo de saída desses camponeses do campo se deu através de fatores sociais, econômicos e políticos. O processo de expansão e, em seguida, o arrefecimento de investimentos do Estado para a cana-de-açúcar foram responsáveis pelo significativo êxodo rural. No primeiro caso a introdução no campo das chamadas novas tecnologias, na época (tratores, máquinas, insumos, etc.) substituiu a mão de obra camponesa. E com o segundo fato, mais especialmente a partir da década de 1990, tivemos um aumento considerável de deslocamento do campo para a cidade. A fala de uma camponesa do acampamento Galho Seco “*O fazendeiro não queria mais morador velho*” representa esse processo de industrialização da cana, que por sua vez forçou a saída dos camponeses das fazendas. Sigaud (1979) demonstrou em sua obra que fazendeiros em muitas situações acabaram perdendo espaço para usineiros, por conseguinte, não tiveram mais condições de manter trabalhadores rurais assalariados, ou como em outras situações, preservarem os indivíduos em suas terras para assim usufruir também de boa parte do que era produzido por estes.

É preciso acrescentar que mesmo hoje, ainda estão em vigor as saídas do campo para as cidades devido à falta de emprego em usinas, a substituição de mão de obra por máquinas, a necessidade de mobilidade para grandes centros urbanos em busca de profissionalização em centros de ensinos. Ademais, Alagoas atualmente passa por uma crise do setor canavieiro, com diversas usinas fechadas, a exemplo do *Grupo João Lyra* que hoje se encontra na situação de massa falida<sup>38</sup>. A Usina Guaxuma (Coruripe-AL) - uma das usinas desse grupo empresarial fechada devido às dívidas -antes dispunha do *sistema de morada* em suas terras.

---

<sup>38</sup>A massa falida de uma empresa é formada no momento da decretação de sua falência, e consiste no acervo do ativo e passivo de bens e interesses do falido, que passam a ser administrados e representados pelo síndico.

Com o decreto de falência centenas de trabalhadores enxergaram na saída para a cidade a única alternativa.

### **1.3 Uma urbanização tardia: desenvolvimento histórico e dinâmicas sociais da urbanização no processo dos deslocamentos campo-cidade em Alagoas**

Nossa intenção nesta parte do texto é tratar brevemente do processo de urbanização de Maceió, ocorrido entre as décadas 1980 e 1990, período que corresponde aos deslocamentos campo-cidade dos camponeses que compõem as preocupações dessa pesquisa. Tornou-se interessante chamar atenção para o cenário de recepção que vivenciaram os camponeses, levando em consideração as narrativas de mobilidade. É importante deixar claro que não temos profundidade na discussão e que este não é nosso foco, o que veremos a seguir são discussões preliminares e apontamentos que entendemos como estruturais na compreensão da sociedade alagoana contemporânea.

Como já expusemos antes, a história de Alagoas está estritamente relacionada à monocultura da cana e como formulava Manuel Diégues Júnior (2006) em 1945: “A evolução de um ditou e condicionou a do outro; [...] As dificuldades que sofre o açúcar, refletem-se na história regional” (DIEGUES JÚNIOR, 2006). Os povoados de Alagoas nasceram e cresceram em torno dos engenhos de açúcar – sendo ponto de partida para colonização e elemento impulsionador de acumulação de riquezas –, desenvolveu-se, assim, em seu redor a economia, a vida social, as manifestações culturais, todos associados à existência de escravos. Esses núcleos de povoamento não só cresceram sendo explorados pelo açúcar, mas pelo próprio homem (DIEGUES JÚNIOR, 2006). Inicialmente essas pessoas eram escravas; hoje, ainda que assalariadas, vivem em condições degradantes. É possível também perceber a relação da história da monocultura da cana-de-açúcar com a história de Alagoas nas falas de alguns dos nossos interlocutores de pesquisa. Uma liderança da CPT, em 2016, relatou que:

**Alagoas é um estado assim, que foi formado onde a propriedade da terra, ela é a espinha dorsal, o avanço desde o engenho banguê até a usina tornou, vamos dizer assim, uma parte significativa da área agricultável nas mãos desses... desses usineiros fornecedores de cana, do latifundiário canavieiro, podemos dizer (Entrevista concedida por uma liderança da CPT em 2016 – grifos nossos).**

A questão da monocultura da cana é um ponto central nos discursos dos movimentos sociais em luta pelo acesso à terra no estado. Há uma leitura de que existe uma relação direta e violenta entre poder, terra e estrutura fundiária, que percorre os âmbitos econômico, político

e social. Em um estado dominado pelo açúcar, Maceió, embora seja uma cidade portuária estabelecida a partir do comércio, estabelece-se a partir do entrelaçamento de interesses de suas elites comerciais com o de elites rurais do estado, assimilando no meio urbano práticas consolidadas nas regiões latifundiárias e escravocratas. Diégues Júnior (2012) cita o espaço de meados do século XIX quando recorda o choque entre os dois tipos de sociedade – a rural, tradicionalmente traduzida pelos grandes proprietários de terras, e a urbana, representada pelos grandes comerciantes, os fidalgos e proprietários urbanos.

Segundo o Censo de 1900, os 36.427 habitantes de Maceió não ultrapassam 5% da população do estado, revelando a baixa representação da capital<sup>39</sup> e de áreas urbanas em um território dominado por uma economia e uma população fundamentalmente rural. Embora Maceió neste período já se apresentasse como uma opção para buscar empregos, em determinados momentos de sua história acolheu um número significativo de trabalhadores rurais que fugiam dos longos momentos de crises econômicas e das secas no sertão alagoano. Entre os anos 1870/80, o estado passava por uma crise econômica em função da queda dos preços do açúcar e do algodão. Agravada pela seca em 1880, gerando consequências em Maceió pelo volumoso contingente populacional que migrou para a cidade, ampliando o quadro de pobreza já presente (CALVACANTI, 1998). Em relato, Pedro Maciel (1964) nos traz indicativos das condições em que chegavam os trabalhadores rurais à Maceió:

As caravanas desciam, compostas de indivíduos de ambos os sexos e de todas as idades, mostrando nas faces cadavéricas e nos ossos salientes do corpo mal coberto por trapos de cor duvidosa, os sofrimentos e as privações de toda espécie nessas longas travessias que acabavam de fazer (MACIEL, 1964, p. 154).

Temos também um relato de um jovem recém-chegado à cidade de Maceió em 1924<sup>40</sup>, tendo nascido em um engenho e só conhecido algumas cidades: São Luís do Quitunde e Marechal Deodoro.

Conhecer a capital, de que muito ouvira falar, não me trouxe lá muita surpresa. A impressão inicial foi mesmo a de um aglomerado de casas e de rua como que arrancadas de pequenas cidades e povoados, e jogadas, todas inteiras, e ao acaso, pelas beiras da lagoa, do mar e pelas encostas do tabuleiro, tendo-se o cuidado, apenas, de escolher as melhores ou menos pobres para colocar nas zonas centrais, deixando, aqui e ali, alguns espaços ou praças onde seriam construídos edifícios ou residências mais importantes, como o palácio e os quartéis. Só que o

---

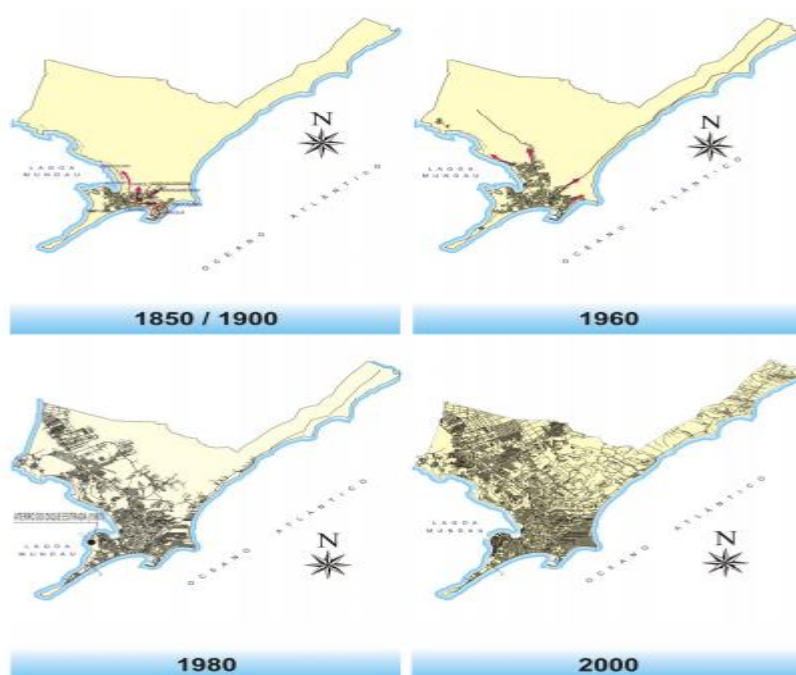
<sup>39</sup>Em meio a contendas envolvendo elites rurais do norte de Alagoas aliados aos comerciantes de Maceió e elites rurais do sul de Alagoas, a cidade portuária é alçada à capital da província no ano de 1839. Sobre essas disputas ver: (CARVALHO, 2015; TENÓRIO, 1997).

<sup>40</sup> O jovem em questão é o pai do historiador Luiz Sávio de Almeida.

labirinto não era desnorteador como diziam. De novo mesmo, o que vi logo, foram os bondes<sup>41</sup> e o mar (ALMEIDA,1992, p.115-116).

Nesta década, as localidades à beira da lagoa, por exemplo, caracterizam pobreza, assim como as zonas residenciais situadas entre os bairros do Trapiche, do Prado e da Ponta Grossa. O processo de urbanização estandardizado pelo êxodo rural contribuiu para o crescimento populacional de Maceió, como é possível conferir na figura seguinte.

**Figura 01: ocupação demográfica do território de Maceió**



Fonte: MELO, (2010).

Essas mudanças na distribuição populacional relacionadas à urbanização em Alagoas contribuem com o surgimento de conflitos relacionados à busca por trabalho, moradia e terra. A exemplificação, no estado ocorreu a expulsão do campo de trabalhadores rurais viabilizada por grandes proprietários de usinas, engenhos e fazendas. Esses empresários, rivalizando com o declínio de seus negócios<sup>42</sup>, conduziram a expropriação desses indivíduos por acreditarem

<sup>41</sup>A cidade podia ser visitada a partir de um passeio de bonde, que desde 1912 deixava de funcionar como tração animal e passava para o sistema de energia elétrica.

<sup>42</sup>O processo de expansão pelo qual passou a agroindústria canavieira em Alagoas, particularmente no período do Proálcool, resultou da combinação de terras disponíveis, da desestruturação da produção de subsistência e da farta disponibilidade de recursos públicos. No Brasil, o período 1950-1975 é considerado a principal fase extensiva, que reverberou em períodos seguintes, também extensivos. Na década de 1980 registrou-se assim tanto o auge, quanto o declínio do Proálcool. Ocorre também uma turbulência em sua estrutura institucional, que

que suas terras pudessem ser vinculadas juridicamente aos trabalhadores. Desse modo, foram destruídas junto das moradias existentes nas propriedades, tradições de convívio humano e repertórios de símbolos, inaugurando traumáticamente meios de sobrevivência, constituídos pelo êxodo rural de uma grande parcela de famílias.

Da demissão de empregos à expulsão de moradias, forçou-se fileiras acentuadas de mulheres, homens e crianças desprovidos de casa e terra, em jornadas em busca de emprego e moradia. Em decorrência, passaram a contornar suas vidas em “vilas de refugiados”, nas mediações das cidades do interior e singularmente em Maceió, nos bairros próximos à rodoviária, onde ficaram conhecidos como “turistas da miséria”. Um dos espaços de “recepção” desses camponeses, foi o bairro Feitosa. Segundo o jornal *Tribuna de Alagoas* (1986), pessoas vindas do interior do estado, chegavam à rodoviária sem ter para onde ir, e devido às circunstâncias – sem emprego, família ou conhecidos na cidade – muitos deles passaram a resistirem em situação de rua nos bairros próximos da estação de viagens.

#### Recorte de jornal 06: Os “turistas da miséria” no bairro Feitosa



Fonte: Tribuna de Alagoas, 1989.

vigorava desde a década de 1930 e teve fim em 1990, com a reforma administrativa que acabou com o IAA – Instituto do Açúcar e do Alcool.

Como foi possível observar no recorte do jornal, a matéria nomeia os sujeitos expulsos de suas terras como “*turistas da miséria*”, alegando que esses chegam à cidade formando provisórios espaços de miséria, na luta pela sobrevivência. Mas o que a matéria jornalística não considera é que essas são pessoas que fazem parte da aglomerada massa de indivíduos do campo que se deslocam para a capital não sendo turistas, mas sendo parte das pessoas que constituiriam a formação de grandes bairros periféricos da cidade. Como procuraremos demonstrar no decorrer deste texto, esses pontos que, de certa forma, serviam como recepção para os expropriados do campo – as cidades de lona e as grotas – se tornariam um dos principais aspectos de expansão das atuais periferias urbanas do Estado de Alagoas, consideravelmente a partir do final dos anos 1990.

Nas últimas duas décadas, podemos observar nos movimentos sociais rurais um conjunto de indivíduos que passaram pelo deslocamento campo-cidade e que agora estão retornando para o campo, constituindo desse modo, o movimento que estamos chamando campo-cidade-campo. Dentro do movimento *campo-cidade*, buscamos entender: a) as motivações dos deslocamentos; b) como aconteceram; c) como se deu o processo de chegada desses camponeses nas cidades, especialmente em Maceió, onde temos uma maior evidencia de relatos. Nessa direção, na sessão seguinte, traremos para a análise algumas das experiências vividas pelos camponeses ao chegarem às cidades.

#### **1.4 “Morar na rua é mesmo que a pessoa entrar numa força”<sup>43</sup>: os conflitos nas experiências adquiridas por expropriados da terra**

No conjunto de nossos interlocutores, alguns têm a ida para a cidade marcada pela ideia de que nos centros urbanos seria possível obter um emprego com facilidade. Suas experiências, no entanto, demonstram as dificuldades encontradas por eles para se integrarem à dinâmica da vida urbana. Esses indivíduos passaram boa parte de suas vidas permeada pelas relações características do campo. Ao chegarem à cidade, se deparam com um mercado de trabalho que majoritariamente exige uma especialização da mão de obra, distinta do estoque de conhecimentos necessários às atividades praticadas por nossos interlocutores. Isso, pois até então, só utilizavam sua força de trabalho em atividades rurais como o corte da cana e o cultivo da terra. Outros são atraídos para a cidade pela possibilidade de conseguirem estudar.

---

<sup>43</sup>Frase extraída do relato de um interlocutor em meio a uma entrevista concedida.

Iremos tratar agora dos conflitos vivenciados por sujeitos que passaram por experiências de expulsão do campo e foram viver nas cidades. Salientamos ainda, que esses interlocutores passaram pelo movimento *Cidade-Campo* e agora lutam pela democratização da terra. Observamos que o trânsito da vida rural para a vida urbana fez surgir cenários conflituosos (violência, antipatia, hostilidade, repulsa, tristeza, ofensa e etc.) na vida dessas pessoas, marcados principalmente pela mudança de espaços de sociabilidade.

O processo de acumulação do capitalismo, ao esvaziar relações de produção no campo que lhe são anteriores e antagônicas, põe em movimento massas humanas que numa primeira fase se integram ao exército nacional de reserva (SINGER, 1968). Em Alagoas, como já observamos, podemos perceber uma elevação no deslocamento *campo-cidade*, a partir da falência de inúmeras usinas e fazendas. Nesse movimento, milhares de indivíduos expulsos do campo e sem emprego migram para tentar a vida em perímetros urbanos. A massa nacional de reserva, sugerida por Singer (1968), pode ser vinculada a situação de desemprego em que vivemos sujeitos ao saírem do campo por perda das condições de se manterem no meio rural.

Em consequência desse processo, em Maceió houve uma rápida expansão das periferias<sup>44</sup> na capital. Em 1998, por exemplo, a cidade passou por modificações em seu perímetro urbano, que aumentou de 112,5 km<sup>2</sup> para 197,4 km<sup>2</sup>. Com a mudança, o número de bairros existentes dobrou de 25 para 50. Os bairros do Clima Bom, Santos Dumont, e Benedito Bentes<sup>45</sup>, são exemplos do crescimento de bairros populares e de zonas periféricas no período.

Antes de nos atermos aos conflitos relatados por nossos interlocutores, apresentaremos recortes de jornais, onde evidenciamos, através de reportagens jornalísticas, conflitos vivenciados na cidade por estes que passaram pelo processo de expulsão do meio rural. As narrativas presentes nos meios de comunicação da época ilustram situações próximas das compartilhadas pelos interlocutores desta pesquisa. Dessa forma, se introduz mais elementos acerca das consequências da acumulação do setor sucroalcooleiro no processo de êxodo rural, e em concomitância, na urbanização tardia da cidade de Maceió.

---

<sup>44</sup> A definição do termo periferia está ligada à lógica econômica mundial, a modelos sociais urbanos, a estratificações sociais. Periferia é o lugar contrário ao centro da cidade.

<sup>45</sup> Vale destacar que atualmente nesses bairros se encontram algumas das maiores zonas periféricas da cidade de Maceió.



## Recorte de jornal 07: A expropriação do campo e as consequências na cidade de Maceió



**Caso da fábrica agrada os**

**OLHO D'ÁGUA DAS FLORES** - O fechamento da fábrica de queijos Laticínios Lacta, por agentes da Polícia Federal e veterinários do Ministério da Agricultura, vem causando repercussão neste município, uma vez que grande parte da população trabalhava naquela empresa, tirando daí o sustento para suas famílias.

Esperam os trabalhadores daquela fábrica, que tão logo sejam sanadas as irregularidades encontradas, como o caso da inspeção, da pasteurização bem como o problema das fossas, a fábrica

**Sem emprego e sem moradia, famílias do interior sofrem na Capital**

### Evasão do Interior provoca as submoradias na Capital

A falta de emprego no Interior alagoano, motiva a evasão de seus moradores para a Capital, onde despreparados em termos de mão-de-obra urbana estas pessoas não conseguem trabalho e muito menos um local para morar. Estas famílias ficam alojadas em tendas cobertas de plástico e papelão, até que o chefe da família consegue recursos para voltar a sua terra natal, desiludido e decepcionado, com o que chama de falta de sorte.

As comunidades do Interior alagoano, salvo pequenas exceções, são dispõem do Poder Público, como mercado de trabalho. O Estado não está empregando e o Governo Federal está desempregando. Resta apenas as sofridas Prefeituras, sem recursos, para manter o drama social de seus concidadãos, que vão até a residência do prefeito, procurando primeiro sensibilizar a esposa do Chefe do Executivo, para conseguir emprego de servicial, merendeira, gari, ajudante de caminhão, limpeza pública, vigia, e outras funções que não requerem um maior grau de estudo.

Os prefeitos, geralmente emocionados com os dramas que lhes surgem pela frente, na maioria das vezes são impelidos a conceder empregos com subsalários, uma vez que os candidatos aos empregos dizem que qualquer coisa que ganharem é melhor do que não ganhar nada. De forma que se gera o conhecido número de trabalhadores sub-assalariados, com as prefeituras com número excessivo de funcionários.

Quando um novo prefeito se elege, imbuído do desejo de moralizar a administração e dispensar funcionários para reduzir a folha e permitir a existência apenas dos funcionários absolutamente necessários, surge o problema social, de jogar na miséria grande número de famílias, que sem o minguado ordenado da prefeitura, passarão fome por não ter opção de emprego.

Fica então o grave problema do exodo de trabalhadores, totalmente despreparados para enfrentar a vida na cidade grande, mas que são obrigados a abandonar suas cidades por total falta de emprego. Os prefeitos devem pleitear abertura de indústrias e firmas comerciais nos seus municípios. (Afrânio Godoi).

Fonte: Jornal de Alagoas, janeiro de 1988. Biblioteca Pública do Estado.

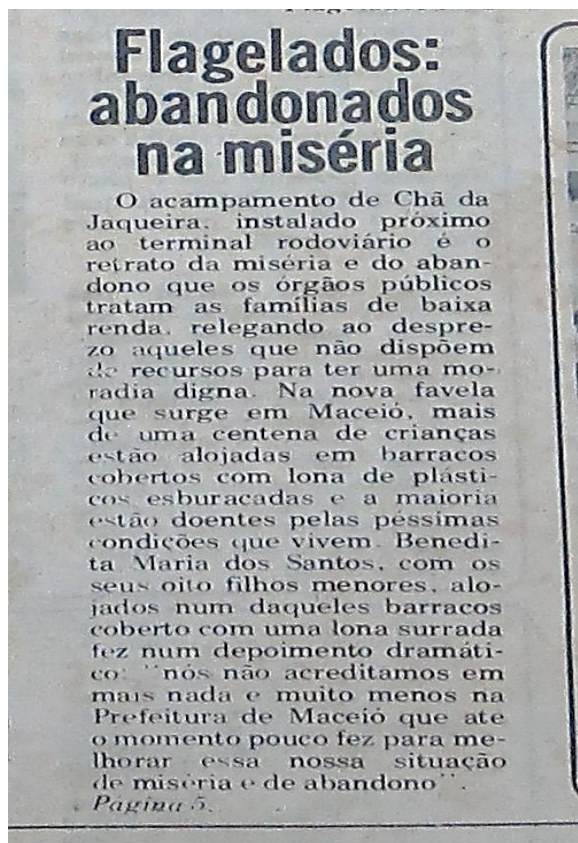
Os conflitos relacionados à chegada na cidade de indivíduos expulsos do campo, faz com que alguns veículos de comunicação passem a dar visibilidade ao problema social da falta de emprego no meio rural. Com a chegada dos “retirantes”, e a formação de acampamentos com barracos de lonas, onde estes buscavam se abrigar, a formação de submoradias na capital passa a estar em evidência. As matérias dos jornais trazem também relatos sobre um fenômeno que foi recorrentemente narrado por nossos interlocutores no trabalho de campo: a expulsão de fazendas. O esvaziamento do *sistema de moradia* por meio da exclusão do campo permeia os jornais, tal como na bibliografia e nos dados produzidos a partir do trabalho de campo.

## Recorte de Jornal 08: Moradoras da cidade de Iona



Fonte: Jornal de Alagoas, janeiro de 1988. Biblioteca Pública do Estado

## Recorte de jornal09: condições de miséria em que viviam “flagelados” em Maceió



Fonte: Tribuna de Alagoas, 1992. Biblioteca Pública do Estado

O fato de o Bairro Feitosa ter sido cenário de recepção para retirantes do meio agrário, como demonstrados nos recortes de jornais, provavelmente se explique pelo bairro estar às margens da rodoviária de Maceió. A escolha de sujeitos recém-chegados, de se abrigarem perto de onde são deixados - seja por ônibus ou pau de arara<sup>46</sup> - pode ser entendida ainda, como uma estratégia de cuidado, tendo em vista a ausência de familiares na cidade, dinheiro ou lugar para ir.

---

<sup>46</sup>Nome dado a um meio de transporte irregular que ainda é utilizado no Nordeste do Brasil. Consiste em se adaptar nos caminhões para o transporte de passageiros, constituindo-se em substituto improvisado para os ônibus convencionais.

## Recorte de jornal 10: Mulheres e crianças depois de expulsão da fazenda

AS

LOCAL-3



O desespero toma conta desta senhora que, despejada não tem mais onde morar

o já  
ia  
as

Al está finan-  
ção individual  
bem, oferecen-  
s para obras de  
dhorria. De tais  
dem usufruir  
ão daquele or-  
ção e o prazo  
ria de 5 a 25  
juros sendo  
estas propor-  
cional de Ha-  
ou seja, mais  
stituídos pelas  
ões de crédito  
habitacional.

Programa de  
Construção,  
Fehoria (FI-  
o pelo Banco  
bitação para  
igo Programa  
didos". O FI-  
também com o  
urocratizar e  
tuidades de  
famílias com  
lento dos li-  
s pelo Pla-

onformidade  
ies da Cohab-  
ressada na  
rma de sua  
ar, livremen-  
i firma cons-  
nais além a  
sentação de  
so em que a  
obra ficará  
go do finan-  
go do finan-  
ra as parce-  
s aos mate-  
obra, rece-  
orientação

# Mulheres e crianças sem teto em Atalaia

Atalaia - (Dos Enviados Especiais Marcelo Firmino e Darcio Monteiro). Vai se agravando o drama de nove famílias da Vila José Paulino nesta cidade, sem que nenhuma providência seja tomada pelas autoridades municipais, as quais ignoram, por completo, o problema dos moradores despejados por ação judicial, colocando no meio da rua mulheres e crianças, que passam, agora, a compor estatísticas de famílias abandonadas.

A demolição das casas no terreno que o Sr. Luiz Gonzaga Bittencourt diz ser seu, foi iniciada na segunda-feira e ontem teve continuidade, com a polícia garantindo a queda de mais dois casebres, ficando de voltar hoje para colocar no chão o resto.

### O ACORDO

Alguns moradores, quando viram novamente o aparato policial pronto para colocar tudo de motro abaixo, procuraram de imediato o dono da terra e prometeram fazer o "acordo" como ele queria: a compra do terreno por Cr\$ 80 mil, parcelado em 20 meses. Mas, segundo o boia-fria José Gonçalves, essa foi uma jogada para que as casas já condenadas pela polícia não fossem derrubadas, "pois na verdade nos não temos como pagar isso".

Ontem, inúmeras crianças já dormiam entre os destroços de suas casas, sem entender ainda o que havia acontecido. Apenas acompanhavam o choro dos seus pais. Enquanto isso, os curiosos presentes ao drama social bradavam: "Isso é um desrespeito aos Direitos Humanos!"

Por outro lado, os posseiros alegavam a todo instante que haviam construído as casas com a autorização do DNER e diziam ter certeza de que o terreno não pertencia ao coletor atalaense. José Gonçalves mostrou, inclusive, a área da marcação do terreno, onde havia

algumas estacas, enquanto as casas haviam sido construídas nas proximidades da pista a 5 metros fora das estacas. Para os moradores essa é a prova de que o terreno em que habitam pertence mesmo ao DNER.

Nazário Silva, por sua vez, enfatizou que a decisão demolidora veio, porque os casebres estariam desmbelezando a área que o Sr. Luis Gonzaga havia reservado para o seu loteamento, "pois as nossas casas, apesar de estarem depois do local da marcação, estão localizadas defronte a área dele".

O desespero maior foi de Dona Antônia Ferreira da Silva, mãe de quatro crianças, a qual teve uma crise de choro. Segundo os habitantes da Vila, ela não parou de chorar um minuto sequer, pois não sabe como vai ficar com os seus filhos.

Antônia Ferreira também faz conta nas usinas, ganhando semanalmente Cr\$ 500, procurando com isto sustentar a vida dos seus quatro filhos, já que o seu marido a deixou há meses. Há dois dias, ela não vem trabalhando, pois quando surgiu a notícia de que as casas seriam demolidas, a mulher ficou em casa para proteger as crianças.

O drama das famílias da Vila José Paulino é doloroso, e ninguém sabe o que fazer para resolver a situação. Hoje, a demolição vai continuar nas casas das famílias que não entraram num acordo com o dito proprietário das terras.

Preocupado com a situação, um dos moradores, que não quis se identificar, resolveu defender o "lar" dos seus filhos a sua maneira: Muniu-se de uma foice de cortar cana e se postou diante da porta da casa, bradando: "O primeiro que viver eu toro o pescoço!" O resultado é que os policiais, o tomando por doido, recesaram enfrentá-lo. Já os outros moradores não ousaram nenhuma reação diante dos rifles e metralhadoras dos policiais.

Fonte: Gazeta de Alagoas, 1981. Biblioteca Pública do Estado

A narrativa trazida pelo jornal nos conta a história de nove famílias em Atalaia. São posseiros que construíram suas casas e passaram a viver do que se produzia naquela terra, mas com a derrubada de suas moradias, passam a vivenciar os conflitos por moradia e trabalho. O drama das famílias da Vila José Paulino, aproxima-se dos relatos dos nossos interlocutores, que também residindo em áreas rurais do município de Atalaia, foram separados de sua moradia e excluídos do meio em que sempre viveram e produziram as condições de sua existência. E que diante das condições estabelecidas, se deslocaram para a cidade Maceió na busca de emprego.

## Recorte de jornal 11: Governo de Alagoas sinaliza tentativa de criação de cidade para retirantes do campo

Política

# Governo quer cidade para os favelados

A criação de uma cidade dotada de um pólo industrial e um programa audacioso de irrigação no alto Sertão alagoano está sendo estudada por um grupo de profissionais da Secretaria de Planejamento. A informação foi prestada, ontem pelo secretário Mendonça Neto. O projeto, que recebe o nome de "Promissão", pretende aproveitar meeiros, posseiros, sem-terras e favelas. "Muitos sertanejos" - disse Mendonça vieram a Maceió e hoje moram em favelas. Se o programa for executado, faremos a eles uma consulta para levá-los de volta e se radicarem na cidade".

Os estudos que vêm sendo feitos, segundo Mendonça Neto, não avançaram ainda ao ponto de prever qual população que poderá ter, mas garante que será de uma cidade de pelo menos porte médio. A todos os seus moradores serão oferecidas as infra-estruturas necessárias para que o projeto alcance o que se propõe, como escolas, hospitais e ações sociais. Sua economia será centrada na indústria, "porque o Sertão tem muitas possibilidades nesse campo".

Mendonça, no entanto, fez questão de deixar claro que o Estado não gerenciará, de forma propriamente dita, a economia. Antes, financiará a iniciativa privada e o sistema de cooperativismo, contando, para isso, com os diversos planos do Banco do Estado. A água, que o secretário considera como sendo um dos pressupostos iniciais para viabilizar a cidade do projeto "Promissão". E os estudos, para isso, já consideram segundo ele, formas de levar água do rio São Francisco, de onde, inclusive, não deverá estar distante.

O secretário de Planejamento contou que o projeto está ligado a uma das cinco maiores prioridades definidas pelo governador Fernando Collor, no caso específico a da limitação da dependência alagoana dos gêneros de primeira necessidade. A cidade-projeto, no caso, deverá ter também estrutura para contribuir na produção de alimentos e, assim, reduzir as importações feitas no setor.

A prioridade da limitação da dependência de gêneros alimentícios, por sua vez, acrescentou Mendonça está ligada ao Plano Trienal para o novo governo. "Trienal porque este ano não daria para planejar muita coisa", explicou. Ele disse também que há prazo para recebimento de sugestões - tanto para o projeto "Promissão" como para o Plano Trienal propriamente dito.



Mendonça: com o "Promissão"

Amara os "am de Co

Fonte: Gazeta de Alagoas, 1993. Biblioteca Pública do Estado.

Os registros dos efeitos do deslocamento *campo-cidade* em Alagoas chegaram a ser pauta de discussão do governo do estado. Como é possível conferir no recorte de jornal acima, representantes do poder público pensaram na possibilidade de criação de um pólo industrial no sertão de Alagoas cujo intuito seria empregar meeiros, posseiros, sem terra e favelados que deixaram o campo e viveram a migração forçada para a capital. O projeto, contudo, não foi viabilizado pela falta de parceiros interessados. Isso, pois como descrito na própria matéria, o governo do estado não gerenciaria a economia do pólo, trabalharia apenas no financiamento da iniciativa, ficando sua gestão à cargo da iniciativa privada. O que nos faz entender, que

ainda que houvesse a viabilização da “cidade para favelados”, o Estado continuaria como um ator ausente na vida destes indivíduos.

Com a monocultura da cana, a partir do declínio do sistema de moradas, prevalece a incidência de aglomerações de grupos humanos em condições de miséria nos espaços da capital alagoana. Para além da demissão de seus empregos, expulsão de suas casas e roças, as pessoas vivenciam dificuldades no meio urbano. Como é possível verificar nos recortes de jornais acima, a expulsão de sujeitos do campo provocou a evasão de um grande contingente de trabalhadores rurais para Maceió. Na busca sem sucesso de um emprego na cidade, famílias acamparam em espaços distantes do centro, em lugares que hoje compõem parte das periferias da capital.

Esses cenários são parecidos com os vivenciados por nossos interlocutores, camponeses que, em sua maioria têm faixa etária de 60 a 80 anos. As narrativas das trajetórias de vida caminham junto aos dados sobre o processo de urbanização de Alagoas, especialmente no que diz respeito à formação de *submoradias* e periferias em Maceió. São relatos de experiências em bairros periféricos como: Clima Bom<sup>47</sup>, Bebedouro<sup>48</sup> e Benedito Bentes<sup>49</sup>, onde é possível observar uma série de conflitos relacionados a vida na rua<sup>50</sup>. Nas entrevistas, logo depois de tocarmos no assunto deslocamento, perguntávamos ou dávamos margens para que surgissem comentários sobre as experiências que nossos interlocutores vivenciaram quando moraram nas cidades. Em sua maioria, sentados em frente de suas casas -

---

<sup>47</sup> Segundo Censo Demográfico 2010, a população do bairro é de 55.952 habitantes. Sobre a história da formação do bairro, sabe-se que, segundo moradores mais antigos, o local começa a ser habitado por indivíduos com baixa ou nenhuma renda, boa parte vindos do interior do Estado, que não tinham como pagar aluguel e que construíram casas de taipas e de lonas para residirem com suas famílias.

<sup>48</sup> A história de Bebedouro tem marca de uma família portuguesa: A Nunes Leite, cujo tronco é o comendador Jacintho José Nunes Leite, que chegou ao bairro quando ainda era um arrabalde. Construiu a casa grande, ergueu um engenho de açúcar e a urbanização foi chegando aos poucos, até se tornar num espaço urbano preferido da elite alagoana nos primeiros anos do século XX. Reconhecido pela forte ligação com a atividade fabril de Fernão velho e com o porto da Levada, Bebedouro preserva em sua paisagem aspectos do período provinciano, materializados em suas praças, na estação ferroviária, nos casarios, nas missas da matriz, bem como a partir da intensa atividade folclórica. Motivos pelos quais é lembrado nos livros de história de Maceió como palco de “memoráveis” festas, de encontros políticos, comércio em franco desenvolvimento. A expansão da cidade levou à formação de periferias em suas encostas. Contemporaneamente o bairro é alvo de tensões que envolvem o risco de afundamento do solo em decorrência de atividades da mineradora Braskem.

<sup>49</sup> Com 88.084 habitantes segundo o Censo 2010, o bairro Benedito Bentes, mais conhecido como “Biu” é o maior bairro da cidade de Maceió. Sendo mais populoso que 100 dos 102 municípios alagoanos, ficando atrás apenas de Maceió e Arapiraca. Quando fora construído, em 1986, como um plano de habitação popular para funcionários públicos, o Conjunto Residencial Benedito Bentes era considerado por muitos um “*fim de mundo*”. Anos depois, cresceu desenfreadamente a partir de ocupações ilegais das matas em seu entorno, por pessoas que não tinha condições de pagar um aluguel, ser contempladas pelo programa de habitação do governo estadual ou comprar uma casa na cidade.

<sup>50</sup> Rua, para nossos interlocutores quer dizer cidade. Nas entrevistas e conversas cedidas foi comum surgir a frase “morar na rua é ruim demais”.

muitas de barro, lona e taipa - em seus bancos de madeira improvisados com vista para algum tipo de plantação ou criação de animais (galinhas, porcos e animais domésticos), crianças brincando e pessoas indo ou voltando das feiras e lavouras. Relatavam-nos o acúmulo de humilhações e o sentimento de injustiça em suas trajetórias na cidade; com trabalhos geralmente não remunerados, gerando incontroláveis processos de esfacelamento nos seus projetos de vida.

**Em Maceió era muito ruim a rua, na rua, oxe, quero não.** [...] *Oxe, eu chegando lá ainda fui lavar, passar, lavar, fazer faxina. Fiquei com uma dor aqui, uma dor tão grande aqui nesse braço. Fazer faxina, lavar roupa, passar.* *Oxe* e a coisa da pessoa trabalhar para os outros é ruim demais assim, trabalhar na casa dos outros. Eu sempre dizia, tenho fé em Deus de um dia deixar de trabalhar para os outros. [...] Quando fui lá para Maceió trabalhar lá, aqui não tinha energia, era tudo no candeeiro, aí passando roupa levava cada choque que parecia que o coração voava, duas vezes, cada choque no ferro que Deus me livre. (Entrevista concedida por Dona Aparecida, Acampamento Galho Seco, em Joaquim Gomes, 2017 – grifos nossos).

Às vezes eu até deixava de... até de comprar o que eu precisava, né? Algum alimento, porque **tinha que pagar o aluguel, pagar água, pagar... energia**, né, que a gente... aí vinha o bujão, tudo isso... aí as vezes... Tinha, **a gente tinha que deixar até de comprar alguma coisa pra nossa sobrevivência pra... pagar** né. (Entrevista concedida por Neide, Acampamento Fazenda Sede, em Murici, 2017 – grifos nossos).

Morei em Murici. **Morar na rua é mesmo que a pessoa entrar numa forca. Porque a gente que não tem leitura emprego é mais difícil.** Se você quiser uma macaxeira, batata tem que comprar. Na cidade não pode fazer, não tem condições. Se for morar na cidade vai pagar um aluguel, água, luz, bojão... vai sobreviver de quê? Vai roubar? A única solução é essa. [...]. No tempo que eu morei na cidade tinha dois filhos, depois veio mais, aí eu disse: mulher, bora pra o campo, aqui não é lugar de ninguém morar, se nós não tiver bojão tem filepa<sup>51</sup> de pau pra fazer fogo pra assar nossa sardinha. **Eu não moro nunca mais na cidade**, eu só gosto de ir pra cidade quando é negócio de feira<sup>52</sup>. (Entrevista concedida por Zé Baixinho, Assentamento Filhos da Terra, em Joaquim Gomes, 2017 – grifos nossos).

Para os nossos interlocutores, tão relevante quanto colocar comida na mesa para a família e ter o que vestir é a oportunidade de morar, viver em um lugar que o sujeito se sinta acolhido; forme redes de proteção<sup>53</sup>. Não se sentir acolhida, pode gerar interferências na produção e manutenção de suportes espirituais/emocionais, que são capazes de potencializar o ímpeto de seguir adiante na busca de resoluções de problemas concretos.

---

<sup>51</sup> Um pedaço de madeira pequena e fina.

<sup>52</sup> A feira que o camponês se refere é a Feira da Reforma Agrária, que acontece todos os anos em Maceió. Ele se refere especialmente a que é desenvolvida pelo MST, na Praça da Faculdade.

<sup>53</sup> Temos como exemplo dessas redes hoje, as ações de igrejas neopentecostais nas periferias, onde são apenas elas, em determinadas situações que oferecem conforto emocional/espiritual e resolução de fome e abrigo.

Os conflitos relatados são impasses que percorrem meios simbólicos e materiais. Situações como ter que utilizar pela primeira vez um ferro de passar no ambiente de trabalho, para um sujeito que até então vivia no candeeiro<sup>54</sup> no campo, são no mínimo estranhas. A introdução de conflitos em suas vidas, a partir das relações encontradas na cidade não é algo que para eles tenha sido desejável. Trata-se de um cenário iniciado com a chegada desastrosa no meio urbano: sem emprego, sem moradia, e sem o acolhimento do Estado. Não pretendemos mostrar ao leitor que a vida no campo, antes do deslocamento era livre do conflito, chamamos atenção para fato de que no meio rural, apesar das experiências com trabalho escravo, baixo salário, relações de dominação entre usineiro e trabalhador rural, essas pessoas tinham construído laços afetivos com a vida no campo. Viver no espaço rural é saudável para eles, viver da terra é um desejo. Aquele era o lugar que escolheram para viver, mas foram forçados à mobilidade.

A retirada para a cidade faz mudar o cenário de conflito. Antes, no campo o conflito era expresso nas relações de dominação social e nas situações que antecedem o deslocamento. Após o movimento *campo-cidade*, a vida urbana passa a ser também conflituosa. O conflito expresso, por exemplo, a partir da demanda de uma disposição corporal e mental diferente da que lhes era corriqueira na vida rural. O modelo de vida constituído nesse novo espaço exige dos sujeitos um novo tipo de comportamento. Vivendo em um espaço diferente do habitual, com relações totalmente diversas das que estava acostumado, o indivíduo se depara com condições de sobrevivência e adaptação embaraçosas, por vezes não as concretizando. Como pôde se observar nos relatos das entrevistas, a nova ação de ter que pagar aluguel (em dinheiro, porque outrora se pagava a moradia com trabalho e produção do campo), luz, água e gás são novidades para esses sujeitos.

Nessa perspectiva, o deslocamento do campo, em grande medida, é consequência de uma fase agressiva do capital, trazendo consigo a exigência de novas relações de trabalho e novas formas de garantir a sobrevivência (ALBUQUERQUE, 2009). Não entra em questão se os meios de sustento serão buscados no meio urbano ou se continuarão ligados ao campo, o fato é que novas modalidades de poder são impostas. Deixar a terra para esses sujeitos é um ato indesejado, se configura como impedimento de reproduzir o estilo de vida (processo de incorporação de estruturas objetivas e manifestação de práticas subjetivas) adquirido no

---

<sup>54</sup>Lampião; aparelho ou utensílio que, por conter um líquido inflamável e um pavio, pode ser usado para iluminar. Bastante utilizado até hoje por quem não possui condições de pagar por luz elétrica.

campo. A seguir, nos valeremos da análise de quatro trajetórias de vida a fim de chegarmos à compreensão das diferentes dinâmicas percorridas por nossos interlocutores no deslocamento campo-cidade-campo.



## CAPÍTULO 2. ENTRE O CAMPO E A CIDADE: TRAJETÓRIAS DE VIDA E DINÂMICAS DOS ESPAÇOS PERCORRIDOS

Será que ainda existirão camponeses quando, enfim, decidirmos  
Premiá-los por seus serviços?  
O êxodo incontrolável não estaria acabando  
Com o que resta da comunidade rural?  
Provavelmente eles seguirão existindo, pois, os lavradores e, em especial, os indígenas,  
Não são apenas polimorfos, mas também transterritoriais e onipresentes.  
**Os novos camponeses** (Armando Bartra Vérges)

Achavam-se agrupados e presos à terra, por uma  
Raiz comum, como uma moita de bambu. E, como esse  
Vegetal, inclinavam-se e dobravam-se. Mas sobreviviam às maiores tempestades.  
**O Embaixador** (Morris West)

No capítulo anterior foi possível fazermos uma análise acerca dos processos que desencadeiam os deslocamentos dos camponeses, ocorridos a partir da década de 1980 em Alagoas. Relacionando o percurso histórico de expropriação e expulsão do meio rural como parte do fio condutor de motivações para a mobilidade vivenciada pelos interlocutores desta pesquisa, podemos verificar também a importância dos processos de mobilidade rural-urbano-rural na compreensão de transformações na sociedade alagoana contemporânea. Foi possível a compreensão de motivações que levaram os indivíduos aos deslocamentos como resposta às interferências estruturais que os atingiram, como a expansão dos latifúndios que acabou expropriando o pequeno assalariado rural e pequeno produtor do campo.

O capítulo anterior é parte fundamental no transcurso de elucidação dos deslocamentos aqui estudados, na medida em que nos oferece subsídios analíticos para a compreensão da saída dos agentes do campo para a cidade. Decorrida essa parte, agora iremos adentrar nas trajetórias de vida de alguns dos nossos interlocutores, associadas aos deslocamentos entre o campo e a cidade. Adotando uma investigação crítica das histórias de vida (BOURDIEU, 1986), articularemos as trajetórias como parcela elementar na constituição da análise, na medida em que nos permitem elaborar dados para compreensão da configuração e dinâmicas dos *espaços sociais* trilhados pelos camponeses.

A perspectiva teórico-metodológica utilizada para o estudo das trajetórias está ancorada fundamentalmente na compreensão do indivíduo a partir de seu percurso e inserção nos *espaços sociais*. Trabalhamos com *trajetórias subjetivas*, isso quer dizer que o fio condutor deste método está nos processos identitários individuais e seu ponto de partida no relato do *percurso* do interlocutor compartilhado para a pesquisa. Dubar (1998) argumenta

que a hipótese central desse método é a da dedução de como é exposto o *percurso* em palavras, numa situação de entrevista ou conversa considerando como foco o sujeito, permitindo assim a construção linguística de uma ordem categorial (SACKS, 1992) que organiza o relato tipificando-o dentro de um significado social. Destaca-se ainda que, o uso da trajetória subjetiva é uma maneira de fazer um resumo da argumentação extraída da análise do relato, e ainda,

da descoberta de um ou mais enredos, e dos motivos pelos quais o sujeito está numa situação em que ele mesmo está se definindo, a partir de acontecimentos passados, aberto para um determinado campo de possíveis, mais ou menos desejáveis e mais ou menos acessíveis. Lembraremos que um dos princípios de base da análise estrutural dos relatos é o de que se pode encontrar a consequência por trás do encadeamento e a argumentação narrativa por trás da série de sequências e da intervenção dos agentes. Trata-se, por fim, da organização pessoal de categorias e procedimentos interpretativos (Cicourel 1992), que manifestam a interiorização de um ou mais "universos de crença" dizendo respeito à estrutura social em geral e aos mais diversos campos da prática social (familiar, escolar, profissional, relacional) em particular. (DUBAR, 1998).

Para a construção desta análise utilizamos a *história oral* dos nossos interlocutores, através de entrevistas semiestruturadas, observação participante e conversas informais. A escolha das pessoas a serem entrevistadas, em sua maioria, se deu através de indicações feitas pelos meus facilitadores da entrada nos acampamentos. A partir da explicação do que se tratava a pesquisa, eles me indicaram os camponeses que vivenciaram o deslocamento campo-cidade-campo.

Destacamos o uso metodológico da *memória* como crucial no trabalho de coleta e construção dos dados. Na visão de Maurice Halbwachs, no trabalho com a memória, é preciso “trazer como que uma semente de rememoração, para que se transforme em uma massa consistente de lembranças” (HALBWACHS, 1990, p. 28). Foi desse modo que no trabalho de campo com camponeses, procuramos aguçar os indivíduos para o recurso à memória. Nos exercícios de coleta de dados das trajetórias solicitávamos que buscassem lembranças de sua vida, do período em que viveram no campo, passando pelo deslocamento para a cidade, até sua volta para o campo, onde residem atualmente. Assim eram compartilhadas memórias acerca dos lugares, cidades e casas por onde passaram e das diferenciações sentidas através da mudança do *espaço social* percorrido. Lembranças que por vezes foram esquecidas no silêncio, mas com a memória em escuta, compartilharam conflitos acumulados no tempo que jamais foram expressados publicamente (POLLAK, 1989).

A partir do mergulho no imaginário individual dos camponeses objetivando entender seus deslocamentos, somos levados a uma investigação sobre seu passado através de memórias marcadas de significados e mudanças que sustentam a vida presente. Nesse sentido, buscamos tecer redes de significados para esmiuçarmos as motivações do retorno ao campo e a sua inserção em um movimento social. Entendemos que, ao rememorarem, os sujeitos reconstroem suas lembranças, refazem seu passado e reelaboram seu presente e futuro. Por utilizarmos a *memória* como recurso metodológico, cabe destacarmos que as narrativas nesse capítulo se constituem de percepções do passado feitas a partir do presente por nossos interlocutores. Desse modo, as informações cedidas podem ser aproximações de momentos anteriores e já estarem sendo veiculadas por intermédio de filtros com reelaborações acerca de seu momento progressivo.

Para Halbwachs (1994) a atividade mnêmica<sup>55</sup> é regida pela função social exercida no presente pelo sujeito que lembra. Pontua ainda que, as relações vividas pelo indivíduo (profissionais, familiares) são aspectos fundamentalmente capazes de atuar na elaboração de uma atividade mnêmica seguida de uma narrativa. Assim, concordamos que a *memória* é sempre uma releitura, sendo disputada a partir do contexto social em que está sendo requisitada. Nas histórias de vida em que é percebido que o camponês retoma várias vezes a noção de pertencer ao meio rural, “*a terra é minha mãe, sem ela eu não sou nada*”, “*a terra pra mim é tudo*”, percebe-se um foco resistente na memória e sentimento de pertencimento ao campo como fio condutor para as movimentações em busca da volta para o meio rural.

Durante o trabalho de campo foi possível entrar em contato com indivíduos que possuem trajetórias marcadas por diferentes experiências de vida e contextos, mesmo todas elas tendo como *afinidade eletiva* (WEBER, 2004; GOETHE, 2014) o deslocamento campo-cidade-campo. Observamos que ainda que diferentes acontecimentos possam estimular esses deslocamentos, existe um ponto que leva à culminação do processo de saída do meio rural em Alagoas nas décadas estudadas; os ciclos de expansão e instabilidade da atividade sucroalcooleira.

Como recurso para uma melhor compreensão dos deslocamentos vivenciados por nossos interlocutores ao final de cada trajetória descrita serão apresentados mapas com os trajetos de cada deslocamento, a se valer da referência de Melo, (2008). Os mapas foram elaborados a partir da base cartográfica do IBGE e em alguns casos ilustram percursos entre

---

<sup>55</sup> Relativo à memória, à ato de memorizar, deter ideias, sensações.

municípios de Alagoas, em outros demonstram rotas entre cidades alagoanas e de outras regiões do país. Como tratamos de deslocamentos entre campo-cidade-campo, em cada ponto de partida ou de chegada das rotas traçadas no mapa, especificamos quando se trata de campo ou cidade. Para uma melhor assimilação do mapa: a) enumeramos cada trajeto com sinais convencionais (1,2,3...) e b) para a marcação da localização do deslocamento inserimos símbolos figurativos como (-----,●, ►). Todas essas informações estão legendadas no final de cada mapa junto à trajetória do camponês em questão. Salientamos ao leitor que a principal intenção com o uso dos mapas diz respeito ao alcance da visualização dos fluxos e as posições de cada mobilidade no território brasileiro. Contribuindo dessa maneira, para a compreensão da problemática da pesquisa.

## 2.1 Dona Benta: Uma sem terra quilombola



Foto: Weldja Marques, Eldorado dos Carajás, 2019.

Filha de dois agricultores, Vilma dos Santos Delfino, hoje aos sessenta e três anos de idade tem cinco anos de experiência *sem terra* no acampamento Eldorado dos Carajás. Conhecida popularmente como Dona Benta, esta senhora representa uma das “*sem terra mais velhas*” do acampamento, o que para a coordenação do espaço é sinal de conhecimento e comprometimento com a luta pela terra. Nascida e criada no povoado Abobreira - hoje

reconhecido nacionalmente como comunidade de remanescentes quilombolas<sup>56</sup> -, Benta se identifica como quilombola e *sem terra*. Sentada em frente ao seu barraco, recém-chegada da roça ela nos conta como foi sua infância na Abobreira. Na descrição da casa que morava com seus dez irmãos<sup>57</sup> e seus pais, conta que o abrigo era construído com sapê<sup>58</sup> por falta de recursos financeiros para se construir uma casa com telhas e tijolos. Junto à família trabalhava nas terras em que morava, e era com o dinheiro vindo da agricultura e bicos de carpintaria (feitos pelo pai) que conseguiam o sustento diário.

Ainda na parcela que diz respeito a sua vida em Abobreiras, Benta ao ser estimulada ao falar sobre sua reminiscência quilombola nos compartilha lembranças com suas avós Miquilina e Regina, e seu avô. Resgata na memória que a casa de Miquilina era um terreiro de culto às religiões de matriz africana, e que, mesmo sendo pequena tinha a lembrança de que “*no terreiro da casa da minha vó tinha aqueles paus de bater em nego, com aquela argola bem assim*[gesto com as mãos indicando algo grande], *aquele rolo de pau bem assim...*”. A lembrança de Benta por esses objetos relaciona-se às poucas narrativas existentes sobre a história de Abobreiras. Segundo informações do ITERAL – Instituto de Terras de Alagoas –, nessa região, nos tempos do Império, os primeiros indivíduos a habitarem o lugar, depois de grupos indígenas, foram sujeitos escravizados, que aportavam em navios negreiros, na praia de Pituba<sup>59</sup> – AL.

Miquilina, a vó, dona do terreiro, viveu até seus 118 anos. vó Regina até os 97, e o vó faleceu aos cuidados da neta, que o acompanhou em hospitais até sua morte. As lembranças afetivas de sua vivência em Abobreiras deixam de ser verbalizadas ao passo que a camponesa apresenta a trajetória que a conduziu, com sua família, a deixar o campo e ir para a cidade. Apertando as mãos como se fosse um sinal de desconforto, a senhora recorda que a casa de sapê que vivia com o pai, mãe e irmãos pegou fogo junto das plantações da família. Contou que no dia do ocorrido algumas plantações de cana – que ficavam ao redor da casa – estavam pegando fogo de uma maneira descontrolada. E que o fogo se alastrou facilmente por sua

---

<sup>56</sup> Localizado no interior da cidade de Teotônio Vilela, a comunidade foi certificada pelo ITERAL como remanescentes de quilombolas em 2009. Segundo dados oficiais, o povoado possui 30 famílias distribuídas em 37 residências, com cerca de 169 pessoas, número que varia em virtude dos deslocamentos para centros urbanos ou mediações vizinhas.

<sup>57</sup> A camponesa não sabe por onde anda a maioria de seus irmãos, segundo ela, pensa que somente cinco estão vivos.

<sup>58</sup> Também conhecido como sapé, capim sapé e juçacá, é uma gramínea onde os caules são secos. Auxiliando na construção de telhados de casas.

<sup>59</sup> Conhecida como uma praia deserta, a praia de Pituba é localizada no litoral sul do estado de Alagoas, fica no caminho entre os municípios de Maceió e Coruripe.

moradia. Ela recorda que junto com a família ficou “*do lado de fora da casa, sem ter com que agasalhar*”. Contou que a destruição da casa e da parte da propriedade em que ficavam as plantações fez com que sua família fosse para Junqueiro (cidade vizinha ao povoado) em busca de emprego em alguma fazenda ou um trabalho de carpintaria para o pai.

[...] nós saímos de lá, aí foi pra Junqueiro. Tinha uma casa, depois do arruado do banco, uma casa véia, rua da corea, umas casinhas deste tamanho. O pai desse Vicente aí, que é dono dessa fazenda aí, foi quem arrumou uma casa véia pra meu pai, que trabalhou de carpinteiro trabalhando numa fazenda que ele tinha ali, aí ele arrumou essa casinha e nós ficamos lá. Os meninos era um tirando leite da fazenda de um, um com cavalo de outro, pá nós arranjar o pão de cada dia que era pra não morrer de fome, passar necessidade. Aí à gente que era a mais véia, eu e mais duas que tem, a gente... era três homens e duas mulher. A gente que foi mulher foi trabalhar nas cozinha dos outros que era de lá, lavar prato e levar sebo<sup>60</sup>, porque você sabe que quem trabalha nas casas dos outros só leva tapa e sebo, pode fazer o santo e o caba diz que está fazendo o sataná. (Entrevista concedida por **Benta**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

A ida de Benta e sua família para a cidade de Junqueiro foi uma resposta às necessidades de emprego para o sustento do grupo. Fato interessante para a análise é que, apesar do deslocamento para um meio urbano, os parentes homens da senhora moravam na cidade, porém suas ocupações trabalhistas ainda permaneciam no campo. Como foi possível conferir em sua fala: seja tirando leite da vaca, cuidando de cavalos, ou na carpintaria de uma fazenda, seus entes continuaram tirando a subsistência à maneira com que foram socializados desde a infância. Em contrapartida, as irmãs (incluindo Benta) tiveram que ir para casas de famílias trabalharem em serviços domésticos. Seu primeiro ofício na rua fora de empregada em domicílio familiar, em Maceió, no bairro Bebedouro, no final da década de 1980. Tais informações reforçam a narrativa histórica de mulheres jovens do interior que se deslocavam para as capitais em busca de emprego em “casas de família”. E assim aconteceu com Benta, quando durante a construção da BR-101<sup>61</sup> às margens de Teotônio Vilela e Junqueiro, um dos funcionários da construtora da estrada – que já era conhecido na região – chegou até sua família pedindo para levá-la para trabalhar em sua casa na capital.

Apesar de ter sido chamada para o trabalho na cozinha, a camponesa conta que as atividades não se restringiam a este espaço, era obrigada também a cuidar dos filhos dos patrões e da casa. Quando perguntei se recebia algum salário, ela prontamente disse que não, em seguida compartilha o recebimento de “*um tantinho assim de nada*”, referindo-se a

---

<sup>60</sup> Gíria popular que pode apresentar diferentes significados a depender da região a qual é falada. A referência na fala da camponesa diz respeito a uma cabeça que só leva pancada dos outros.

<sup>61</sup> Também conhecida como Translitorânea e oficialmente nomeada Rodovia Governador Mário Covas, é uma estrada longitudinal do Brasil. A mais longa do país, com cerca de 4.800 km, atravessando doze estados, incluindo Alagoas.

quantia irrisória que era paga pelas funções prestadas. Sem saber como conseguia, desse dinheiro ainda subtraía uma parte para seus parentes que tinham permanecido no interior.

[...] essa [sua patroa] era boa comigo, me dava roupa, calçado, aí aquele trocadinho que no final do mês ela me dava, eu mandava pra minha mãe. De vez enquanto eu vinha visitar eles, um dia só, liberava um dia, quando era bem cedo eu vinha e tinha que voltar de tarde, e eu trabalhava de domingo a domingo. (Entrevista concedida por **Benta**, Eldorado dos Carajás, 2019).

Os momentos livres no trabalho, quando aconteciam, serviam como possibilidade de uma breve visita aos seus parentes. Benta não tinha a carteira assinada, seu pagamento não era de acordo com serviços prestados, assim, folgas também não eram a ela asseguradas. Vale ressaltar o desgaste físico que é para um indivíduo que trabalha de domingo a domingo, ter poucas horas para o deslocamento de cerca de 200 km para ida e mais 200km para a volta, no mesmo dia. Tendo ainda que separar algumas horas para usufruir do objetivo, o de ver seus pais e irmãos. Nessas condições, Benta tem seu primeiro emprego na *rua* aos 17 anos, permanecendo 08 anos e 06 meses numa mesma casa. O retorno ao interior inicia quando se tem a possibilidade de uma volta aos trabalhos no meio rural, com o corte da cana-de-açúcar em usinas.

“[...] quando eu saí das cozinha dos outros eu fui pra palha da cana. Sabe quantos anos eu trabalhei nessas terras da usina, por aqui? 17 anos eu trabalhei. Cortava cana, limpava cana, plantava cana. Usina Seresta<sup>62</sup>. Cansei de adubar cana, 20 tarefa de terra adubava. Trabalhei na Guaxuma também, mas antigamente essas terras que rodeava por aqui eram tudo da usina Seresta. Um tempo, essa fazenda aqui que passou pra ser da Seresta, fizeram uma sementeira de cana aqui, eu trabalhei muito nessa sementeira aqui, era um arruado de casa aqui até aquela encruzilhada ali no vermelho era casa, muitas vezes a gente ia de pé, atravessava ali ó, saía lá naquelas torres ali ó pra ir pra casa. 17 anos trabalhei aqui. Cortava cana, saía 3horas, 2horas da manhã pra cortar cana, em cima de uma caminhão, e tô viva, graças a Deus”. (Entrevista concedida por **Benta**, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Na medida em que a camponesa foi narrando seus longos e cansativos dias de trabalho nas usinas, recorro da pesquisa levada a cabo por Verçoza (2019) a respeito das condições físico-social que vivem trabalhadores rurais do corte da cana em Alagoas. Articulando duas perspectivas de análise: sociologia e saúde, o sociólogo analisa a relação entre o trabalho nos canaviais e o adoecimento dos sujeitos. O estudo traz à tona o excesso de carga horária de trabalho e jornadas de até 11 horas que levam a um aumento da carga cardiovascular e

---

<sup>62</sup> Usinas Reunidas Seresta S/A, fundada em 1973 por Geraldo Gomes de Barros e Teotônio Brandão Vilela, tem sua sede no município Teotônio Vilela: Fazenda São Mateus, zona rural. É considerada, no município, junto à prefeitura, as maiores geradoras de emprego, sendo assim, peças fundamentais na economia da cidade.

provocam distúrbios hidroeletrolítico<sup>63</sup> nos empregados, é o chamado “*canguru*”, que causa a perda do controle de parte do corpo, travando pernas, braço, barriga e língua, fazendo com que o indivíduo fique com os braços colados junto ao corpo, imobilizado. Assim, quando Benta narra a sofrida trajetória nas usinas, e que depois dos anos de labuta nos canaviais está viva graças a Deus, pergunto se chegou a passar mal de saúde nessas atividades.

**Weldja:**

No tempo que a senhora cortava cana, já presenciou alguém tendo canguru?

**Benta:**

Não.

**Weldja:**

Câimbra?

**Benta:**

Sim, sim. Eu até hoje tenho. Quando eu trabalho muito com enxada tem hora que minhas mãos fica dura, trava os nervos. Tem vez que eu tenho que parar muito tempo pra ficar com as mãos esticadas. Eu hoje em dia tô melhor porque passo aquelas pomadas preta pra câimbra. Tem dia que meus dedos enrolam. (Entrevista concedida por **Benta**, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Ao mostrar suas mãos calejadas pelo trabalho rural, conta mais de sua rotina nas terras das usinas em que trabalhou. Pelas manhãs, quando não ia a pé por falta de transporte, esperava num ponto de ônibus, um caminhão para levar até o serviço, o mesmo veículo que distribuía os trabalhadores nos pontos de manejo da cana: corte e adubo. No corte da cana conseguia cumprir a tarefa de sete fileiras, enquanto outras companheiras de atividade concluíam uma ou duas. E no término de seu trabalho ainda ajudava outras mulheres, já que o pagamento se dava pela produção. A ida para a palha da cana não é enxergada pela camponesa como algo desvantajoso em relação ao trabalho doméstico. Ela nos conta que o trabalho com a cana de açúcar era melhor porque se não quisesse ir, não ia, se estivesse doente não ia, já com o serviço nas casas de família “*não tem doença nem nada, tem que trabalhar*”. Tal relação apresentada revela um quadro valorativo de trabalho, Benta sente orgulho ao falar que cortava muita cana, fazia um bom trabalho, a despeito de ser uma atividade exigente ao condicionamento físico. A sua permanência com trabalho no campo, na condição de assalariamento, evidencia como a sua relação com o meio rural se mantém, apesar de não mais residir no campo.

---

<sup>63</sup>Refere-se sempre que os principais eletrólitos no corpo humano (sódio, potássio, cálcio, magnésio, claro, fosfato, sulfeto, bicarbonato etc.) não estejam entre as taxas necessárias para que a pessoa possa fazer normalmente suas atividades.



A atividade no corte da cana entre as usinas Guaxuma e Seresta, em conjunto representam dezessete anos na vida da camponesa. A interrupção do ofício se dá pela demissão em massa de milhares de trabalhadores rurais da usina Guaxuma, fruto do processo de crise do setor sucroalcooleiro descrito no primeiro capítulo. Na época, Benta já estava casada com seu companheiro atual, (juntos agora no acampamento) e tinha três filhos. Seu marido, vinte e três anos mais velho que ela, a conheceu quando ainda trabalhava na construção da BR101, e permaneceu trabalhando na estrada até chegar os dias da aposentadoria. Quando saiu dos canaviais, ela teve a ideia de vender caldinho de carne e feijão nas ruas de Junqueiro. Com essa renda contribuía nos custos do sustento da família e ainda conseguiu ajudar um dos filhos a ingressar na banda filarmônica da cidade.

Dividindo o tempo com as vendas de caldinho nas ruas, Benta fazia de seu quintal uma plantação de mandioca, milho e verduras. Não obstante a saída do meio rural, sua família permaneceu com manejo de terras. A lavoura nos fundos da residência servia como complemento na alimentação e proporcionava momentos de prazer ao estar cuidando e se apropriando do que cultivava. É nessa época que o MST entra na vida da senhora. Em 2014 o movimento ocupa um território, na cidade de Junqueiro, onde hoje é o acampamento Eldorado dos Carajás. Um dia após a ocupação, um vizinho que morava em frente à casa de Benta chega até sua casa e fala da ocupação. Por saber da plantação no quintal e do passado que a família tinha com o campo, o vizinho vem com a notícia perguntando se ela e seu companheiro tinham interesse em ter um pedaço de terra.

O cara sabia que a gente gostava de trabalhar com terra aí deu a notícia que tinha **invadido**<sup>64</sup> aqui. Ele deu a notícia de noite, quando foi bem cedo eu tava aqui mais meu véio. Chegando aqui nós falou com o zé motin, do assentamento lá, aí nós falou com ele e ele deu a terra pra nós fazer. Explicou como era, que a gente tinha que fazer o barraco e depois pegar a terra pra plantar **cumprir as normas**. (Entrevista concedida por **Benta**, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019 – grifos nossos).

“O cara” ao qual ela se refere é o vizinho portador da notícia, que estava partindo para fazer parte da ocupação. E assim, Benta e seu companheiro seguiram o mesmo caminho, deixando seus três filhos na casa em Junqueiro, caminharam ao espaço organizado pelo MST. Chegando às terras, disse que avistou barracos sendo construídos, famílias chegando com seus pertences e a bandeira vermelha do movimento social tremulando ao vento em cima de um

---

<sup>64</sup>Se voltarmos para o último trecho da entrevista com Benta, veremos que ela utiliza o termo “invadido” para descrever a ação de ocupação feita pelo MST. O que evidencia traços do desconhecimento da politização da luta pela terra. No capítulo a seguinte veremos como perspectivas como essas passaram por mudanças.

barraco de lona. Agora com o advento e a disposição de “*cumprir as normas*”, a partir da orientação vinda de um dos coordenadores na ocupação, Benta e seu companheiro levantaram seu barraco e começaram a cuidar da terra que o movimento havia separado para o casal. Como veremos no trecho a seguir, a interlocutora compartilha nunca ter ouvido falar do MST, e que se deslocou até a ocupação pela esperança saltada aos olhos com a possibilidade de ter um pedaço de terra para trabalhar e viver nela.

Ah minha fia, isso pra mim foi uma benção de Deus, porque conhecer isso eu nem conhecia, fui conhecer depois que vim chegar aqui. Nunca tinha ouvido falar que existia. É por isso que quando o Augusto e outros que já vem de muito tempo, estão falando, eu fico de antena ligada, escutando tudo. Ele vive viajando e aprendendo, quando ele vem vomita um monte de coisa boa pra gente aprender, né. (Entrevista concedida por **Benta**, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

A ausência de discernimento do que é um movimento social rural – no ingresso a ele – foi comum durante o trabalho de campo. A maioria das pessoas com quem conversei argumentam só conhecer a organização a partir da vivência nos espaços de reuniões e cursos de formação política quando já estão inseridas na dinâmica dos acampamentos e assentamentos. Isso quebra a ideia de que o ingresso vem através de uma consciência política, e reforça o argumento de que é na vivência dos espaços de luta pela terra que se forja um agir político. Com isso, queremos destacar que o ideal de transformação política não é condição para a resistência (SCOTT, 2002). A ação de Benta em ingressar na luta pela terra é fruto de uma causalidade forçada devido à falta de escolhas na cidade, nesse momento ela ainda não é uma *re-volta*. Essa última (como veremos no capítulo seguinte) vai ser consequência do *processo* da volta que desencadeará novas *configurações sociais* (ELIAS, 2006). A emancipação é um agente coletivo, político (BOURDIEU, 1999). Aqui sugerimos que os camponeses na situação campo-cidade-campo, na maioria das vezes, só possuem como saída o conflito. Assim, o primeiro passo para uma tentativa de emancipação seria a percepção de sua condição, o segundo se dá a partir da interação com o outro (movimentos sociais rurais<sup>65</sup>), que apesar das diferenças iniciais visíveis<sup>66</sup>, possuem similaridade em partilhar da mesma aflição, revolta. É em conjunto com movimentos sociais passam a enxergar o conflito como estratégia para chegar à justiça.

---

<sup>65</sup>MST, CPT, MLST, Via do Trabalho, Liga dos Camponeses Pobres etc.

<sup>66</sup>Como argumentado, o sujeito pode tomar consciência da situação em que vive durante o processo de insurgência. Na maioria das vezes, camponeses adentram um movimento social do campo ainda com preconceitos que o ser sem terra carrega, por ser estigmatizado pela sociedade.

No passo para a entrada no movimento social, são as condições de manutenção e sobrevivência, bem como a memória afetiva do trabalho com a terra que são basilares na fronteira do retorno para o meio agrário. Na tentativa de compreender essa dimensão, pergunto se é da mesma maneira cuidar de uma plantação na cidade e no campo, e quais as diferenças da moradia em ambos os espaços. Vejamos:

Pra mim, minha fia, é um tipo de uma salvação [o retorno para o campo], porque eu saí do lugar de onde eu tava pra aqui, e aqui é onde eu tenho sossego, uma vida mais ou menos. Eu depois que vim pra aqui, nunca mais comprei feijão, eu todo ano tenho um trocadinho das mandiocas que eu planto, da minha plantação né, eu tenho minha barriga cheia, tenho os meus pintinhos, eu vivo tranquila, aqui pra mim é o céu. Mil vezes melhor que tá lá no Junqueiro. Lá no Junqueiro é na rua, e lá no Junqueiro a minha casa era boa, mas é no cadeado, e você sabe, que na rua ninguém tem amigo, aqui é diferente. Repare ó, só no vento que vem a gente já se sente tranquila! E lá é no abafado, igual cuscuz. Até o dia que eu morrer, ou alguém chegar dizer pra ir embora daqui, eu fico aqui (Entrevista concedida por **Benta**, Acampamento Eldorado dos Carajás).

Dona Benta escolhe a vida no campo. A oportunidade de continuar sua vida vivendo do que a roça pode oferecer é sua forma de sustento emocional e financeiro. Vive hoje no acampamento com seu esposo e um dos seus filhos<sup>67</sup>, esse passa o dia trabalhando em Junqueiro e no final da noite retorna ao acampamento, e ajuda na lavoura dos pais. No acampamento a camponesa é conhecida por ter um temperamento forte, sendo protagonista de alguns dos conflitos relacionados à organização do espaço, como por exemplo, a divisão do espaço onde fica sua casa. Segundo ela, com o tempo, seu vizinho do lado foi utilizando cada vez mais do seu espaço, negligenciando a distribuição orientada pelo movimento. Dona Benta nos contou que fica a maior parte da semana no acampamento e que gosta de passar o dia na roça. Apesar da idade avançada planta principalmente macaxeira e por isso ficou conhecida pelos outros moradores do acampamento como a rainha da mandioca.

Assim, quando é no tempo de vender, eu já tenho o número dele [atravessador<sup>68</sup>], aí ele já vem pegar, ele vem, arranca a mandioca e leva. Tem ano que eu tiro dois caminhão, três, e assim vai levando assim... Por mais problema que a gente tenha, quando o verão não é bom, menos chuva, mas sempre a gente tira. O caba<sup>69</sup> que quer trabalhar, que tem coragem pra trabalhar, sempre tira. Vá reparar a minha mandioca como tá, toda limpa e adubada! Eu vou de manhã mas esse véio, vai nós dois, ele não aguenta ir caminhando e vai na besta. A gente vai e

---

<sup>67</sup> Os outros dois filhos, uma mulher e um homem. A primeira é casada e reside em Junqueiro. O segundo homem mora em Maceió, segundo Benta “faz visita de fevereiro em fevereiro”. Foi o único filho que levou os estudos à frente, chegou a cursar três anos de engenharia da computação no campus UFAL Arapiraca, depois migrou para o curso de Matemática onde completa a formação. Chega a dar aulas de Matemática em três escolas, mas dedica-se a um concurso público da polícia militar e consegue aprovação, vai para Maceió e lá mantém residência e emprego.

<sup>68</sup> Indivíduo que exerce suas atividades colocando-se entre a agricultora e o comerciante. É ele que compra dos camponeses e vendem a produção aos feirantes para comercialização.

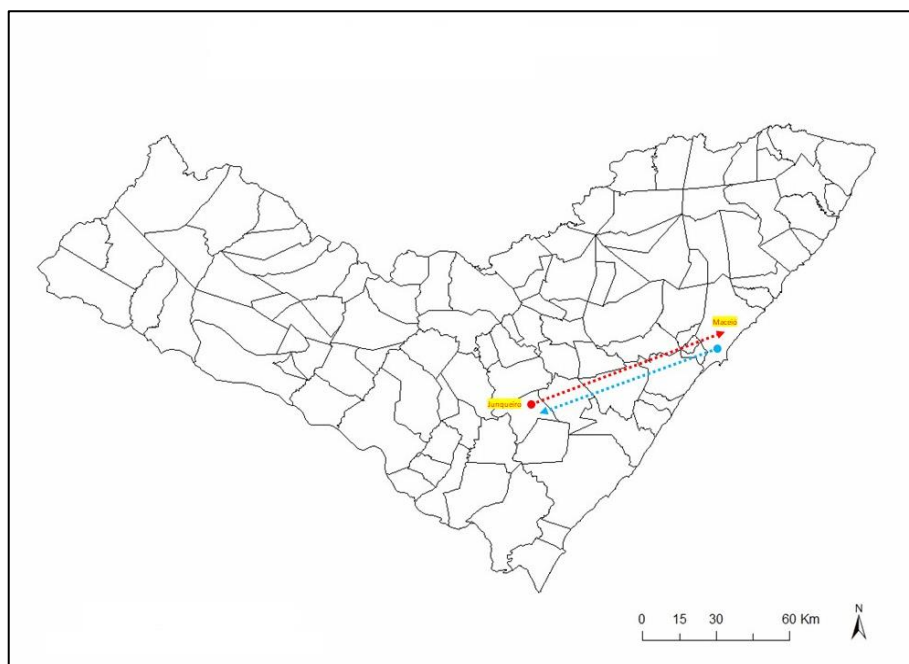
<sup>69</sup> Gíria popular que se refere a uma pessoa.

trabalha até umas 11h, quando é 11h a gente vem simhora e a tarde nós fica descansando e amanhã nós vai de novo. E assim nós vai levando a vida, se nós fosse mais novo, como era antigamente, nós ia de manhã e de tarde, mas nós já tá véio e tem que saber da vida né. (Entrevista concedida por **Benta**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Assim são os dias de Benta no acampamento: entre a roça, as atividades domésticas, os cuidados com o companheiro e a conversa com os vizinhos. Quando conversamos sobre as atividades ligadas diretamente ao movimento e à luta pela reforma agrária, Dona Benta lamentou não conseguir participar ativamente dos cursos de formação política e outras ações do movimento, devido à necessidade de cuidado que seu companheiro requer. No entanto, garante que não falta a nenhuma reunião do coletivo, que é o encontro semanal feito pelo MST a respeito da organização do acampamento e repasses a nível estadual e nacional do movimento.

Antes do término dessa trajetória, é interessante para análise registrar como alguns espaços ganham novos sentidos a partir das relações neles estabelecidas. Vejamos, com a saída do campo, Benta consegue trabalho assalariado em duas usinas, no seu retorno ao meio rural, ela passa a viver em um acampamento do MST que é fruto de uma ocupação de terra que era propriedade das mesmas usinas: Guaxuma e Seresta. Assim, é possível visualizar a ressignificação do espaço: Antes como a terra do salário, agora como a terra do viver, do prazer e da luta.

### Mapa 01: Deslocamentos da camponesa Benta em Alagoas



Fonte: mapa elaborado pela autora a partir da base cartográfica do IBGE.

### Legenda:



Deslocamento do campo (Junqueiro) para a cidade (Maceió).



Deslocamento da cidade (Maceió) para o campo (Acampamento Eldorado dos Carajás, Junqueiro).

## 2.2 Da palha da cana ao cultivo em três hectares de terra: a trajetória da *Sem Terra Odete*



Foto: Weldja Marques, Acampamento São José, 2019.

Em trabalho de campo no acampamento São José<sup>70</sup>, conheci Dona Odete. Nosso primeiro contato se deu após a reunião do coletivo do espaço, que acontece semanalmente. Era uma terça-feira por volta das 13 horas quando cheguei à casa da camponesa. Sentada na

---

<sup>70</sup> No próximo capítulo trazemos parte da história deste acampamento, localizado na zona rural do município Atalaia, e coordenado pelo MST.

sala, debulhando feijão ela sorriu, e já à minha espera<sup>71</sup> convidou-me a sentar em um sofá a sua frente. Apresentei em poucos minutos os objetivos da pesquisa e em seguida iniciamos nossa conversa a respeito de sua trajetória.

Contou-me que nasceu e viveu até os vinte e cinco anos em uma fazenda<sup>72</sup>, na zona rural de Capela com seus pais e seus onze irmãos. Viviam sob o sistema de morada, pois seu pai era empregado na propriedade que vendia cana para usinas da região. O pai passava o dia nas tarefas dos canaviais e a sua mãe cultivava uma roça ao lado da casa. Segundo Dona Odete, o fazendeiro não implicava com o uso da terra, desde que o cultivo fosse para consumo próprio: “[...] onde a gente morava tinha muita terra e ele não fazia conta<sup>73</sup> da terra, aí a gente plantava muita roça, muita roça mesmo”. Esta narrativa é comum quando vamos à bibliografia referente ao sistema de morada e durante conversas no trabalho de campo, como vimos no capítulo anterior. Heredia (1989) descreveu que em Alagoas, as construções destinadas a moradias de trabalhadores rurais eram

Compostas pela parte construída e um espalho livre atrás ou ao redor da casa, onde se lavava a roupa, se realizavam as tarefas domésticas e se criam algumas aves. [...] E finalmente, ainda fazendo parte do “fundo da casa”, havia o roçado dos trabalhadores. O produto desses roçados constituiu a base de obtenção dos meus de subsistência dos moradores. [...]. Esse trabalho seria desenvolvido durante o tempo que fosse requerido e nas condições que lhe fossem determinadas pelo proprietário (HEREDIA, 1989, p.54, 177).

Nas condições de trabalho estabelecidas pelo patrão, Odete em sua infância nunca teve a oportunidade de estudar. Passou a infância, junto com as irmãs mais novas ajudando a mãe na roça da casa, até passar a trabalhar também na palha da cana. Lembrou que sua avó a levou a uma festa de Natal em Atalaia, quando tinha quinze anos, e ao retornar, sua mãe fala que se ela quiser ir para alguma festa terá que trabalhar para ganhar dinheiro, porque ela não mais o daria. A partir desse evento Odete inicia sua relação com o trabalho assalariado, sendo empregada do fazendeiro, assim como seus pais e alguns de seus irmãos, dividindo a rotina entre os serviços da fazenda e os da roça.

Sempre trabalhei no campo, na fazenda do homem. Quando chegava meio dia da fazenda, que ele [fazendeiro] só dava trabalho até meio dia, aí quando chegava da fazenda era só tomar banho e almoçar e ir pra roça, saía assim e chegava umas 05h30 da tarde, assim todo dia! (Entrevista concedida pela camponesa **Odete**, acampamento São José, 2019).

---

<sup>71</sup> Meu intermediador no acampamento já tinha conversado com a camponesa perguntando se ela tinha interesse em contribuir com a pesquisa.

<sup>72</sup> A fazenda pertencia a José Lopes de Albuquerque, mais conhecido como Zé Pedrinho. Falecido em 2018, chegou a ser prefeito do município de Atalaia e alvo de inquéritos policiais.

<sup>73</sup> Dito popular que se refere a não se importar, não ter interesse. Na referência em questão, a camponesa quis dizer que o fazendeiro tinha muita terra, mas não trabalhava em toda sua extensão.

Perguntada como era a relação da família com o proprietário das terras, falou que o latifundiário sempre foi um indivíduo bom com seus parentes, chega a dizer que na chamada crise de fome da década de 1970<sup>74</sup> não deixou nenhum de seus empregados passarem necessidade, que ao menos permanecia com três dias de trabalho para os empregados terem algum dinheiro a receber. Vale ressaltar que a memória de um “bom patrão” deixa de ser verbalizada quando pergunto sobre como ela e sua família deixaram a fazenda para irem morar na cidade. Com o falecimento do pai, em 1983, além da perda afetiva, o grupo deixa de contar com a principal relação de trabalho da família com o fazendeiro. Após a morte do empregado, José Lopes expulsa a família de suas terras, não mais os cedendo emprego ou moradia. “*O fazendeiro que botou a gente pra fora. Meu pai morreu, só ficou os filhos homens pra trabalhar na fazenda dele, aí um deu uma bucha [raiva] e ele não quis mais a gente lá. Foi covardia dele né*”. Medeiros (1996), em pesquisa sobre as dimensões políticas da violência no campo, ressalta o papel das ações violentas de proprietários de terra contra seus trabalhadores merecendo destaque a expulsão compulsória:

Em áreas de posse ou de ocupação precária da terra sob a forma de arrendamento e parceria, é possível constatar uma série de procedimentos que traduzem as formas recorrentes de violência presentes nessas relações: expulsões da terra sem respeitar os prazos contratuais estabelecidos, soltar gados sobre as roças ainda não colhidas para apressar saída; matança de animais domésticos como sinalização de que o próximo pode ser o dono, e etc. (MEDEIROS, 1996).

Embora nossa interlocutora reconheça que ação do fazendeiro foi injusta, ela diz que “*não tinha o que fazer, a terra era dele*”. A formulação do conceito de *doxa* por Bourdieu (1999) pode ser uma chave interpretativa para a situação descrita. Para o autor, a *doxa* seria a opinião consensual sobre as leis que regem e que regulam a dominação no *campo*. Dessa maneira, o ator social passa a naturalizar relações de dominação. Quando a *sem terra* fala que ela e sua família foram expulsas, e que com isso tiveram que sair das terras em que viviam porque “*não tinha o que fazer*”, essa fala evidencia exemplos paradigmáticos da *doxa*: os sistemas de classificação, o que é interessante ou não, o que é demandado ou não (BOURDIEU, 1984).

---

<sup>74</sup>No início da década de 1970, o IBGE realizou uma pesquisa sobre a nutrição no país, coordenada pelo ENDEF (Estudo Nacional de Despesa Familiar). A investigação trabalhou com cerca de 56 mil domicílios brasileiros e seus resultados puderam ser comparados aos da outra e única pesquisa sobre a temática no Brasil, produzida pelo Instituto Brasileiro de Economia (IBE), promovido em 1961/63 com a ajuda do Departamento da Agricultura dos EUA. A comparação mostrou que, de um terço, a desnutrição havia saltado para dois terços da população, entre as duas datas - de 27 para 72 milhões de pessoas. A pesquisa do ENDEF, ainda mostrou que aproximadamente 13 milhões de pessoas sofriam de "desnutrição absoluta" em 1975, ingerindo menos de 1.600 calorias diárias. Era encontrado indivíduos que mal conseguia a locomoção devido a fraqueza.

Na época marcada pela saída do campo para a cidade, a camponesa tinha vinte e cinco anos, e junto à sua mãe e irmãos se deslocaram para o povoado Branca, pertencente ao município de Atalaia. Se formos levar em conta somente a rigidez de posicionar o campo e a cidade em lugares divergentes, baseando-nos, sobretudo, no cenário físico, poderíamos estar analisando esse deslocamento para um meio rural. Branca é um povoado da zona rural de Atalaia. Com poucas moradias e muito pasto dos fazendeiros das redondezas. Em sua maioria, os moradores são empregados de usinas e de fazendas. Tais características são atribuídas a uma área rural, tanto pelo senso comum, quanto por institutos federais (como o IBGE). Porém, na percepção da interlocutora, sua família estava saindo do campo para uma vida diferente, que seria na cidade. Sua compreensão do que é o campo está atrelada ao lugar onde possa trabalhar, ter moradia e viver em tranquilidade: *“Na Branca a gente tinha que comprar tudo, não tinha como plantar pra gente comer, a gente teve que ir trabalhar nas usina”*. Assim, podemos chegar ao entendimento de que as orientações do que é rural e do que é urbano são designações híbridas, cujas distinções somos nós que construímos a partir das relações estabelecidas nas fronteiras em cada um desses espaços, que ganham contornos e significados específicos.

Não estar mais trabalhando e vivendo na fazenda, significou uma saída forçada da vida no campo. Assim como na trajetória de Dona Benta, aqui também é possível encontrar o não afastamento de atividades da agricultura, apesar do deslocamento. A experiência que acumulou na fazenda (trabalhando na cana), junto a ausência de qualificação e experiência para os possíveis trabalhos em Atalaia, a impulsionou na busca por emprego em uma das usinas da região. Odete e seus irmãos foram procurar emprego na usina Triunfo<sup>75</sup> e foi novamente com o trabalho no corte da cana que passaram a tirar o sustento para a família. Com o passar do tempo, casa-se, vai morar em Atalaia e tem oito filhos<sup>76</sup>, não deixando o trabalho no corte da cana. Ela descreveu as dificuldades que passou quando foi morar na cidade desde a saída da fazenda. Relatou sentir falta de muita coisa e de não conseguir ficar dentro de casa, pois experimentava agonia. Reconheceu a falta do que tinha na fazenda:

Faltava lenha pra gente queimar, faltava o feijão que a gente tem da roça, faltava a farinha, a batata, o inhame, tudo. A gente tinha que trabalhar pra comprar

---

<sup>75</sup> Triunfo Agroindústria AS, foi fundada em 1959, pelo ex-prefeito de Atalaia e ex-deputado estadual José Tenório. Chegou a ser considerado exemplo de empreendedorismo em Alagoas quando passou a ser a primeira usina da região Nordeste a produzir açúcar orgânico.

<sup>76</sup> Um de seus filhos vive com ela no acampamento. Este chegou a trabalhar em fazendas para a família Albuquerque e Tenório amassando cavalo. Atualmente contribui com a segurança e estrutura nas feiras da reforma agrária nas cidades. Com relação aos outros filhos, três moram em Mogi das Cruzes – SP, uma em São Mateus, outra no Espírito Santo, e por último, um no Rio de Janeiro.



daquilo um tudo. E na roça a gente não compra, a gente tem de tudo. Da roça a gente tem do melhor, a gente temo feijão, tem a batata, a gente tem a farinha, a macaxeira, a gente tem tudo, na cidade a gente não tem nada, tem que comprar tudo no dinheiro. (Entrevista concedida pela camponesa **Odete**, acampamento São José, 2019).

Na fazenda tinha a roça que a família mantinha e dela usufruía para alimentação. Cultivavam mandioca, feijão, milho, batata, verduras e coletavam os gravetos de madeira para o fogão à lenha. Do contrário, na cidade tinha que ter o dinheiro para o botijão de gás e para alimentação. Na fazenda, seu agrupamento familiar pagava a moradia e a possibilidade de cultivo de uma roça com a manutenção da relação de obrigação entre patrão e empregados. Na cidade, essa relação deixou de existir, causando mudanças nas dinâmicas das relações sociais exercidas pela família. Por exemplo, apesar do mesmo trabalho feito na fazenda e agora na usina, a rotina de Odete sofreu modificações. A partir da ida para a cidade, era preciso, para a chegada no trabalho, de um ônibus para o transporte. Em outra linha, os colegas de trabalho eram outros, e a quantidade desses, maior. Perguntei se ela sofreu algum tipo de preconceito por ser mulher no corte da cana, ao que respondeu que não teve dificuldades com os empregadores, mas que eram os colegas de trabalho que tinham implicância com ela:

**Weldja:**

E como era ser mulher cortando cana? A senhora acha que teve preconceito por parte dos homens?

**Odete:**

Não, não tinha preconceito com nada. Os homens tinham era preconceito comigo mesmo.

**Weldja:**

Com a senhora?

**Odete:**

Porque eu trabalhava melhor que os homens. É porque recebe pela quantidade que a gente faz, e eu trabalhava mais que os homens, aí falava: “óia, essa aqui aculá...” eu dizia “trabalhe não que você fica aí pra trás”. Eu pegava aquelas rua de cana, na usina era nove rua de cana assim... Daqui pra aqui era a largura de uma rua, a gente pegava nove rua dessa, e ia embora tirando ela do chão, alguma palha que ficava, amarrava os cestos e ia.

**Weldja:**

E o pessoal que media com aquela vara, eles roubavam muito?

**Odete:**

Uns sim e outros não. Tinha uns que roubava até demais, a pessoa trabalhava muito e tirava bem pouco. Às vezes era 10 toneladas, quando eles media dava 7, dava 8.

**Weldja:**

E a senhora ficava assim, quanto tempo que a senhora trabalhava?

**Odete:**

A gente começava 6h da manhã, só parava meio dia pra almoçar e eu mesmo não demorava, era almoçar e começar de novo, agora hoje em dia, quando dá 3hora toda usina para, não trabalha mais. Mas muitas vezes a gente trabalhava até de noite com as carregadeira alumiando assim, não tinha horário. Ela crua dava mais trabalho, crua, sem partida no meio, aí quando a gente terminava de cortar aquela quantidade, a gente ia e juntava os mois dela, botava um bocado, encostava e amarrava e colocava no carro. Era muito trabalhado mas dava pra tirar 6 toneladas, 6,5, 7. (Entrevista concedida pela camponesa **Odete**, acampamento São José, 2019).

O trabalho nos canaviais da Usina Triunfo alcança o tempo da aposentadoria, e com isso veio a dispensa do trabalho. Interessante frisar que assim como na trajetória de Benta, Odete também vivencia o assalariamento do trabalho com a cana como condição de permanência nas atividades ligadas à vida rural. Se com o trabalho na cana, Odete ainda se sentia próxima do campo, com a sua inexistência após a aposentadoria, passou a ter mais lembranças e vontade de voltar para o trabalho e moradia no meio agrário.

Porque é aquela coisa né minha fia, eu pelo menos tava trabalhando numa coisa que eu já sabia, que vivi né. Eu comecei muito nova a trabalhar na paia da cana e na roça mesmo, a pessoa acostuma. Hoje em dia ainda passo pela cana e reparo como ela tá cortada, ah meu tempo... [risos] A gente é acostumado a trabalhar né, não fica satisfeito parado não. Minha coisa era de num largar o campo, nem que fosse só no trabalho né. Aí com a dispensa dos zomi na usina acabou foi tudo de novo. A pessoa ficava só lembrando do trabalho, das roças plantada né, era bom demais, eu já tinha vivido né. (Entrevista concedida por **Odete**, Acampamento São José, 2019).

Dizem que a distância é o esquecimento, mas os camponeses desses deslocamentos não concebem essa razão. Odete e os demais interlocutores, poderiam ser chamados de “camponeses da diáspora”. Aqueles que Armando Vergés (2011) analisa como camponeses em movimento, em que contempla um turbilhão de destruição, exploração e expropriação. Para ele,

Nem tudo é diáspora na vida rural. As comunidades são, inclusive, o querido manto acolhedor, é o alicerce da existência camponesa. Os pequenos povoados são o ponto de partida e, ao mesmo tempo, de regresso, fonte de forças centrífugas e também centrípetas. [...]. Assim, a comunidade de origem, mesmo a mais puída e limitada, transforma-se em nostálgica terra natal. A comunidade é fonte de uma socialização e de códigos de identidade que o nomadismo resguarda; de uma íntima sensação de pertença que deve ser preservada a todo custo; como nostalgia, como esperança, como mito. (VERGÉS, 2011, p. 84).

Essas memórias do meio rural – características em todas as narrativas dos interlocutores – sugerem que estas devem ser consideradas como instrumento no reconhecimento de identidade camponesa, agindo como arma importante para *re-volta* no campo, e não somente são relatos de sua vida passada. Sobre o processo rememorativo,

Thompson (1997) destaca o caráter de transformação que a memória implementa, na medida que possibilita ao indivíduo que lembra, a partir da reconstrução de análises do já ocorrido, elaborar novos passos até então não pensados.

Tal como Benta, Odete também cultivou uma roça na cidade, a primeira no fundo de seu quintal, e a segunda através de um acordo. Após sua aposentadoria, a camponesa entra em contato com um fazendeiro, também aposentado, que possuía um pedaço de terra próximo a casa em que vivia em Atalaia. A terra em questão estava abandonada, e a senhora viu uma oportunidade de não estar parada, sem trabalho, e assim o proprietário cedeu a terra para ela e mais oito indivíduos cultivarem o que quisessem. Esta passou a ser sua atividade até quando o dono assim pretendesse. Transcorreram cerca de oito anos, até que o proprietário resolveu retomar o uso da terra, sem aviso prévio, fazendo com que a lavoura dos pequenos agricultores fosse perdida. E segundo Odete, não podiam fazer nada, pois não tinham a posse do pedaço de chão.

“*E agora nós vai pra onde?*”. Esta foi a pergunta feita pela camponesa ao não ter mais a possibilidade do trabalho com a terra. É a partir desse ponto de sua narrativa que o deslocamento para o acampamento São José começa a ser encarado como possibilidade. Tratamos aqui como possível, uma vez que a existência do MST e do próprio acampamento já era de conhecimento desta senhora, mas como veremos no trecho da entrevista a seguir, a percepção sobre o movimento social e dos indivíduos que nele estavam era de descrédito:

Sabia que tinha ocupação de terra, que era onde a gente passava né. Eu, falar a verdade pra vocês, eu só escolhambava eles [MST], só chamava nome, só dizia coisa feia, porque todo acampamento que eu avistava só avistava mato, eu não avistava roça. Aí eu dizia: “eu não sei como esses infeliz vem tomar terra de fazendeiro e tem preguiça de trabalhar. Não tem um animal, não tem uma roça, meu Deus, assim eu não trabalhava não...” Eu bem queria ter um pedaço pra plantar, porque eu mesmo não sei ficar trancada dentro de casa, gosto de trabalhar, e tenho medo de ficar dentro de casa. (Entrevista concedida pela camponesa **Odete**, acampamento São José, 2019).

O desconhecimento sobre a estrutura organizacional de um acampamento de luta pela reforma agrária contribuiu para uma visão negativa sobre o movimento social. Ao passar pela rodovia que é fronteira entre o acampamento e um assentamento – ambos ligados ao MST – Odete não enxergava os 302 hectares de lavoura do acampamento São José. Veremos com mais detalhes no próximo capítulo, mas é importante ressaltar aqui que, majoritariamente, a “porta de entrada” dos espaços de luta pela terra é percebida como uma espécie de povoado. O que vemos ao passar pela rodovia que Odete percorria é cerca de cinquenta e cinco barracos (alguns de lona e outros com tijolo batido no barro). Todos próximos uns dos outros, por

questão de segurança. Da forma como o espaço físico do acampamento é delimitado, as plantações das famílias *sem terras* se iniciam ao fundo das casas, não sendo possível visualizá-las dependendo de onde estivermos. Dessa maneira, foi que a visão dela sobre o movimento social foi sendo previamente construída, acreditando ser o MST “*lugar de pessoas preguiçosas que não trabalhavam, só tomavam terra de fazendeiro*”.

A partir do acúmulo de experiências vivenciadas no processo de deslocamento de moradia e trabalho entre a cidade e o campo, Odete constrói um *estoque de conhecimentos* (LAHIRE, 2002) que contribuiu na tomada de decisão para um novo deslocamento, dessa vez para o acampamento São José. A pergunta: “*e agora nós vai pra onde?*” passa a ter uma resposta possível na ideia de ir “para ver como é” o São José. Ela contou que tinha parentes que já viviam acampados no espaço. Era comum, encontrar na feira livre de Atalaia uma cunhada acampada que sempre a convidava a fazer parte do movimento, mas que nunca teve coragem por acreditar que ali não era lugar de “gente de trabalho”.

Nós entregou a terra a ele, aí eu disse: “e agora, nós vai pra onde?”, Eu vou pra o São José! [risos] Aí deixei a casa lá, botei um vizinho lá pra morar, mora, pagar a energia... e vim embora pra o São José. Eu tinha uma ex cunhada, sempre a gente se encontrava na feira, aí ela dizia: “vamo pra o São José, mulé”, eu dizia: “vou nada, um bando de ladrão, roubaram a terra do homem e quando acabar, eu passo lá e só vejo mato”. E quando foi depois desse acontecido né, eu encontrei com ela de novo na feira e contei a ela. Ela disse: “deixe de ser besta, bora pro o São José, lá você vai ver como é, nem vai querer sair”. E né que eu vim, vim e vi que a coisa é séria mesmo, minha fia. Aqui eu vivo agora do jeito que eu gosto né, com a terra. (Entrevista concedida por **Odete**, Acampamento São José, 2019).

Compreendemos o deslocamento de Odete como uma tentativa de alcançar a vida que pretendia. Aposentada e com casa própria<sup>77</sup> em Atalaia, a senhora não se sentia bem com as relações estabelecidas no lugar em que vivia. Objetivava ter um pedaço de terra para cultivo de plantações e criação de animais, almejava o sossego que em sua percepção só a morada no campo poderia trazer. Nesta trajetória não encontramos a necessidade financeira ou a busca de condições de sobrevivência como uma *mola propulsora* (LAHIRE, 2002) para o retorno ao campo. É a ausência da sociabilidade da roça que a faz atravessar os preconceitos que nutria pelo movimento social, na busca do que ela hoje chama de “*vida boa demais*”.

Odete chega sozinha<sup>78</sup> ao São José procurando a cunhada. No encontro, passeia pelo acampamento, enxerga os hectares sendo utilizados, indivíduos trabalhando nas terras, e no

---

<sup>77</sup> Odete sede a casa para um vizinho morar, colocando comente como condição o pagamento da água e energia.

<sup>78</sup> Na época seu marido já havia falecido e seus filhos tinham ido para outros estados a procura de trabalho. Somente um, o que vive hoje com ela no acampamento, morava em Alagoas, trabalhando em fazenda amansando cavalos.

final da caminhada questionou como fazer para morar ali. A cunhada a leva para uma conversa com um dos coordenadores do espaço, e esta termina com a indicação de construção do barraco e da terra onde trabalhar. Dessa maneira, ainda com o “pé atrás” com o MST, resolve tentar, ergue sua casa e inicia o plantio de feijão e mandioca. O processo de mudança da percepção dos objetivos e formas de trabalho do movimento social foram sendo construídos com o tempo. O saber político sobre onde estava e no que contribuía coletivamente veio depois, mas o entendimento que ali ela conseguiria trabalhar e viver da terra veio logo com sua chegada ao acampamento. No trecho a seguir a camponesa relata sua mudança de visão sobre o MST:

**Weldja:**

A senhora hoje se considera uma sem terra?

**Odete:**

Me considero!

**Weldja:**

Por quê?

**Odete:**

Porque eu cheguei aqui e gostei de viver aqui. Achei bom viver aqui. Eu achei que aqui é o lugar de eu acabar meus resto de vida, ajudar meus filhos, criar meus animal. Eu me considero uma sem terra e com muito orgulho.

**Weldja:**

A senhora disse que antes achava....

**Odete:**

Que era coisa de gente sem vergonha, e hoje eu acho que é o canto melhor de se viver.

**Weldja:**

Mas a senhora passou a ter essa visão depois que veio pra cá?

**Odete:**

Não, antes de vir pra cá. Era quando eu vivia cortando cana, em cima dos ônibus aí passava.

**Weldja:**

Não, a senhora já tinha mudado essa visão antes dos sem terra antes de vir pra cá?

**Odete:**

Não, quando eu vir pra aqui, quando eu fiz meu barraco, que era lá em cima, aí que eu entrei na terra, que eu comecei a trabalhar, que eu via que tinha mesmo as terras plantada. Eu mesmo plantei de tudo, era muita verdura, fazia gosto... Quando eu entrava na roça: “eita meu Deus que alegria, alegria maior do mundo”, alegria de viver na roça, plantando. E ainda hoje, quando eu chego assim numa roça... eu tenho três tarefa de feijão lá em cima. Vocês não sabem o que é tarefa de feijão não [risos]. Tudinho florando. (Entrevista concedida pela camponesa **Odete**, acampamento São José, 2019).

Odete revela a satisfação em hoje se reconhecer como *sem terra*. E essa identificação faz parte do processo de conhecimento do movimento na qual tinha ingressado. Odete nasceu e foi criada na roça, e desde muito nova aprendeu as maneiras de se relacionar com o mundo e as pessoas ao seu redor com o trabalho na terra. E mesmo com a ida forçada para a cidade não se desvinculou do contato com o trabalho do campo. Poder voltar a trabalhar e morar no campo, para ela, é a alegria maior do mundo. Atualmente, aos sessenta e quatro anos, vivendo no acampamento São José sua rotina gira em torno das seguintes atividades: *reunião do coletivo*, o trabalho na *coordenação da saúde*, cultivo da plantação e a criação de animais.

Todas as terças-feiras acontece no acampamento a *reunião do coletivo*. É o momento de avaliação das atividades desenvolvidas durante a semana, planejamento para a semana seguinte, e em algumas ocasiões, vinda de alguém da coordenação estadual para: a) resolução de um conflito ocorrido no espaço, b) compartilhamento de informações vindas da coordenação nacional<sup>79</sup>. O trabalho fixo – se assim podemos falar – de dona Odete no encontro diz respeito à prestação de contas do coletivo da saúde. Ela encaminha para os demais um relatório dos recursos utilizados, e informa se precisa de alguma nova ferramenta para a tarefa. Na coordenação do coletivo de saúde, sua casa funciona como um posto médico para a comunidade local. Sem nenhum equipamento médico sofisticado, ou aparência física de consultório, a tarefa é desenvolvida da seguinte forma:

Chega um pessoal doente, aí o povo vem me avisar, eu vou procurar alguém com carro aí a gente paga o meio, e o doente paga o outro meio do frete do carro pra ir pro hospital. Se precisar de um remédio do mato, eu ensino como é pra fazer e tomar, eu faço lambedor pra quem tem precisão, pra quem tá doente, e assim a gente vai levando a vida. (Entrevista concedida pela **camponesa Odete**, acampamento São José, 2019).

Quando me falava com mais detalhes da sua rotina, a camponesa destacou que o cultivo da plantação e a criação de animais estão entre suas atividades preferidas. Odete atualmente em seus três hectares de terra tem: feijão, mandioca, milho e verduras. Conta com entusiasmo sobre seu dia-a-dia na roça: levanta-se pela manhã, prepara o almoço, dá comida aos seus animais e segue para o cuidado de suas plantações. Retorna ao meio dia quando vem para o almoço, após o término deste se deita para um cochilo. Esse é momento de descanso até o retorno para a roça. Na volta para a lavoura, termina os afazeres por voltas das 16:30 horas da tarde e vem com sua enxada para casa. Chegando, prepara a janta, e segundo ela, dá uma folguinha de ir ao cercado olhar seus animais. Ao todo, há quatorze cabeças de animais

---

<sup>79</sup> Por exemplo: quando se tem algum evento marcado para ser feito em todo o país e informações atualizadas sobre as reflexões do movimento sobre a conjuntura política no Brasil e no mundo.

em sua posse, entre a criação de cabras e ovelhas. Diz-se afetuosa por todos e cuidar da melhor maneira possível. Ainda argumenta, com perspicácia que seu negócio é com as fêmeas, pois estas têm a capacidade da reprodução. Ao nascer um macho ela procura venda ou troca em um animal do sexo oposto.

Na medida em que conversávamos sobre a importância que essas ocupações tinham para ela, a camponesa sempre ressaltava que na cidade não tinha como fazer nada disso. Não queria voltar para cidade, e dizia recorrer a Deus para que isso não acontecesse. São cinco anos de vivência na luta pela terra, em um acampamento que em 2019 soma dezesseis anos, acumulando em sua história despejos e tentativas reintegrações de posse. Estes eventos de tensão, aliás, sendo os primeiros a aflorarem nas lembranças da acampada quando perguntei sobre acontecimentos marcantes no local. Ela vivenciou três despejos e cinco tentativas, o que entende como determinação na luta pela terra. Na visão de Odete, só permanece na luta quem realmente quer a terra, porque o caminho até a chegada da conquista é de muita luta.

**Odete:**

O primeiro [despejo] a gente passou oito dias, o segundo a gente passou cento e dez dias, e o terceiro, que foi o último agora, a gente só passou três dias. A gente ia passar mais, mas o homem arrancou tudo, tudo.

**Weldja:**

Era isso que eu ia perguntar, eles derrubam os barracos?

**Odete:**

Não, os barracos a gente que derruba mesmo. Chega à ordem de despejo que é pra gente retirar as coisas, aí vamo tirando barraco, tirando as coisas. No primeiro deram carro pra levar as coisas, no segundo e no terceiro já não teve. E quando foi essa hora, entrou oficial de justiça com polícia, com tudo, a gente tava aqui no acampamento e eles tirando as roças. Foi um dia de sexta-feira. As macaxeira, tudo. Teve gente que chorou aí no meio da estrada. Eles trouxeram um ônibus com gente de fora pra tirar as roças, a polícia trouxe mais o fazendeiro. Tirou tudo, não deixou nada, de ninguém.

**Weldja:**

E eles levaram as coisas que tiraram?

**Odete:**

Não, deixaram, mas não tinha como aproveitar. (Entrevista concedida pela camponesa **Odete**, acampamento São José, 2019).

Aproveito a oportunidade do relato e pergunto qual o motivo da permanência apesar de tantos conflitos como esses sofridos. Ela diz não saber a resposta, mas quando em seguida questiono o porquê da persistência em viver no acampamento, a resposta vem acompanhada

dos dizeres: “*porque aqui eu tiro meu sustento de onde eu gosto, eu gosto demais de viver aqui, a terra é minha vida*”. Agora, ainda que não tenha mais que lidar com conflitos relacionados ao sustento (ter o que comer, não ter onde plantar), a dimensão do conflito se manifesta em sua vida através de outros momentos. Os que envolvem a luta pela terra, inclusive deflagrando tentativas de uma nova exclusão do *espaço social* em que tenta permanecer e reproduzir sua vida. Embora saiba das tensões envolvidas no percurso de transformação de um acampamento em assentamento, a camponesa tem a esperança de que a terra em que trabalha um dia será oficialmente sua perante o Estado.

Chegar um tempo assim e ganhar meu pedacinho de terra é a minha felicidade maior desse mundo. Se um dia eu tiver um cantinho, assim pra mim, pra ninguém mexer comigo. Falta o governo liberar né. Aí eu permaneço aqui. Eu só saio daqui, Deus o livre, se for por adoecer, pra acamar, se acamar tem que ir pra o hospital né, e talvez eu ir pra casa dos filhos, pra os filhos tomar conta né. (Entrevista concedida por **Odete**, Acampamento São José, 2019).

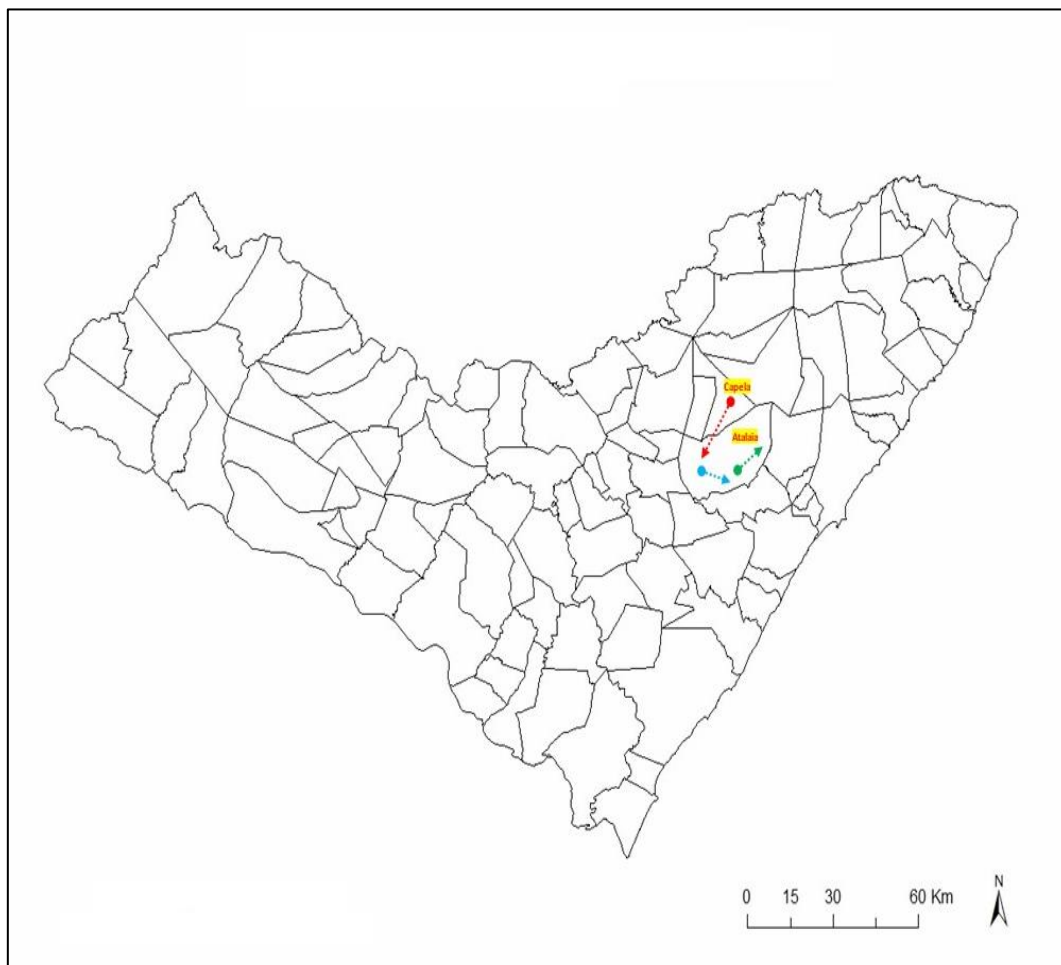
Enquanto o tempo esperado não chega, a acampada junto com as cinquenta famílias do acampamento São José, vivenciam o trabalho no campo junto às atividades políticas<sup>80</sup> que o movimento as estimula a participar.

---

<sup>80</sup> Essas atividades serão detalhadas no próximo capítulo, quando iremos nos deter a construção da identidade camponesa sem terra vivenciada na re-volta.



## Mapa 02: deslocamentos da camponesa Odete



Fonte: mapa elaborada pela autora a partir da base cartográfica do IBGE.

### Legenda:



Deslocamento do campo (Capela) para o campo (Atalaia).



Deslocamento do campo (Atalaia) para o centro da cidade (Atalaia).



Deslocamento da cidade (Atalaia) para o campo (Acampamento São José, Atalaia).

### 2.3 “Onde eu planto, planto com a fé de colher”: a trajetória de Zé Carlos



Foto: Weldja Marques

Esta trajetória, ainda que guarde semelhanças com as anteriores no que diz respeito ao deslocamento campo-cidade-campo, apresenta caminhos diferentes daquelas. Seu protagonista vivenciou experiências que deixaram marcas profundas em sua personalidade. Suas memórias do deslocamento são perpassadas por dilemas morais e resolução de conflitos com base na violência física. Os fatos narrados servem como dados que em nossa visão contribuem para a dinamização da compreensão sobre o “atual camponês” no país. Estes exemplos de pluralidade nos distanciam de uma designação essencialista sobre as trajetórias, condutas e pensamentos dos indivíduos que assim se identificam.

Zé Carlos tem sessenta e um anos. Nasceu e viveu até os seus quatorze anos em um povoado da zona rural de Viçosa, conhecido por Dourada. Junto ao pai, mãe e seus oito irmãos<sup>81</sup> viviam das cinquenta tarefas de terras arrendadas. Segundo o que nos contou, as terras onde moravam eram de um fazendeiro que plantava cana-de-açúcar, e com o tempo deixando a atividade, arrendou as terras para pequenos agricultores da região. A terra alugada por seu pai era ocupada totalmente com plantação de mandioca. A renda da família se baseava na comercialização da macaxeira que plantavam e na venda de pães. Seu Carlos era muito

---

<sup>81</sup> De oito irmãos, somente uma é mulher.

próximo do pai, sempre o acompanhando nas atividades na roça e quando este saía para vender pão na cidade. Contou com tristeza e raiva que seu pai faleceu aos trinta e cinco anos. Tristeza pela memória afetiva baseada na perda da figura patriarcal de “homem da casa”, que tinha do ente: “*meu pai era um homem macho*”. E raiva pelas circunstâncias de sua morte. Vale aqui a descrição do acontecimento porque os conflitos germinados deste são parte constituinte de sua saída forçada do campo. Quando perguntei sobre a causa do falecimento, respondeu que foi *macumba*<sup>82</sup> encomendada por uma mulher que não aceitou a recusa de seu pai a uma proposta de relacionamento. Foi em uma das saídas para a venda de pão<sup>83</sup> com o pai em Viçosa que aconteceu o contato com a tal mulher, como descreve Zé Carlos:

Uma mulher. Nós vendia pão na capricho. Entregava saco de pão, né? Aí nós chegamos no hotel e uma mulher deu na cabeça dele: ‘O senhor é solteiro?’ ele disse: “Não, eu sou casado”. “E o senhor não tem vontade de largar a mulher pra ficar comigo não?” Ela pediu bem, mas ele não queria, né? Aí ele disse: “troco não”. E ela disse: “Ói, tem coisa que você deixa ela”. (Entrevista concedida pelo camponês **Zé Carlos**, acampamento São José, 2019).

Nesse dia, após o término das entregas dos pães, esperaram – como sempre faziam – o ônibus para a roça. Nenhuma das três opções veio e Carlos propôs ao pai que fossem à usina para pegar carona em algum carro. Mas o pai resolveu voltar ao hotel da mulher com quem tinha tido contato mais cedo. Ao chegarem, ela ofereceu comida para os dois. Zé recusou por desconfiar das intenções da mulher ao oferecer um pedaço de “carne fria”, aconselhou o pai a não comer. Não levando os conselhos do filho em consideração, este comeu pedaços de carne com mandioca. O camponês relata que depois da segunda mordida na carne, o pai começa a passar mal com uma dor no peito esquerdo. Vendo seu sofrimento, Carlos vai até a usina pedindo socorro, consegue um carro e leva seu pai até um hospital. Mas o que o médico fala é o seguinte:

O médico lá disse: “Aqui eu não boto uma agulha. Aqui não é doença”. Aqui é outras coisas passadas. O senhor não tem doença nenhuma em cima do senhor.” Era um doutor bom, né? “Aqui não tem doença nenhuma em cima do senhor. Essa coisa aqui é uma coisa botada”. Aí... “Menino, o que é que nós faz?” “Leve ele pra casa...” Aí pegamo uma kombi e levemos ele pra casa. (Entrevista concedida pelo camponês **Zé Carlos**, acampamento São José, 2019).

Com o pai em casa e sofrendo, a família foi em busca de um “macumbeiro” para saber como o malefício poderia ser resolvido. O homem, que era também compadre do seu pai,

---

<sup>82</sup> Originalmente *macumba* é um instrumento musical africano, semelhante a um reco-reco. No Brasil, através do processo de preconceito com as religiões de matrizes africanas, o termo *macumba* passou a ser associado a oferendas religiosas. Sendo entendido também como trabalhos de feitiçaria para fazer mal a um indivíduo, tal como no caso referido pelo camponês.

<sup>83</sup> Ele e seu pai ia para a cidade deixar os pães em algumas pequenas barracas que comercializam o produto.

reforça a avaliação do médico. Mas diferente desse, receita o que poderíamos chamar de cura. Seria a ida para Bahia, em busca de um curandeiro com poder mágico suficiente para reverter o feitiço. Seu pai recusa a proposta, e diz querer morrer em casa. Depois de vinte e quatro horas do ocorrido, o pai pede que Zé mate um de seus porcos para ser sua última refeição. Essa não chega a acontecer. Carlos contou em tom de mistério que o porco fugiu antes de ser capturado para o abate e que no mesmo momento seu pai faleceu. Após a morte do pai, Zé passa a ter condutas agressivas, acreditando ser agora o homem da casa<sup>84</sup>, esperando que todos – incluindo sua mãe - agissem de acordo com o que ele entendia como certo.

Sua mãe tinha por nome Proventina, e segundo a visão do seu filho, ela não respondia a conduta esperada por uma mulher de família após o falecimento do esposo. Carlos diz que a mãe não sofreu muito com a morte dele, pois logo sem demora colocou “um bêbado” para viver com ela dentro de casa. O camponês na época tinha doze anos e não enxergava a atitude como correta.

Oxe, com quinze dias já andava um cabra [o homem] lá em casa. O cara chegava com um monte de garrafa de vinho, um monte de carne. [Grunhido]. Eu digo: “Eita meu Deus... Vai dar nada não.” E eu falei: “Mãe, a senhora uma mulher nessa idade, boa de ter vergonha, mãe. Como é que a senhora procura um cachaceiro desse pra botar dentro de casa.” Ele disse [o homem]: “ Cala a boca que senão eu te dou uma facãozada.” (Entrevista concedida pelo camponês **Zé Carlos**, acampamento São José, 2019).

A malha que tecia as relações na casa começou a gravitar em torno de conflitos acerca da moral e respeitabilidade da família perante os vizinhos. Suas relações seguem um fio marcado por uma “sociabilidade agonística”, se levarmos em conta a análise de Comerford (2003). Para esse autor, na vida no campo existe uma dinâmica agonística visível nas relações, ainda que ela não seja uma dimensão pública de natureza institucional. A “sociabilidade agonística”, dessa maneira, diz respeito a

Importância dos conflitos concebidos como pertinentes à esfera das relações familiares e vicinais [...], seja nos comportamentos, seja nas narrativas de eventos. [...] procura evidenciar as dimensões de construção social inerentes à dinâmica de comportamentos e interpretações de comportamentos centrada em termos como *provocação* e *respeito* (COMERFORD, 2003, p. 19, 22).

Carlos desaprovava o fato de uma outra figura masculina ter se tornado companheiro de Proventina, e de que Marreco (o homem recém-chegado) assumisse o papel de homem do agrupamento. Segundo ele, o novo companheiro da mãe chegava em casa bêbado e querendo que todos fizessem o que ele mandasse. Zé Carlos não suportava os maus tratos do novo

---

<sup>84</sup> A casa em que a família vivia foi adquirida através de uma troca de seu cavalo. E por isso, Zé achava que era o dono casa e assim podia escolher como viviam e quem poderia ver lá.

companheiro da mãe, nem a ideia de obedecer a uma outra autoridade masculina e diz ter lembrado de uma espingarda que seu pai tinha guardada. Planejou uma emboscada em casa para atirar contra Marreco. Ao tentar defender o companheiro e apaziguar o filho, a mãe virou alvo, pois não estava honrando a família com o novo relacionamento. Proventina só não foi atingida por conta de uma parede e o homem escapou, não mais voltando para aquela casa.

Após o acontecido, Zé Carlos em um momento de fúria destruiu a casa com machadadas. Explicou que o terreno sob a qual estava erguida a moradia tinha sido trocado por seu pai em um cavalo de sua posse. Com a situação, seus irmãos (menores de idade) foram morar em São Paulo na casa de parentes. Eles não tinham apoiado o irmão, uma vez mantinham uma boa relação com a mãe e Marreco. Proventina, com medo de que o filho insistisse na vingança, foi embora para a cidade de Capela, abandonando os filhos. Zé Carlos na época tinha apenas doze anos, e acreditava ter ficado “doido” após o ocorrido, e que seu destino ia ser “matar gente, correr no meio do mundo e só não queria ter que roubar”. Mas diz ter ido parar em um cativo. Ele é abrigado na casa de uma senhora, que morava vizinha a roça de sua família.

Óia... Trabalhei que nem cativo, minha amiga. No mesmo lugar, viu? A mulher tinha um quintal... Sim. Do tamanho desse aí de macaxeira. Agora só era cebola, era alface e coentro. Quatro horas da manhã ela tava comigo no chinelo. “Levanta.” “Peraê homi...” “Levanta! Vá agoar os coentro, os tomate e as cebola pra mode não secar.” Eu levantava chorando, óia. [...] Eu imaginava: “Meu Deus... Fiz com a minha casa, fui pra casa dos outros e agora tô sendo linchado.” Ela foi me criando... E tinha um bucado de filho, viu? Mas não mandava os filho não. Levei mais de setenta pisa, viu? Pra aprender a ter vergonha e andar no mundo. (Entrevista concedida por **Zé Carlos**, acampamento São José, 2019).

O camponês diz ter pensado várias vezes em fugir, porém vinha à cabeça a idade que tinha. O que impedia que escapasse, por receio de passar fome na rua. Carlos esperou completar quatorze anos para sair da casa em que vivia como empregado. Suas pretensões de sair se restringiam à residência que morava, mas não em deixar a vida no campo, o trabalho com a roça. Segundo ele, onde planta tem fé que vai colher.

O deslocamento forçado do campo é fruto dos conflitos familiares que se iniciam com a morte de seu pai. Porém, é com o envolvimento com uma “moça de família” que ele é obrigado a abandonar a terra onde nasceu e se criou. O embate se dá depois que ele é surpreendido pelo pai da jovem, enquanto estava aos beijos com esta em uma lavanderia. Após uma ameaça de morte deslocou-se do campo para a cidade.

Aos quatorze anos, Zé Carlos conseguiu uns trocados em dinheiro e fugiu para a Bahia em busca de abrigo na casa de uma tia. Chamada de Menininha, sua parente tinha uma casa de candomblé, onde era mãe de santo. Após fazer perguntas a respeito de onde estavam os irmãos e mãe, ela o abriga. Zé diz não ter gostado de lá. Viver na cidade após ter passado 14 anos vivendo no campo não foi para ele encarado como algo bom. Ainda menor de idade, não conseguia emprego na cidade, acostumado a ter seu trabalho, ele resolveu depois de seis meses voltar para Alagoas, diz para a tia que ia cortar cana. O retorno para o estado não é para o povoado Dourada. Volta para Viçosa, e procura emprego nas usinas da região. Sem casa e dinheiro, passou a “perambular” pelas cidades de Viçosa, Capela, Atalaia e Marimbondó.

Ói, eu andei sozinho no mundo. Que nem pregador do evangelho. Eu dormia na beira da pista assim, ói. Botava o pano, deitava e me enrolava. Os carros passavam... Uhhhh. [Passando pela estrada] Eu dizia: “Beleza, velho.” (Entrevista concedida por **Zé Carlos**, acampamento São José, 2019).

Passa a ter novamente um teto para morar e retorna ao meio rural quando vai até a usina Triunfo e consegue o emprego no corte da cana e passa a viver no sistema de morada, mesmo ainda sendo menor de idade. Aos quinze anos conseguiu esse emprego e na casa em que morou, deu início a uma plantação de cana e macaxeira. Conta que chegou a ter mil e quinhentos pés de cana caiana. Segundo Zé, através da sua dedicação no plantio ao lado da casa, o administrador da usina passou a lhe reconhecer como um “homem trabalhador”, e ainda, deu aval para o namoro com sua filha<sup>85</sup>, com quem o camponês chegou a morar cerca de três anos na casa da usina.

A separação do casal acontece na época em que Zé Carlos completa a maior idade. Com o acontecimento, deixou novamente o campo por relações conflituosas baseadas na respeitabilidade da família. Ao terminar a relação com a filha do administrador da usina, a aliança que lhe garantia estabilidade de emprego e moradia – na usina - não estava mais disponível. Assim, recorre a mais um deslocamento para a cidade. Aos dezoito anos, consegue ter trabalho fichado, de modo que passa por mais usinas: Caeté e Porto Rico. A função seguia no corte da cana. Era o que ele sabia fazer, além do cultivo de hortaliças, vegetais e frutas. Conta que viver na cidade era como se fosse castigo vindo de Deus para ele. Sentia muita falta de ter um pedaço de terra para cuidar do que era seu, além disso, na cidade não existia a

---

<sup>85</sup> O administrador tinha uma filha menor de idade. Zé Carlos vez ou outra conversava com a moça e o pai observou o interesse. De início o pai não aceitava o namoro, tal atitude fez com quem os dois fugissem. Passaram cerca de três dias escondidos na mata. Sem comida, quando a fome deu sinais fortes, ambos voltam para a usina. É quando o administrador não vê outra solução, se não aceitar e apoiar o casal. A partir daí que passam a viver na casa em que ele já morava, agora com ajuda dos pais da moça.

tranquilidade que ele experimentou no campo. Zé Carlos dizia quase não suportar a rotina de pegar um ônibus todos os dias para ir ao trabalho. Segundo ele, “era capaz da pessoa morrer em um acidente na estrada, devido às inexistentes condições de segurança dos transportes”. Sair de casa sem saber se voltaria era um sentimento diário que nutria a sensação de desconforto a ponto de considerar a vida na cidade um castigo divino.

A cidade em que mais viveu foi Marimbondo<sup>86</sup>. Onde casou mais uma vez e teve quatro filhos. Trabalhou no corte da cana e morou na cidade de Marimbondo até os sessenta anos. Nesta idade, o camponês foi chamado na sede administrativa da usina para dizer que tinha chegado seu tempo de aposentadoria, porque naquela idade não podia mais ter “ficha na carteira”. Segundo Carlos, eles deram um papel para ele ir ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, dar entrada na aposentadoria. Porém, também compartilha que no documento faltavam cerca de oito anos de trabalho na empresa. Em suas palavras: “*O cara luta tanto pra quando chegar no final vim tapiar<sup>87</sup> o cara com papel... Pro modi papel dos outro perder a minha luta, que eu fiz?*” Constatando o erro, ele questionou seus empregadores, mas a usina nega a existência de inexatidão nos registros. Mesmo habituado a resolver seus conflitos com os ânimos exaltados, resolveu pedir as contas na usina e tentar a aposentadoria por conta própria, através de uma advogada. Zé Carlos percebeu a situação de injustiça que estava passando e acionou os meios legais para resolução do ocorrido, conseguindo sua aposentadoria nos acordos estabelecidos por lei.

O sujeito desde sua primeira experiência no campo até sua ida para cidade vive também estratégias cotidianas. James Scott (2000), analisa as formas de resistência por parte de camponeses pobres. Segundo o autor, indivíduos em condições de subalternidade se insurgem, primeiramente, contra algo mais imediato, e, posteriormente, essa reação pode vir a se tornar uma condição coletiva. Essas ações mais imediatas, seriam, para ele uma espécie de *infra política*, a política daqueles que estão inseridos nas camadas de baixo do poder. Formas de resistência que não são deliberadas ou arquitetadas, mas quando feitas exercem uma resistência ao poder vigente. De modo que a percepção da injustiça não se dá apenas quando indivíduos se insurgem politicamente com outros em busca de reconhecimento perante o Estado.

---

<sup>86</sup> Cidade do estado de Alagoas, em 2010, segundo o IBGE estimava-se uma população de 13.606 habitantes. Sua área é de 171,28 km<sup>2</sup>, representando 0,62 % do estado.

<sup>87</sup>Enganar.

Depois de aposentado, o camponês ficou sem o trabalho no campo. Ele não tinha costume de viver na cidade, e agora sem sua ocupação, ficar 24 horas por dia em sua casa não o agradava. Faltava o contato com a terra. Segundo Zé, viver na cidade o deixa “doido de pedra”, devido à grande frequência de barulho, principalmente vindo de bares. É quando chega até ele duas notícias: a) que o prefeito da cidade de Paulo Jacinto<sup>88</sup> estava disponibilizando terras por cinco anos, para quem quisesse nelas produzir. Após o término desse período, os sujeitos beneficiados teriam que devolver as terras à prefeitura. b) através de um vizinho, soube que “*um movimento do sem terra tinha ocupado as terras da usina sinimbu*”.

Estimulado pela ideia de não ter que trabalhar mais para os outros, pois segundo ele, ir para as terras da prefeitura era uma esmola que ele mesmo estaria pagando, ele resolve ir junto a outras pessoas para o acampamento. A intenção era de ver como funcionava o espaço que já tinha cerca de quatro meses de organização. Ao chegarem conversaram com a coordenadora do local. Zé Carlos diz ter colocado muita crença na mulher, que parecia ser valente e que por isso ela conseguiu sua confiança. Voltou para Marimbondo em busca de algumas coisas, e retornou ao acampamento para montar seu barraco. Sua esposa não o acompanhou, pois não agradava daquela situação. O camponês diz que sua recusa em o acompanhar é porque nasceu na cidade e não conhece os gostos de viver na terra. Sem esposa, ele constrói seu barraco e vive cerca de seis meses no acampamento, até sofrer seu primeiro despejo na luta por terra. Contou que em umas das visitas que fazia à esposa na cidade sonhou com a polícia derrubando suas plantações e seu barraco. Retornando ao acampamento, ele se depara com uma reunião de urgência feita pela coordenação do local. Ali foi dada a notícia do despejo:

Quando chegou lá já tinha cara aqui, óia... As lágrima caindo dos olhos viu? Fazia pena... “O que é meu mano?” “Rapaz, tem uma reunião hoje aí. E feia viu?” Eu digo: “Feia?! É um despejo, meu fio. Aí, quando pensa que não, passou um comboio de camburão<sup>89</sup>. Óia, camburão que eu nunca vi na minha vida. (Entrevista concedida por **Zé Carlos**, acampamento São José, 2019).

Carlos não esperou que destruíssem seu barraco e sua roça. Ele mesmo tirou as plantações e colocou fogo em sua casa. Segundo ele, um policial tinha o chamado de amostrado após ter colocado fogo. Carlos, habituado em não se calar diante de um conflito

---

<sup>88</sup> Está localizado na região centro-norte de Alagoas. Sua população, segundo o IBGE em 2010, era de 7.426 habitantes.

<sup>89</sup> Carro de polícia.



acirrado, ameaçou cortar o policial com o facão e dizia a todo mundo que, quem tinha feito o barraco era ele e que por isso tinha direito de fazer o que quisesse.

Isso aqui é meu. Quem fez foi eu. E eu mesmo queimo. Óia ali... Colchão novo, zerado pegando fogo. Deus tem força e coragem pra me dar. Graças a Deus, meu Deus. Vou procurar outro sem terra pra passar meus dias e se não der eu boto fogo no resto. (Entrevista concedida por **Zé Carlos**, acampamento São José, 2019).

Zé não tirou nem suas roupas do barraco. Ficou furioso ao ver o cenário de um despejo pela primeira vez. Não só ver como sentir, ser ator social daquele espaço. A última ação de resistência no acampamento veio acompanhada do sentimento de raiva, provocando os agentes do estado e não permitindo que ninguém tocasse em suas conquistas no local: sua casa, seus pertences e seu meio de transporte (uma bicicleta). Após incendiar o barraco, o único objeto que restou foi sua roupa do corpo e sua bicicleta, a mesma que o trouxe de Marimbondo e a que o levou de volta.

Com o retorno a Marimbondo, o camponês diz ter vivido mais agoniado. Não queria ter novamente que passar o dia todo em casa, olhando para o nada ou então para quem passava na rua. O desejo de voltar a trabalhar com a terra e viver nela – por intermédio de uma ocupação de terra - não saiu da sua cabeça, mesmo após ter sofrido a violência moral e psicológica no ato do despejo. Decorrido quatro meses, um ex-colega de trabalho da usina foi até sua casa para falar da ocupação São José, localizada na zona rural de Atalaia. O amigo informou que ia ao acampamento ver se “estavam pegando gente”, se sim, ficaria por lá. Zé Carlos o acompanhou, chegando ao local viu que o movimento aceitava o cadastro para novas famílias acamparem. O camponês diz não ter pensando muito e logo começou, com ajuda de outros camponeses, a construir sua casa de barro e madeira. A decisão rápida por ingressar no acampamento evidencia a busca e o desejo por ter a posse de uma terra e viver dela. O deslocamento para o São José, protagonizado por Zé Carlos, assim como dos outros interlocutores, não tem em seu germe a politização da luta por terra no país, como veremos no capítulo a seguir. O que está em questão nesse momento é uma *pré-disposição* pela procura de condições de manutenção da vida no campo. É a busca por um estilo de vida, que nos casos aqui estudados, é possibilitado por intermédio da entrada no conflito por terra empreendido pelos movimentos sociais rurais.

Sua imersão em um coletivo que demanda terra, completará no ano de 2020, dois anos de experiência. Explicitando através do documento que é entregue pelo MST aos indivíduos que ocupam uma terra, ele mostra a data da sua chegada, e aproveita para exibir – orgulhoso

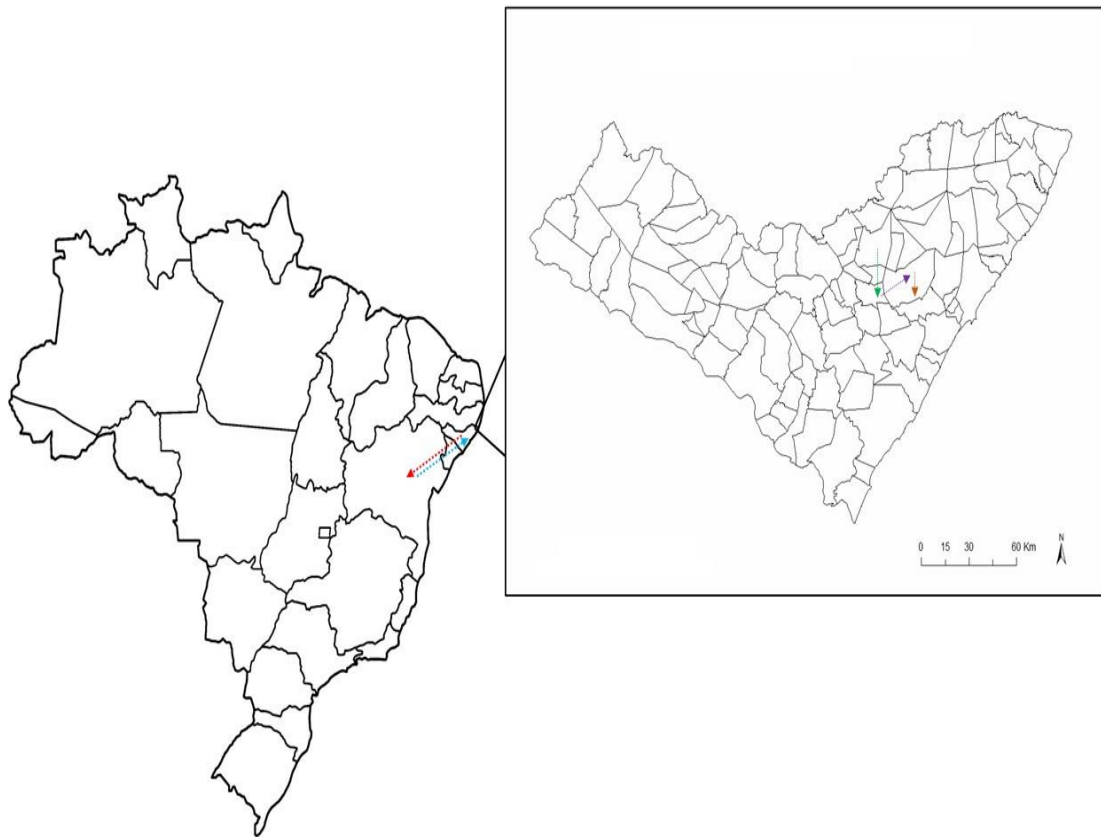
do seu comprometimento – seus comprovantes de contribuição dos oito reais mensais pagos pelos acampados para manutenção da organização do espaço. Enquanto me mostrava os documentos, Zé Carlos fez algumas queixas sobre o coletivo da coordenação do acampamento, mesmo fazendo parte deste grupo. Falou também que se incomoda com a falta de entrosamento dos acampados, o que na maioria das vezes, pode ser visto através de gestos básicos, como por exemplo, não oferecer alimentos para ajudar um recém-chegado ao local. Indica que a coordenação precisa trabalhar nessa questão, mesmo colocando como ponto difícil, porque segundo nos conta; coordenador ali é “*a mesma coisa que nada*”.

A fala de Zé Carlos sobre a organicidade do acampamento traz à tona uma questão que deve ser problematizada. Os espaços de luta por reforma agrária não são, como muitos gostariam ou sugerem, um paraíso em que os conflitos estão distantes. As relações humanas de cooperação e rivalidade em suas ambivalências compõem um tecido de constrangimentos sociais (ELIAS, 2006) - neste caso, com interdependências políticas - que os mantêm como um coletivo. A esperança de obter a terra que ocupam, age como um fator de não desistência da luta, apesar dos mais variados conflitos que possam ocorrer durante o percurso. Perguntei para o camponês o que o faz permanecer no acampamento, ao que me respondeu que gosta da terra, do interior e falou com euforia o que cultiva em sua roça: macaxeira, batata, milho e feijão, e diz ser esta a sua maior alegria.

Isso aqui eu entendo que é meu ganha pão e a minha alegria, viu menina. Eu num vou desistir não, tô já quase no meu fim da vida né, eu vou mais pra onde? Tá bom eu de viver aqui né, no meu cantinho e com as minhas batatas, minhas coisas né. (Entrevista concedida por **Zé Carlos**, Acampamento São José, 2019).

Dizer o que busca e o que faz permanecer na luta, seriam para Rancière (1996) categorias que orientam o conflito. O dizer coloca o sujeito em disputa, logo, anunciar o que almeja, reunir condições para ser ouvido, pode ser interpretado como *política* que contribui para a reparação de danos. Quando questionei o que é para ele mais difícil na luta em que vive, me respondeu que é a morosidade na resolução da situação do acampamento São José. Mas logo em seguida ele toca novamente no que o faz resistir: “*Eu tenho esperança. Porque aonde eu planto, eu planto com fé de colher. Isso aqui pra mim é o futuro*”.

### Mapa 03: Deslocamentos do camponês Zé Carlos



Fonte: mapa elaborada pela autora a partir da base cartográfica do IBGE.

#### Legenda:



Deslocamento do campo (Viçosa) para a cidade (Salvador, BA).



Deslocamento da cidade (Salvador, BA) para o campo (Viçosa).



Deslocamento do campo (Viçosa) para o campo (Usina em Marimondo).



Deslocamento do campo (Usina em Marimondo) para a cidade (Atalaia).



Deslocamento da cidade (Atalaia) para o campo (Acampamento São José, Atalaia).

## 2.4 “Tudo surge da terra, ela representa a vida”: a trajetória de Marcelo

Marcelo<sup>90</sup> nasceu e permaneceu na roça até ter que ir procurar emprego fora de Alagoas. Após ter vivenciado alguns deslocamentos do campo para cidade, e da cidade para o campo, hoje se encontra na situação de acampado no acampamento Eldorado dos Carajás, localizado na zona rural de Junqueiro. Além da sua dedicação ao trabalho com a terra, compartilha seu tempo com atividades da coordenação do movimento.

Sua infância foi em um sítio<sup>91</sup>, mesmo local em que seus pais nasceram e foram criados. Seu pai trabalhava em uma usina de cana-de-açúcar. E junto aos demais familiares, mantinha uma roça em casa. Marcelo conta que, apesar do pequeno espaço que tinham na propriedade rural, conseguiam cultivar mandioca e feijão. O que permitia gerar uma renda extra com a comercialização dos produtos na feira livre em Junqueiro.

A família começa a passar por dificuldades financeiras quando o pai falece, aos 57 anos. Na época, Marcelo tinha acabado de chegar à maior idade e passa a se enxergar como o homem responsável pela casa, mãe e os irmãos mais novos. Falou-me que ao todo eram 09 irmãos, e a maioria desses – os com mais de 18 anos – já moravam em Minas Gerais. Os irmãos migraram em busca de emprego na região, influenciados por pessoas conhecidas que já tinham percorrido o mesmo caminho. Marcelo, diz ter ficado com a tarefa de cuidar dos irmãos mais novos até completarem os 18 anos de idade. E assim, após cada maioridade alcançada pelos irmãos, era mais um membro do agrupamento se deslocando para a corrida por emprego nas usinas em terras mineiras.

O cenário foi se desenhando para a permanência de Marcelo e sua mãe no sítio sozinhos. Os irmãos – quando conseguiam – enviavam mensalmente alguma ajuda financeira e vinham no final do ano para visitarem a família. A mãe, aposentada como agricultora recebia um salário com o qual sustentava a casa. O camponês, na época trabalhava em uma usina e com o cultivo da pequena roça que tinha no sítio, - quando a colheita era boa - conseguia algum dinheiro<sup>92</sup>, que segundo ele, “*era até bonzinho*”. Essa é a dinâmica de sua vida até os 23 anos de idade. Já casado e com dois filhos, ainda vivendo na casa da mãe, ele

---

<sup>90</sup>Este interlocutor foi meu principal facilitador para que eu fizesse trabalho de campo no acampamento em que mora. Por se tratar de um membro da coordenação estadual do movimento em Alagoas, optei por utilizar nomes fictícios em sua trajetória. Motivo também pela qual não expus sua fotografia.

<sup>91</sup> O sítio está localizado na zona rural de Junqueiro.

<sup>92</sup> Ele se refere a comercialização dos produtos na feira livre, ou quando não, a venda dos mesmo para atravessadores.

percebe que não dá mais para viver com um relativo conforto sob as mesmas condições de trabalho. É neste período que acontece o primeiro deslocamento *campo-cidade* em sua trajetória.

O meu motivo de ter saído da roça pra cidade foi em busca de algo melhor né. Dinheiro, essas coisas. Na época eu estava recém-casado, precisava sustentar a família e a vida na roça não é fácil, eu já com dois filhos com 23 anos de idade, precisa se manter, a gente sempre quer algo melhor pra gente e pra família, né, então... A minha ideia foi viajar, meus cunhado que moravam já em Minas diziam que lá era bom, que ganhava dinheiro. (Entrevista concedida por **Marcelo**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Marcelo diz ter optado pela mobilidade porque as condições financeiras já não estavam sendo suficientes para o sustento de sua família, agora maior. E assim como os irmãos, influenciado pelas narrativas de experiências de trabalho nas usinas em Minas, resolveu ir para aquele estado. Em seus planos, iria trabalhar em uma safra, juntar algum dinheiro e retornar para o sítio da família, pois não queria ter que sair da roça. Na época ele tinha financiado um carro junto com um dos irmãos (que trabalhava em Minas, e vinha para Alagoas na entressafra), para irem juntos para Minas Gerais, nesse automóvel. Iriam ele, sua esposa, dois filhos e esse irmão. Porém, o parceiro de viagem consegue um emprego em Junqueiro e decide não retornar mais para Minas Gerais. Marcelo, seguindo seu plano, viajou com a esposa, os filhos, mas sem o irmão.

O destino foi a cidade de Ituiutaba – MG, e a intenção era conseguir um emprego em uma usina pertencente ao grupo João Lyra, na cidade vizinha Canápolis. O emprego, porém, não era uma certeza. Marcelo viajou impulsionado pelas histórias de que se chegasse durante o período de safra conseguiria algo rápido. Não foi o que aconteceu. Ele e a família viajaram com a certeza de que teriam estadia na casa do cunhado e da irmã que moravam na cidade. Falou que passou dois meses desempregado e que ficava constrangido de morar na casa dos outros, mesmo que fossem seus parentes, pois pensava que esta situação é sempre incomoda, para a visita e para quem está hospedando. Nesse período em que esteve desempregado, viveu do dinheiro que tinha levado e dos bicos que fazia na cidade. Até conseguir um emprego na usina, Marcelo trabalhou como:

Servente de pedreiro, limpando terreiro, limpando mato, era o que aparecia eu fazia. Era derrubando casa, a gente trabalhou fazendo limpeza num porão de um prédio que já tinha morrido gente lá dentro, muita gente não queria fazer esse serviço, e eu na precisão, na necessidade, tive que ir. Rapaz, isso não era vida pra ninguém não, muito melhor voltar pra minha roça. (Entrevista concedida por **Marcelo**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Nos primeiros dois meses morando na cidade, em um estado distante do seu, Marcelo estranhava o lugar e dizia ter saudade da mãe<sup>93</sup> e da roça. Sua angústia desacelera com a chegada da oportunidade de trabalho na usina. Seu trabalho era de auxiliar de serviços gerais durante o período noturno. Contou que no mesmo ponto em que pegava o transporte para a usina, tinha mais 04 homens, também de Alagoas. Ele conta que só no ônibus que utilizava 95% dos trabalhadores eram nordestinos, e mais de 50% eram de sua terra de origem. Após ouvir sua descrição, lembrei de experiências minhas, de ir residir em um estado da região Sudeste, e por estar chegando do Nordeste ser vítima de preconceito.

Aproveitei a lembrança e perguntei se ele tinha vivenciado algo do tipo. Ao que me respondeu que o mais comum era dizerem que os nordestinos iam para a cidade “tomar” o trabalho dos mineiros. E se não fossem eles, emprego na cidade seria mais fácil e o salário até melhor. Apesar destas posições o camponês nos conta que as “brincadeiras” com relação ao povo nordestino não o impediam de ter uma boa relação no trabalho entre os sujeitos de regiões distintas. Somente quando o sujeito provedor do preconceito insistia bastante no assunto. Os atos preconceituosos em muitas relações eram acompanhados de risadas entre ambas as partes. Principalmente, pois se por um lado os homens nordestinos se sentiam ofendidos ao serem entendidos como “ladrões de emprego”, por outro se sentiam lisonjeados pelo fato de os mineiros também relacionarem um suposto aumento da traição das mulheres mineiras com a ida de homens nordestinos para a cidade.

E assim, Marcelo viveu em Ituiutaba durante dez meses. Dois fazendo bicos na cidade, e oito trabalhando na usina. Essa vivência, confessa Marcelo, não foi a esperada. O incômodo de ter que viver de favor na casa dos outros; a xenofobia (que em algumas ocasiões lhe incomodava); a mudança do estilo de vida da roça para o da cidade e a dificuldade financeira fizeram com que pensasse que o deslocamento para outro estado não foi uma decisão proveitosa. No trecho a seguir, podemos ver seu relato:

Quando eu fui eu não tinha serviço certo, né. Fui pra casa do cunhado, fiquei com ele lá dividindo aluguel com um dinheiro que já tinha levado, tinha reservado. Não sei se você já morou na cada dos outros, mas não é legal, no início era bom, mas depois qualquer coisinha incomoda, a pessoa se sente incomodada. Eu me dava super bem com meu cunhado sabe, mas às vezes eu chegava, sentia aquele negócio que ele não estava se sentindo à vontade, e tinha dia que eu percebia que ele percebia que eu também não me sentia à vontade. Então teve essa dificuldade, eu passei lá mais de dois meses desempregado, fazendo bico acolá e o que aparecia até conseguir esse emprego na usina.

---

<sup>93</sup> Com ida de Marcelo para Minas, sua mãe ficou no sítio com dois filhos.

[...]

Pelo que o povo falava da cidade, eu achava que fosse um lugar muito melhor que o campo, entendeu? Eu ficava naquela ideia “morar na rua, tudo que a pessoa precisar tem”, na rua tem de tudo, mas só se o caba tiver dinheiro pra comprar. Então, a partir do momento que eu passei a viver na rua e não ter dinheiro pra se manter lá, comprar as coisas de necessidade, coisas que às vezes eu tenho aqui de graça, frutas, mangas, caju, banana, jaca. Que aqui se a pessoa não tiver o pé, a pessoa come no do vizinho do mesmo jeito. Não precisa comprar. Um feijão e tudo a pessoa pode plantar. E lá tem que comprar de um a tudo e o dinheiro nunca dava porque só se a pessoa ganhasse um monte de dinheiro. Porque a pessoa sem formação nenhuma, apenas com o ensino médio completo, morando na cidade, e trabalhando de auxiliar de serviços gerais, que essa era a função assinada na carteira, na usina. (Entrevista concedida por **Marcelo**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Ao contrário das trajetórias anteriores, o deslocamento de Marcelo para a cidade era compreendido como uma possibilidade de ascensão financeira. Ele não foi expulso do campo diretamente, como vimos em outras narrativas aqui. Mas, indiretamente as dificuldades que enfrentou no campo, forçam sua saída quando não possibilitam um aumento das condições de permanência. Acompanhando o caminho traçado pelos irmãos, viaja para buscar trabalho em Minas. Como apontou Melo (2008) tais características correspondem a uma trajetória marcada pela sazonalidade. Onde a estadia na cidade termina paralelamente com a safra na usina. Ele conta que, “*não via hora de a safra acabar para voltar pra casa*”, não tinha gostado da experiência na cidade. E mesmo com uma nova proposta de emprego na empresa, (seu salário iria aumentar cerca de 50%<sup>94</sup>) ele a rejeita e no final de 2011 faz o caminho da volta para a roça em Alagoas. A narrativa de Marcelo é marcada pelo sentimento de ausência, do lugar, da família e das dinâmicas estabelecidas no lugar de origem. A razão de seu deslocamento esteve em volta de projetos relativos aos anseios de consumo da família. Mas apesar de conseguir um aumento de salário, o sentimento da saudade da terra natal não é ultrapassado pela possibilidade de melhoria de sua condição financeira.

Novamente em Alagoas e residindo na casa da mãe junto com sua família, ele resolveu classificar sua carteira de motorista para a categoria “D”<sup>95</sup>. Almejando conseguir trabalho na Usina Sinimbu<sup>96</sup> como motorista de ônibus<sup>97</sup> na próxima safra da agroindústria, que veio a ser em 2012. Através de um colega que possuía um ônibus e o alugava para usina, ele consegue o emprego de motorista. Apesar de não ter experiência, alcançou a função por intermédio das

---

<sup>94</sup> Seu salário era de 1 mil reais, e com o aceite da proposta iria a 1.500 reais mensais.

<sup>95</sup> Categoria que possibilita a condução de veículo, cuja unidade acoplada, reboque, trailer ou articulada tenha 6.000 kg ou mais de peso bruto total, ou que, sua lotação exceda a 8 lugares. ex.: micro-ônibus e ônibus.

<sup>96</sup>A Usina Cansanção de Sinimbu S/A foi fundada em 1893 na cidade de Jequiá da Praia.

<sup>97</sup>Seu ofício era o de transportar os trabalhadores rurais para as áreas do corte da cana.

suas relações estabelecidas na região e passou toda a safra de 2012 na Usina Sinimbu. Com término da colheita da cana, fica novamente sem emprego.

Um mês depois chega uma informação de que em Arapiraca<sup>98</sup>, havia uma empresa que estava contratando motoristas para trabalho nos ônibus que circulavam na cidade transportando passageiros. Aproveita a experiência adquirida no trabalho anterior e consegue o emprego. Passa um ano nesse serviço, pois pede a demissão por não se acostumar com as dinâmicas sociais estabelecidas. Diz não ter suportado as pressões que vinham da empresa, dos passageiros. E principalmente, de ter que dirigir em uma cidade grande. Durante o período que esteve empregado como motorista o camponês não deixou o trabalho com a roça. Seu sonho era conseguir sustentar a família somente com o cultivo da terra. Porém, o dinheiro que alcançava com ela era pouco, tendo que buscar outras fontes de renda. E, é novamente através das redes de contatos estabelecidas na vizinhança que ele obtém mais uma ocupação. Marcelo tinha um conhecido que trabalhava em uma construtora, e que na época estava construindo creches na região. Sabendo do desemprego dele, o colega conta que estavam precisando de uma pessoa para dirigir um caminhão e supervisionar os trabalhadores da obra de uma creche em Limoeiro de Anadia<sup>99</sup>. Ele aceita o emprego, e como dizia seu conhecido, sua função era entregar materiais de construção no caminhão e, observar o trabalho dos pedreiros na obra. Segundo Marcelo, uma ocupação simples, onde quase não trabalhava, pois interpreta o serviço prestado como fácil. E nessa condição permaneceu por seis meses, até saber da existência do acampamento Eldorado dos Carajás.

Aí comecei a trabalhar com ele, seis meses trabalhando com ele, aí tinha um menino lá que trabalhava de servente de pedreiro, e ficou sabendo desse acampamento aqui, e eu morando bem pertinho aqui não sabia. Aí ele lá em Limoeiro de Anadia, onde era a obra, disse que ia embora, ia pra o sem terra. (Entrevista concedida por **Marcelo**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Mesmo sendo a cidade de Junqueiro<sup>100</sup> sua morada por anos, Marcelo não tinha conhecimento da ocupação do MST na zona rural do município. Quando um colega de trabalho conta a novidade e diz estar de mudança para o local, o camponês diz ter ficado curioso para saber como funcionava esse “*negócio de pegar terra no sem terra*”. Esse amigo que estava em processo de entrada no movimento, pede ao seu chefe que disponibilize o caminhão (o que Marcelo trabalhava) – em um horário que não tenha serviço – para

---

<sup>98</sup> Pertencente à Mesorregião do Agreste Alagoano, localiza-se a oeste da capital do estado, distando cerca de 136 km desta. Arapiraca é a segunda maior cidade de Alagoas.

<sup>99</sup> Município de Alagoas localizada na parte central do estado. Com uma população recenseada em 2010 em 26.992 mil habitantes.

<sup>100</sup> E ainda, sua sogra reside no Retiro, zona rural da cidade de Junqueiro, e há 2 km do acampamento.



transportar seus pertences ao Eldorado. Com o favor concedido pelo patrão, nosso interlocutor foi como motorista e ajudou na logística do transporte dos objetos.

Nesta tarefa de levar a mudança do colega, o camponês chega ao acampamento pela primeira vez. Como havia somente três meses que o movimento estava ocupando o local<sup>101</sup>, ele avistou poucos barracos, e muitos ainda sendo construídos. Contou que ficou empolgado com a possibilidade existente de “*pegar terra*”, tendo em vista que sua ambição era ter espaço para trabalhar e viver em uma roça. Essa sua primeira ida ao local foi num domingo, com uma semana depois ele vai à casa da sua sogra, e com uma moto segue novamente ao acampamento. Disse ter passado a semana inteira pensando na possibilidade de traçar o mesmo caminho que seu colega, chegando à conclusão de que não custava tentar conseguir o que ele tanto queria. Quando retorna ao local, chega com um pouco de desconfiança, sem saber direito quem procurar para saber informações do que era necessário para o ingresso no acampamento e decide sair perguntando quem é o chefe.

Aí cheguei aqui procurando: “**quem é o chefe aqui?**”, e eles disseram: “**aqui não tem chefe não**” “como assim não tem chefe?” “**O chefe é a bandeira**”, aí como era que eu ia conversar com a bandeira? [risos] Aí eu perguntei como era que fazia pra pegar terra, aí me mandaram falar com o que era coordenador na época. (Entrevista concedida por **Marcelo**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019. Grifos nossos).

É comum e estratégico para os movimentos sociais do campo usarem a simbologia da bandeira da organização como instrumento de luta. Principalmente, em um acirramento de conflito, como tentativas de despejo ou visitas de autoridades, que deleguem a ela a responsabilidade sobre o espaço em que estão inseridos em situação de resistência. A ideia é não designar em um só indivíduo a liderança, para assim se protegerem, por exemplo, de prisões ou processos judiciais. Outro ponto, é o processo de construção de uma identidade sem terra, – envolvendo a construção de símbolos de luta – onde os caminhos devem ser trilhados coletivamente, em prol de um objetivo comum, que é a luta por terra. Dessa maneira, a “*conversa com a bandeira*” do camponês só foi acontecer um tempo depois.

Quando nosso interlocutor encontrou o coordenador do espaço, ele logo perguntou como fazia para pegar terra. Marcelo tão pouco conhecia como funcionava a luta por terra no país, não sabia que essa etapa do processo (situação de acampamento) pode levar anos até uma definição judicial da terra em questão. Em sua mente, aquela condição seria provisória, e

---

<sup>101</sup>No próximo capítulo trataremos trechos de diários do campo, onde é possível visualizar a organização física do acampamento.

que o pedaço de terra que ocupasse já seria o seu<sup>102</sup>, com a resolução do conflito naquele território.

Quando cheguei aqui eu achei interessante os barracos, as terras, o pessoal já plantando aqui atrás, aí pensei só: essa usina tá fechada, tá falida, ela vai mesmo sair pra o povo, e eu vou entrar pra conseguir minha terra. Aí minha mãe: ‘mas meu filho, não vá não, porque isso é perigoso<sup>103</sup>, você tá lá e o João Lyra mandar um helicóptero e matar todo mundo’. Aí eu disse: ‘ó mãe, vou fazer meu barraco e fazer um buraco embaixo da cama, qualquer coisa se a bala vir eu entro no buraco’. (Entrevista concedida por **Marcelo**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Na conversa com a coordenação, lhe explicaram as normas e condutas estabelecidas pelo movimento para a entrada de novos acampados. Ele prontamente aceita as diretrizes e diz que iria trazer suas coisas para o acampamento. Sagazmente, lembra dos restos de materiais de construção da obra em que trabalhava, e com o caminhão do trabalho pegou tábuas e madeiras para montagem de seu barraco no Eldorado. Mas ao contrário do que disse para sua mãe, não cava um buraco embaixo da sua cama como estratégia para um possível acirramento de conflito.

Em 2014, pouco tempo depois de construir sua casa no acampamento, a obra em quem trabalhava foi paralisada como consequência dos bloqueios de verbas no governo Dilma Rousseff, durante o período que sofreu um impeachment. Desse modo, seu patrão chega até os funcionários da construtora e diz não saber quando a situação iria ser regularizada. Marcelo diz não ter se preocupado com a informação, uma vez que já havia decidido ir para o acampamento: *“tranquilo, vou pra o acampamento, vou plantar roça, lá tem muita terra, da minha mãe é pouquinho, aí dá pra produzir mais, aí foi assim que eu vim pra cá”*.

Com a chegada ao acampamento, Marcelo começou a plantar mais, tal como desejava. Investiu no cultivo da mandioca, feijão (de corda<sup>104</sup> e arranca<sup>105</sup>), batata doce e amendoim. Passou a trabalhar somente com a roça, seja vendendo seus produtos a atravessadores ou comercializando diretamente na feira livre em Junqueiro. Tendo a ajuda da mãe e da esposa nesta última atividade, contando com elas também no período de plantio e colheita.

---

<sup>102</sup>Na mudança de acampamento para assentamento, após a repartição de lotes feita pelo INCRA, pode acontecer de terras que sempre foram utilizadas por uma família pode chegar a ser de outra.

<sup>103</sup> Sua mãe, assim como sua esposa não apoiaram a mudança de vida que Marcelo estava encarando. Hoje, o camponês fala que ainda possuem o pé atrás com sua vida no sem terra. Porém, diz que as oportunidades como: o curso técnico em Agroecologia e a graduação em Agroecologia são fundamentais para elas irem problematizando a narrativa pejorativa que possuem do movimento. Pois acreditam que o alcance de tais conquista só vieram através de sua atuação no MST.

<sup>104</sup>Feijão fradinho.

<sup>105</sup> Feijão carioca.

Atualmente, além do seu trabalho na roça: a) divide a tarefa da coordenação do acampamento com mais dois camponeses, e b) é aluno do 1º curso de agroecologia da UFAL<sup>106</sup>, destinado para camponeses, quilombolas e indígenas. Sendo um dos selecionados em um vestibular específico para esse público, Marcelo tem sua aprovação como 1º lugar da turma. Ele acredita que a maior contribuição de seu engajamento no movimento tem sido o encaminhamento deste curso. Mesmo lidando com a terra desde pequeno, a importância que sempre deu ao cuidado com ela, só passa a tomar dimensões políticas como a preservação da humanidade, com sua imersão no MST:

**A partir do momento que eu entrei no MST foi que eu comecei a perceber a importância que tem a terra pra todo mundo né, principalmente pra sobrevivência humana, e se a gente não cuidar, num futuro próximo vai ter um controle populacional através dos seres humanos, muito grande, através do não cuidado com a terra, vai acontecer muita miséria por aí se a gente não conseguir mostrar pra as pessoas que devemos cuidar da terra, que devemos zelar dela. Então por isso acho que é meu principal engajamento de tá no movimento, de tá fazendo o curso de agroecologia, é bem difícil pra quem vive na roça fazer uma graduação, por sorte tem essa oportunidade do Pronera que a gente passa um mês lá estudando e passa 03 meses em casa, na roça produzindo, porque se fosse pra tá indo diariamente, a gente que tem família, não tem um trabalho certo, tem que se manter da roça, quem vive na terra, que vive da roça não tem renda fixa, às vezes o cara passa 2, 3 meses sem entrar um real, às vezes quando entra, entra até uma quantidade boa, e às vezes quando vai colher não tira o esperado, então tem essa dificuldade. Eu me esforço demais pra fazer esse curso de agroecologia pra principalmente mostrar para as pessoas a importância que é cuidar da terra, porque pra mim, representa principalmente a vida. (Entrevista concedida por Marcelo, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019. Grifos nossos).**

Marcelo hoje entende desse modo a importância da terra e sua preservação. Conta da dificuldade enfrentada pelos *sem terras* em trabalhar no cultivo das terras do acampamento. Como dito anteriormente, o espaço serviu por décadas para a plantação de cana. Com tal atividade e inúmeros produtos químicos, a terra hoje se encontra em um estágio complicado para o cultivo da agricultura familiar<sup>107</sup>. E compreende que sua formação na Agroecologia pode ser ferramenta para busca de melhoria na questão.

Há um ponto interessante sobre esse retorno ao campo via movimento social. Marcelo se desloca para a cidade (Minas Gerais) em busca de trabalho em uma usina do grupo João Lyra. Em seu retorno ao meio rural, ele acampa junto ao MST em terras que serviam para a plantação da cana de açúcar da Usina Guaxuma, do mesmo empresário. O camponês conta a

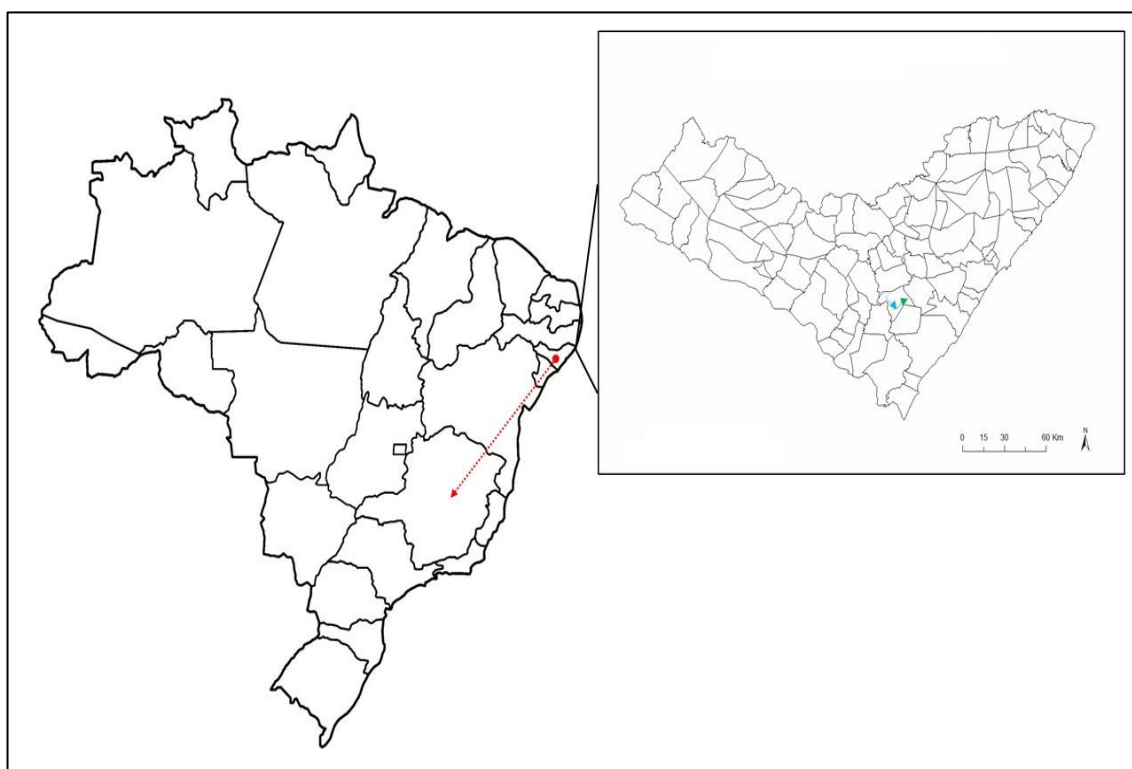
---

<sup>106</sup> Promovido pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) em parceria com o Centro de Ciências Agrárias (Ceca) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

<sup>107</sup> Esse inclusive é um dos motivos de desistências nas ocupações de terra, principalmente entre indivíduos vindos das periferias, que nunca tenham tido a experiência de trabalho com a agricultura. Com a dificuldade de cultivar uma terra não favorável ao plantio, acabam abandonando a luta por terra.

casualidade com um tom de ironia e sorri ao final da informação. É possível perceber seu sentimento de satisfação, ao completar dizendo que está lutando contra o latifúndio. Hoje o *sem terra* coleciona cinco anos na situação de acampado. Contou-me que teve sua “conversa com a bandeira” e percebeu que a luta ainda pode se arrastar por anos, mas compreende que essa é sua única alternativa se quiser ter a posse e uso da terra.

#### Mapa 04: Deslocamentos do camponês Marcelo



Fonte:

mapa elaborado pela autora a partir da base cartográfica do IBGE.

#### Legenda:



Deslocamento do campo (Junqueiro) para a cidade (Minas Gerais).



Deslocamento da cidade (Minas Gerais) para o campo (Junqueiro).



Deslocamento do campo (Junqueiro) para o campo (Acampamento Eldorado dos Carajás, Junqueiro).

A partir da descrição e análise das trajetórias de vida dos camponeses pudemos perceber que esse processo de saída do campo não se configura como um simples abandono. Em outras palavras, é possível sugerir que esses sujeitos não desocuparam as terras por

almejem uma vida em um centro urbano. Essas saídas dizem respeito a um processo de expropriação a que foram submetidos, no qual podemos perceber sempre uma relação direta ou indireta do setor sucroalcooleiro nas causas dos deslocamentos requisitados.

Benta e sua família têm sua saída forçada do campo a partir de um incêndio provocado pela queima das canas no povoado. Odete com seu agrupamento familiar se desloca para a cidade devido à expulsão efetivada pelo fazendeiro (que plantava cana para usinas), com a morte de seu pai que era principal empregado da família na fazenda. Zé Carlos tem se não no primeiro deslocamento, mas no segundo, sua saída do campo por uma consequência da expulsão no sistema de morada e da usina em que trabalhava. E na trajetória de Marcelo observamos o deslocamento para Ituiutaba – MG, como uma consequência da crise no setor sucroalcooleiro em Alagoas.

Nos relatos das trajetórias tomamos conhecimento das diferentes formas de luta pela sobrevivência que esses indivíduos realizaram no meio urbano e, simultaneamente, das confissões dos caminhos da volta ao campo através da luta pela terra. Chegando a esse ponto, cabe agora à compreensão do processo de discernimento da necessidade de luta pelo direito de ocupar uma terra e a construção de uma identidade camponesa *sem terra* construídos no processo após o retorno para o campo. Pois como foi possível ver, nossos interlocutores não retornam ao campo via movimento social acreditando nas lutas coletivas e políticas, e sim enxergando uma possibilidade de alcance da posse de uma terra para a manutenção de uma vida almejada, contribuindo para a resolução de conflitos objetivos. Assim, interpretamos que a tomada de decisão para a volta para o campo não é uma ação politizada com relação a luta pela terra. A seguir, veremos que a *re-volta* para o campo somente irá aparecer com os desdobramentos políticos e morais ocorridos a partir das interações estabelecidas ocasionadas com esse último deslocamento.

### **CAPÍTULO 3. A CONVERSA COM A BANDEIRA: OS PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO DA CONDIÇÃO COMPONESA PARA UMA *RE-VOLTA* NO CAMPO**

Quando chegar na terra  
Lembre de quem quer chegar  
Quando chegar na terra  
Lembre que tem outros passos pra  
Dar.  
Mire o olhar na frente  
Porque atrás vem gente querendo  
Lutar  
Neste caminho obscuro  
Está o futuro para preparar  
Caminhe, não desanime  
Trabalhe, se alinhe no passo de  
Andar.  
Quando chegar na terra  
Não está completa a tua liberdade  
Este é o primeiro passo  
Que damos na busca de outra  
Sociedade  
Só a terra não liberta  
Este é o alerta da necessidade.  
**Quando chegar na terra (Ademar Bogo)**

Vimos nos capítulos anteriores um regaste histórico sobre a mobilidade camponesa em Alagoas e a descrição e análise de trajetórias de indivíduos que vivenciaram o deslocamento campo-cidade-campo. No primeiro, foi possível compreender os processos que desencadearam as expulsões do campo. Esses acontecimentos geraram a produção de agrupamentos humanos nas cidades – e principalmente na capital do estado – sem as suas necessárias condições de manutenção de vida (seja no âmbito material/objetivo e simbólico/subjetivo). Como exposto no segundo capítulo, a ausência dessas condições, junto a falta de escolhas, levou a volta desses indivíduos para o campo mediante a entrada em movimentos sociais. Destacamos, porém, que esse retorno foi fruto de uma casualidade forçada, não podendo ser considerado nesse momento como resultante de uma politização dos seus conflitos, e sim como decorrente do acionamento de uma possibilidade de melhoria de vida. Esse regresso somente poderá ser interpretado como uma *re-volta* para e no campo, se e na medida que esses sujeitos experimentem um giro epistêmico e moral, que os habilite a se reconhecerem como indivíduos detentores de uma *identidade sem terra*. O acionamento prático dessa identidade pode representar um guia para saída às conflitualidades encontradas não só no campo, mas também na cidade.

Dessa maneira, os esforços do presente capítulo estarão centrados na investigação do que se convencionou chamar de *ressignificação* da *condição camponesa* vivenciada por esses sujeitos na *re-volta* para o campo. Assim, analisaremos como ela aparece e como é concebida. A ideia é desenvolver a questão do que hoje significa ser um camponês *sem terra* para quem percorreu esse movimento. Tentar-se-á evidenciar a relação da mobilidade com a questão identitária, na medida em que destacamos as metodologias utilizadas pelos movimentos sociais para possibilitar aos indivíduos uma forma de compreensão acerca da importância da luta coletiva.

Em uma frente paralela e complementar, será possível conferir alguns breves relatos etnográficos de reuniões, vida diária nos acampamentos e do *trabalho de base* feitos por movimentos sociais. Na acepção do MST, difundida em um de seus materiais de formação, o *trabalho de base* “é a ação política transformadora, que mete o corpo em uma realidade concreta, para despertar, organizar o povo na solução de problemas e ligar essa luta a luta geral contra a opressão” (PELOSO, 2012). O intuito da ideia é, portanto, compreender as dinâmicas sociais desses espaços e averiguar as intenções dos movimentos sociais rurais ao investirem na organização de sujeitos que tenham passado pela experiência de vivência no campo e que se encontrem por razões diversas nas periferias das cidades.

O argumento da epígrafe acima lança mão de aspectos importantes que revelam a compreensão de que, para os movimentos sociais, na luta pela terra, os investimentos devem ser desenvolvidos em diferentes frentes de atuação. A principal continua sendo a luta pela terra, porém, esta, caminha para o alcance de princípios e objetivos de conscientização para uma luta mais ampla, que é a da “emancipação da classe trabalhadora”, a partir do combate das desigualdades sociais existentes no país. Essas perspectivas com relação às preocupações em torno da soberania popular trazem traços que auxiliam na chave interpretativa do problema desta pesquisa. Uma vez que, como será possível compreender, os espaços de luta por terra promovidos pelos movimentos sociais são processos sociais (ELIAS, 2006) os quais auxiliam na construção da identidade *sem terra*, que é ponto crucial na *re-volta* para o campo.

O giro de percepção política é também fruto do *trabalho de base* dos movimentos. Contudo, o que vem antes do retorno ao campo – a sociabilidade na terra desde a infância, a expulsão do seu lugar de origem e os conflitos em torno da sobrevivência na cidade – são basilares no germe do reconhecimento de injustiças, uma vez que são essas experiências que impulsionam a imersão desses agentes nos movimentos sociais.

### 3.1 “Voltei para roça”: espaços de luta por terra em Alagoas

Para Oliveira (2001) os acampamentos e assentamentos são formas de luta de quem já lutou ou resolve lutar pelo direito à terra e ao trabalho livre<sup>108</sup>. O autor sinaliza que o acesso à terra permite que os trabalhadores rurais alcancem conquistas sociais no campo. Em sintonia com esta abordagem, Fernandes (2004) afirma que de um lado *o capital* destrói e recria *o campesinato*, a partir de sua lógica. De outro, o camponês se recria, rompendo com a lógica do capital, a partir de sua reinserção no meio rural através da luta pela terra. É nessa direção que se insere este trabalho procurando demonstrar que não se trata de uma recriação e reinvenção do *campesinato*, mas a construção de um novo sentido dado à condição camponesa.

Como veremos a seguir, esse rompimento com a lógica do capital é visualizado na ação do retorno ao campo. A partir dessa volta, os camponeses passam pela ressignificação de sua condição enquanto agentes do meio rural e detentores de direitos. E esse processo vai ao encontro com a formação da identidade *sem terra*. Assim, o ator *sem terra*, através dos conflitos com o latifúndio e o capital, luta para ser ele mesmo (Fernandes, 2004). Com isso, entende-se que existem dois momentos nessa volta: a) o da tomada de decisão para empreender um novo deslocamento (demonstrado no capítulo anterior), b) o do processo de *re-volta* para o campo que acontece com o alinhamento aos princípios organizativos da luta pela terra, ao qual é dedicada esta parte do capítulo.

Para ancorar os argumentos serão apresentados breves relatos etnográficos de reuniões e visitas aos acampamentos em que vivem os nossos interlocutores. Estes relatos se tornam importantes, na medida em que tanto a sociabilidade nos acampamentos, quanto as experiências com as reuniões são aspectos que favorecem a construção de uma identidade *sem terra* na *re-volta*. Essa identidade é também o conhecimento e reprodução dos princípios organizativos do movimento. É o indivíduo se apropriando da categoria *sem terra* como acionamento político para se ter efeito na reparação de conflitos.

É nos espaços<sup>109</sup> de acampamentos que os indivíduos convencidos das proposições do movimento, dão largada na luta pela terra. Esses lugares são para o MST a forma mais

---

<sup>108</sup> O trabalho livre aqui se refere à agricultura familiar.

<sup>109</sup> A escolha da análise dos acampamentos e reuniões em detrimento de outras formas de organização como: passeatas, manifestações, romarias da terra, caminhadas, diz respeito à importância que conferimos às discussões que não tem uma grande visibilidade pública e que são travadas nessas atividades. Tais como: cursos de formação política, tomada de decisões, discussão de conflitos internos e externos dentro do movimento.



apropriada de reivindicar junto ao Estado a posse e uso da terra, iniciando com uma ocupação e conseqüentemente a formação do acampamento. Entendemos essas discussões como cruciais no processo da ressignificação da condição camponesa empreendido, tendo em vista que, por intermédio da volta ao campo, as pessoas se inserem na ordem de um novo projeto de sociabilidade e identificação com as lutas coletivas empreendidas pelos movimentos sociais.

### 3.1.1 O acampamento São José

Visitei o acampamento São José em outubro de 2019. A ida ao local foi facilitada por Márcio<sup>110</sup>, um amigo que a militância nos movimentos sociais acabou proporcionando. Além de ter sido o mediador de contatos para entrevistas no acampamento, ele foi um dos interlocutores dessa pesquisa em conversas informais a respeito das dinâmicas organizacionais do MST. Atualmente, Márcio é um dos acampados no local. Como suas tarefas no movimento incluem a execução de atividades na cidade de Maceió, participação de reuniões com agentes públicos e participações em cursos de formação política fora do estado, Márcio não reside fixamente no acampamento, mantendo uma rotina semanal de trânsito entre as atividades no acampamento e em Maceió. Ele nasceu e cresceu em bairros da periferia na cidade: Cruz das Almas<sup>111</sup> e Village Campestre<sup>112</sup>. Em meio às adversidades de sua trajetória, Márcio ocupou postos nos mercados informal e ilícito. Frente às dificuldades e danos cotidianos que envolviam tais atividades, Márcio encontrou uma alternativa ao ser convidado para entrar no MST<sup>113</sup>. Exemplos como o de Márcio, dão sustentação e materialidade aos argumentos de que o movimento é uma *organização de massas*, envolvendo dessa forma, indivíduos tanto do campo como da cidade em um processo de mudança de percepção sobre a vida. Isso quer dizer que representam uma parte organizada de um setor da sociedade, que se juntam para a busca de direitos concretos, específicos e imediatos (MST, 2017). Na versão de uma das lideranças do Movimento no estado de Alagoas, “*é a parte do povo que se levanta*” contra qualquer forma de opressão e injustiça social.

---

<sup>110</sup> Nome fictício, por estarmos tratando de um componente da coordenação estadual do MST. Por questões de segurança de nosso interlocutor não revelaremos seu nome.

<sup>111</sup> O bairro é localizado distante do centro de Maceió. Sua principal via é a rodovia AI-101, que liga a capital aos municípios litorâneos ao norte de Alagoas.

<sup>112</sup> Village é um conjunto habitacional localizado no bairro Cidade Universitária.

<sup>113</sup> O convite acontece por um membro da família, integrante do MST.

O acampamento visitado tem pouco mais de 15 anos de resistência na luta pela terra. Localizado na antiga fazenda São Sebastião, no município de Atalaia, é conhecido por ser uma das áreas mais emblemáticas de conflitos agrários no estado, sendo hoje um dos espaços que mais sofre tentativas de despejo. A fazenda em questão pertencia às terras da massa falida da Usina Ouricuri. O MST ocupou a área em 2004 e desde então o acampamento vive sob intensos conflitos na disputa pela terra. O último despejo aconteceu sob alegação de suposto usucapião da terra, em nome do antigo arrendatário das terras da usina, que desde 2015 possui ação rescisória no Ministério Público do Trabalho questionando aos poderes a terra disputada. Dentre os casos de violência que circundam a história do acampamento, podemos destacar o assassinato do militante sem terra, Jaelson Melquíades, morto em 2005 em uma emboscada tramada por pistoleiros. Segundo o movimento, a mando de fazendeiros da redondeza.

Passando pelo entorno do acampamento é possível visualizar que Atalaia ocupa um espaço estratégico para o MST em Alagoas. Até a chegada ao local pude encontrar dois assentamentos e um acampamento. Essa importância também pode ser inferida a partir da existência do Centro de Formação Zumbi dos Palmares<sup>114</sup>, localizado nas terras do São José. Chego ao acampamento na companhia de Márcio e meu companheiro. Ambos em duas motos. Ao chegar ao local, me chama logo atenção uma movimentação de pessoas ao lado de uma construção. Meu facilitador explica que estava sendo construída mais uma plenária. Desço da moto, e Márcio me dá uma garrafa de cachaça, pedindo que entregue ao homem que estava à sua espera. Ao deixar em suas mãos o sem terra me fala: “*só vai se for na cachaça mesmo [risos]*”. Esse seria o “combustível”, segundo Márcio, para a “rapaziada” terminar o serviço. Quando encontrei meu interlocutor antes de entrar no acampamento, ele compartilhou comigo que estava ajudando a construir o espaço de plenária. O pequeno espaço que será uma plenária, que não mede mais que quatro metros de comprimento, estava sendo construído com pedaços de madeira retiradas da mata do próprio acampamento. No momento em que cheguei, cerca de sete homens dividiam o trabalho de posicionamento do teto do barracão, feito com telhas largas e desgastadas (a se perceber que estavam sendo reutilizadas). Tal atividade revela traços das dinâmicas organizacionais estabelecidas nos acampamentos, a da construção de espaços coletivos feita pelos próprios beneficiados dela. E para além disso, a reprodução das respectivas tarefas é um aspecto que vai marcar a construção da identidade *sem terra*, ao

---

<sup>114</sup>Um dos locais que o MST usa para a realização de cursos e reuniões. A estrutura física do espaço conta com dormitórios, banheiros, refeitórios, salas para atividades de formação e secretaria etc.

passo que se compreende a importância dos trabalhos coletivos, mesmo sendo essa estimulada por um “agrado”, como a bebida mencionada acima.

#### Foto 04: Plenária nova concluída



Foto: Márcio, Acampamento São José, 2019.

A pressa de Márcio para que terminassem a plenária, ainda naquela manhã, estava sob argumentação de que a *reunião do coletivo*, que estava marcada para aquele horário na segunda-feira, seria neste novo espaço. As *reuniões do coletivo*, segundo meu facilitador, acontecem uma vez por semana geralmente às segundas-feiras. Esse é o espaço para avaliação das atividades da semana, análise da organicidade do coletivo da coordenação do acampamento, e às vezes, local para recepção de “*companheiros vindos de fora para palestrar*”<sup>115</sup>.

Após a rápida passagem pelo trabalho coletivo que estava sendo executado nos encaminhamos para a casa de Márcio no acampamento. Segundo ele, era seu “barraco” que há não muito tempo conseguiu construir com materiais de alvenaria, mas que até pouco período atrás era de lona preta. Como veremos a seguir, através do caderno de formação nº43, essa mudança dos materiais de construção das casas, de lona por de tijolos e cimento é algo recente, e diz respeito às novas formas de organização dos acampamentos.

---

<sup>115</sup> Frase dita por nossos interlocutores quando sabem da vinda de algum companheiro ou companheira a convite do MST para fazer algum tipo de curso, conversa, oficinas etc...

Na organização do local de moradia: a lona preta por muito foi o símbolo da luta pela terra, além da bandeira, o barraco de lona preta era uma das nossas grandes simbologias, no entanto, nesta proposta de “acampamento comuna<sup>116</sup>”, precisamos, inclusive como afirmação territorial, melhorar as condições de moradia do acampamento, por isso, a disposição das moradias deve ser pensada com um mínimo de planejamento, levando em consideração a questão da segurança, dos arruamentos, dos espaços coletivos, da escola, da farmácia, das áreas de lazer, etc. (MST, 2017).

Segundo as orientações do caderno, o argumento da organização é que a atual conjuntura política exige que esses espaços sejam cada vez mais massivos. Ou seja, se deve renunciar a acampamentos pequenos, – mas levando em questão as condições objetivas de cada região – pois quanto maior ele for, maior será a capacidade de resistência e luta. E para além disso, quanto maior for a construção de casas com materiais de alvenaria, superior será a dificuldade de destruição das casas, como por exemplo, em um despejo (MST, 2017). Esse caderno foi elaborado pelo setor de formação do movimento, especialmente para os responsáveis pela Frente de Massas da organização. Essa é a frente responsável pela mobilização de novos integrantes no movimento, e foi por esse agrupamento que nossos interlocutores, no retorno para o campo, passaram. Foram eles que apresentaram o espaço do acampamento e as regras de convivência. Voltaram para o campo e com isso foram submetidos a novas formas de sociabilidade: a participação semanal em reuniões, cursos de formação política, viagens, passeatas, a preocupação com a segurança da sua moradia etc. Como vimos no capítulo anterior, a ação da volta foi individual, no sentido de as pessoas estarem se mobilizando pela resolução de seus problemas relacionados a sobrevivência (sejam eles relacionados a questões objetivas ou subjetivas). Ela passa a ser coletiva, e, portanto, uma *re-volta*, com a incorporação dos princípios políticos do movimento no qual o sujeito ingressa. Dessa forma, o processo da vivência nos espaços de luta pela terra carrega sua importância na construção da identidade *sem terra*.

Ainda levando em consideração as novas diretrizes de organização dos acampamentos, vale o destaque da situação em que viveu o casal de *sem terras*, Seu Carlos e Dona Euvina, na volta para o campo. Apesar das dificuldades encontradas no meio rural e na cidade (o

---

<sup>116</sup>Chamado já em alguns estados, incluindo em Alagoas, de “Acampamento Comuna”, o movimento social entende essa nova forma de acampamentos como consequência da atual conjuntura política nacional na questão da luta pela terra. O MST explica que a conquista da terra vem se tornando um processo cada vez mais longo e conflituoso. E que muitas famílias acabam desistindo pelo nível de precariedade das condições físicas do acampamento. Dessa forma, a implantação do “Acampamento Comuna” depende que as lideranças se responsabilizem em identificar: a) uma área propícia para a montagem do acampamento, b) na medida do possível, fazer com que a produção seja feita de maneira coletiva, perpassando a dimensão econômica e incluindo processos de formação e emancipação política, e c) a organização do espaço de moradia, substituindo a lona preta (que por anos foi o símbolo da luta por terra) por casas com melhores condições de moradia, como foi possível conferir no acampamento São José.

deslocamento campo-cidade), eles nunca moraram em casas construídas com lona. Como será possível inferir no trecho de entrevista a seguir, a volta para o campo intermediada pelo movimento social fez com que o casal tivesse essa experiência da moradia com lona preta, e com isso veio o medo pela insegurança causado pelo ingresso na luta pela terra.

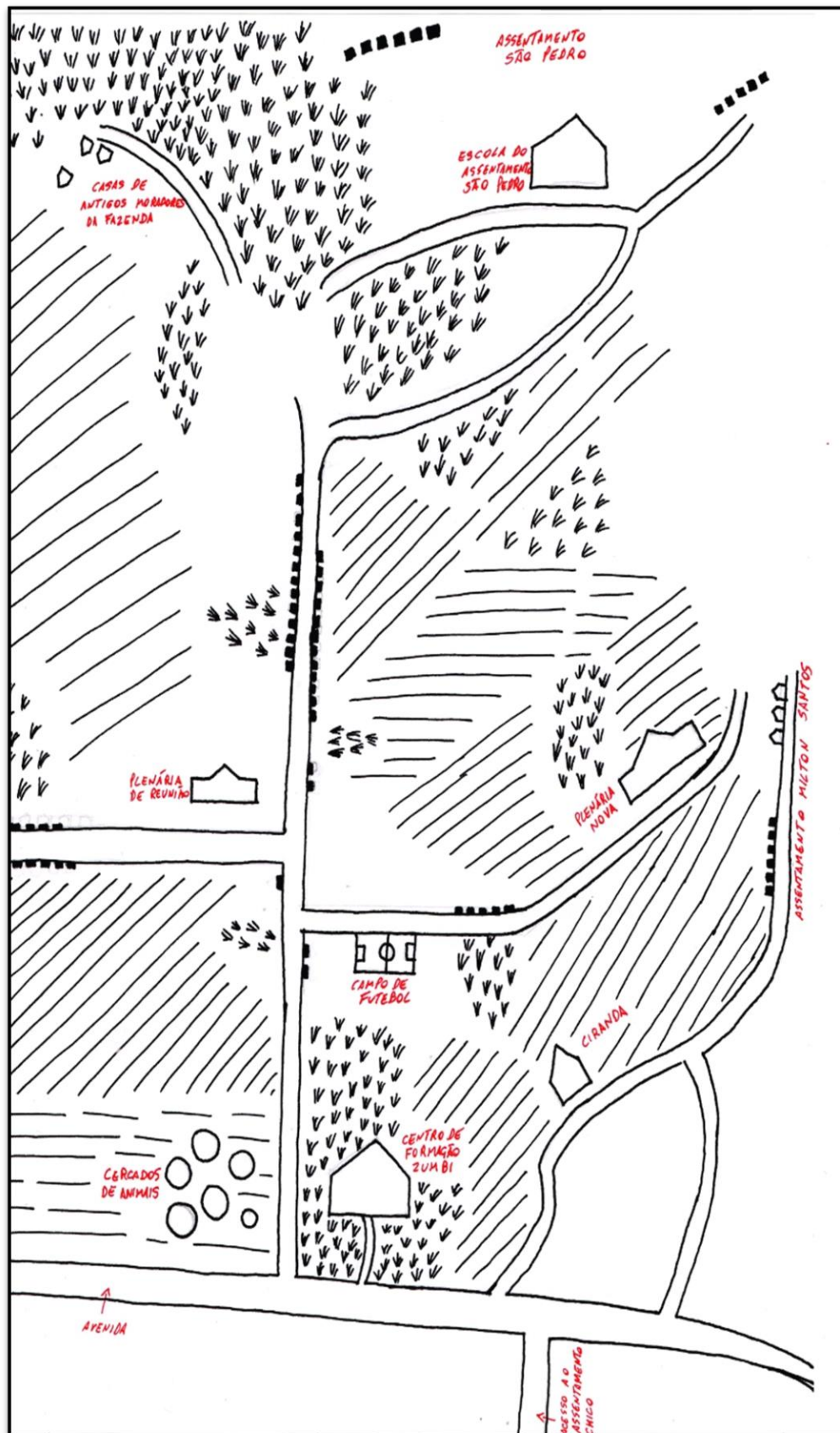
Agora eu vou dizer uma coisa pra você... **A pior coisa é você dormir numa lona, se dorme numa lona você não tem segurança de nada**, de taipa assim, de barro é bem diferente, agora lona... eu acho que não fiquei nem três meses na lona, muitas vezes essa aqui [esposa] nem dormia à noite, eu cheguei numa semana e na outra já estavam tudinho aqui também. **O cara dorme numa lona e até o balançar da lona você tem medo... o cara pode chegar com um espeto e enfiar na barriga de outro né, a pessoa não sabe o que vai acontecer né**. Essa minha é de taipa mas o caba não chega com um espeto e pá, né verdade... uma lona não tem segurança não. E hoje, ainda tem gente ainda mais velho que eu, que ainda está no barraco de lona. Aí a gente tinha medo né, eu acordava de noite assim às vezes assustada né. **Porque é como ele diz, a gente botava a cama dos meninos mais ou menos na frente, aí a gente tinha medo né, de alguém com uma faca, com um espeto, alguma coisa né... eu não dormia à noite**. Aí depois quando ele tampou os lados do barro, sem poder né, difícil pra madeira, então arruma vara, pau que não é suficiente pra fazer isso, adequado né. (Entrevista concedida por **Seu Carlos e Dona Euvina**, Acampamento São José, 2019. Grifos nossos).

Seu Carlos e Dona Euvina contaram com alegria não ter mais que passar a noite, junto com os filhos, debaixo da lona. Pudemos perceber essa mesma satisfação na fala de Márcio a respeito da construção de seu barraco de alvenaria. Ele disse que pensou em mudar os materiais para barro e madeira, mas que quando foi procurar o orçamento em Atalaia, se surpreendeu ao saber que iria pagar um preço menor se optasse por tijolos e cimento. Desse modo, disse não ter “perdido tempo” e junto a outros acampados construiu em um único dia sua mais nova estadia no local. Por Márcio ser solteiro, e não viver permanentemente no acampamento, seu barraco é pequeno e com poucos objetos. No único cômodo do lugar, é possível encontrar uma rede no chão (funcionando como um colchão), mochilas com roupas e uma garrafa de água. Como a maioria das outras moradias nos acampamentos, sua casa não possui banheiro dentro. Este fica do lado de fora, um pouco afastado. Os banheiros geralmente são pedaços de lona erguidos com madeira e sem teto. Às vezes com um vaso sanitário, e outras com um simples buraco no chão.

As características da moradia de Márcio não são as mais comuns no acampamento São José. Falo a respeito do tamanho e das condições físicas por dentro dela. Passeando pelo acampamento em sua companhia, observei a multiplicidade de casas grandes. A maioria, feita de barro e madeira, não existindo mais a predominância de barracos de lona. As casas grandes se explicam porque geralmente são famílias numerosas acampadas. Dentro das casas é

possível ver objetos e repartimentos dos cômodos como em qualquer outra encontrada nas periferias e, principalmente nas grotas em Maceió. A casa de dona Odete, (*sem terra* que foi protagonista de uma das trajetórias do capítulo anterior), por exemplo, foi construída com barro e madeira; têm dois quartos, uma sala, cozinha, banheiro do lado de fora e uma varanda ao lado da casa, onde geralmente passa seu tempo “livre” debulhando feijão. O povoado pequeno de casas como essa é o cenário avistado ao se chegar ao acampamento. Existe uma rua principal, onde a maior parte das casas está posicionada e pequenos arruados com algumas casas. Assim, é possível ver casas de um e do outro lado da “rua” principal e algumas poucas casas em arruados próximos ao campo de futebol e da plenária. A seguir, veremos o croqui e uma foto do acampamento, onde é possível ter uma visão da organização física feita pelos camponeses no local.

# Croqui 01: Acampamento São José



Elaboração: Weldja, Adson e Márcio.

## Legendas:

—	PASTO
/	VEGETAÇÃO LOCAL
∨	ROÇA
■	BARRACO
□	APARELHOS E EQUIPAMENTOS
⬆	PLENÁRIA
○	CERCADO DE ANIMAIS
🏠	CASA DOS ANTIGOS MORADORES DA FAZENDA

### Foto 05: Acampamento São José



Foto: Márcio, Acampamento São José, 2019.

Outro ponto sobre a organização física do acampamento vale ser destacado: a transformação de suas disposição e dinâmica espacial devido as ocorrências de despejos, as famílias acampadas, em cada situação dessa, têm sua casa e produção destruída. Geralmente por agentes do Estado, como a polícia, que chegam com a ordem de despejo, dão um tempo para a retirada de pertences pessoais e em seguida passam tratores que levam ao chão as plantações e a moradia dos *sem terra*. Sendo assim, na medida em que resistem e decidem retornar para ocupar a mesma terra, um novo acampamento é levantado. Podendo ocorrer de famílias irem morar em outro espaço que não o seu de outrora.

Essas dinâmicas de despejos estabelecidas nos acampamentos são peças importantes na investigação dos motivos de não ocorrer a continuação do deslocamento campo-cidade. No



trabalho de campo pudemos verificar que nos processos de despejos o que vem a acontecer é uma nova ocupação, que pode ser no mesmo local (caso o movimento avalie que se deve continuar resistindo) ou em outra terra improdutiva. Como será possível conferir nos trechos de entrevistas a seguir, nossos interlocutores não pensam em um retorno para cidade, pois a única maneira que encontram para se manterem no campo, é permanecer resistindo nos acampamentos junto a crença na luta pela terra.

Morar na rua é mesmo que a pessoa entrar numa forca. Porque a gente que não tem leitura, emprego é mais difícil. Se você quiser uma macaxeira, batata tem que comprar. Aqui nós temos uma variedade de coisas. Aqui a gente dorme com a porta aberta e tudo. Na cidade não pode fazer, não tem condições. Se for morar na cidade vai pagar um aluguel, água, luz, boião... vai sobreviver de quê? Vai roubar? A única solução é essa da gente aqui no sem terra. A terra é minha mãe. É aí que eu tiro tudo meu sustento, é aí que eu tiro todo o meu suor. A terra é vida, sem a terra nós não sobrevive. (Entrevista concedida por Zé Baixinho, acampamento Filhos da Terra, 2017).

Assim, porque a minha paixão é aqui, se aqui não der certo, não vou pra nenhum lugar mais, já tô aqui faz doze anos, e doze anos não é doze dias né? Eu já envelheci, que eu cheguei aqui bem mais nova né, envelheci... aqui já teve uns nove despejo e a gente lutamo e a gente crê que não vai ter. E aí o sonho da gente é ganhar isso aqui pra plantar, eu tenho, eu crio porco, eu crio galinha, eu crio cabra, eu crio ovelha e tudo tem um pouquinho. E meu sonho é ter isso aqui, se aqui não sair eu não vou pra outro lugar não, aqui já é doze anos, doze anos não é doze dias não. (Entrevista concedida por Neide, acampamento Fazenda Sede, 2016).

Dediquei a minha vida ao movimento. Me casei aqui. [...] Só quem fica na terra é quem se adapta a ela. Tenho 62 anos. Só em um dia eu fui despejado 3 vezes numa fazenda aí. Em um todo, até hoje recebi 14 despejo, já ocupei muitas fazendas, já fui de frente, então eu sou assim. [...] Já encontrei já ameaça. Eu num saio da luta pra cidade não, é o único caminho pra gente, menina. (Entrevista concedida por Seu Neco, acampamento Filhos da Terra, 2017).

Essas pessoas permanecem na luta pela terra e não enxergam a possibilidade de um novo deslocamento para a cidade porque relacionam a vida nesse último espaço como algo ruim e indesejado. Morar e viver do campo são para eles as engrenagens que os mobilizam a uma não evasão do campo. As experiências nos acampamentos, ainda que não ofereçam a certeza da materialização da posse da terra, possibilitam o seu uso. E para os nossos interlocutores, que sonhavam com a volta para o meio rural, o caminho da luta pela terra lhes é apresentado como única alternativa. A volta para o campo, não é um simples deslocamento, porque tem desdobramentos políticos e morais.

A escolha por uma não evasão, além de ser resultado das experiências conflituosas na cidade, e do senso de pertencimento ao campo, são frutos da incorporação, de uma *economia*

*moral*, como apontou James C. Scott (2002). Ao estudar camponeses asiáticos, o autor elaborou uma *economia da moral* que leva em consideração uma ética de subsistência que vai ao encontro com o pertencimento e senso de justiça, que atravessa as relações vivenciadas nas comunidades camponesas. A expressão de uma economia moral permite que os camponeses criem estratégias que são testadas no cotidiano das relações em que estão inseridos. Dessa forma, na interpretação das narrativas acima, pode-se se aferir que as decisões por permanências nos acampamentos, apesar dos conflitos enfrentados neles, são ações que representam aspectos estratégicos de resistência às desigualdades, manejando essa economia moral na tentativa de defender seus interesses.

### **3.1.2 O acampamento Eldorado dos Carajás**

Com o som do despertador às 05h30 da manhã, na primeira quinta-feira de outubro de 2019, levanto e me organizo para a viagem até o acampamento Eldorado dos Carajás, em Junqueiro (município do agreste alagoano). Maior parte do caminho até o destino não foi estranho, por ter nascido e me criado na cidade de Teotônio Vilela, município anterior a Junqueiro – pensando o percurso vindo de Maceió pela BR-101. O acampamento Eldorado dos Carajás fica localizado na zona rural de Junqueiro, nas proximidades do bairro Retiro e às margens de uma área de preservação ambiental, a Lagoa do Retiro. Ao chegar ao acampamento é possível avistar de um lado uma lagoa grande, envolta de árvores altas, placas de sinalização com dizeres sobre a preservação ambiental da localidade e de outros hectares de plantação vindos do trabalho de cultivo dos acampados. Apesar disto ser predominantemente a vista que se tem chegando ao acampamento, ainda é possível observar a forte presença do monopólio da cana de açúcar na região, tendo em vista que as terras que ficam no entorno do local serem destinadas à plantação da cana e pertencentes as usinas Seresta e Guaxuma.

Cheguei ao acampamento de moto e percorri seu principal corredor de casas à procura de Fernando<sup>117</sup>. Enquanto esperava sua chegada, conversei um pouco com a camponesa que me recepcionou, Dona Vilma. Apesar de estar ocupada, lavando alguns pratos na pia de barro que fica no seu quintal próximo à varanda, contou um pouco da sua última experiência na

---

<sup>117</sup> Utilizarei nome fictício.

Feira da Reforma agrária em Maceió, realizada em setembro de 2019. Percebi que ela passou a se sentir mais à vontade com a minha presença quando falei que também trabalhei os quatro dias na feira, na tenda do *Congresso do Povo*<sup>118</sup>. Sua expressão mudou, como se naquele momento ela percebesse que eu não era, assim, uma visita totalmente estranha. Lamentamos não termos nos encontrado na feira, mas chegamos à conclusão de que o evento nem sempre proporciona encontros de prosa, tendo em vista que os dias são corridos e que cada feirante tem sua maior preocupação na comercialização de sua produção.

Ela contou que foi com seu marido Carlos, e levaram como mercadoria para vendas, a batata doce, que é parte de seu cultivo na produção do acampamento. Falou que passou os dias na feira, em sua maior parte deitada na barraca por conta de fortes dores nas pernas. Aproveitando a percepção de uma maior abertura, pergunto um pouco sobre sua vida, e ela diz que não é de Alagoas e sim de São Paulo, - o que faz com que eu entenda seu sotaque diferente – conta que nasceu e criou-se na roça junto à família, e que só saiu do campo por motivos financeiros. Curiosa com sua trajetória, perguntei se poderia me conceder uma entrevista naquele mesmo dia, ela sorriu meio envergonha e disse que sim.

Fernando chega de moto, estaciona no terreiro ao lado da varanda e me cumprimenta. Ao chegar ao acampamento, Fernando perguntou-me como eu gostaria de fazer meu trabalho. Expliquei mais ou menos o que tinha pensado para aquele dia: conversas, observação dos espaços, possíveis entrevistas com camponeses que tivessem passado pelo deslocamento campo-cidade-campo, e da intenção de entrevistá-lo. Perguntou se as entrevistas poderiam começar por ele, e assim aconteceu. Após o término do nosso diálogo, Fernando me convidou para fazermos uma caminhada no acampamento. Ele queria mostrar a nova plenária que estava sendo construída. A cerca de 10 metros de distância da casa de Dona Vilma, enquanto caminhávamos, avistei a plenária. Ao chegarmos nesse espaço, contou que ela é fruto de um esforço coletivo, mas deixou claro que “Se não fosse por alguns que tocassem à frente o objetivo, a plenária ainda não estaria de pé.” Ao contrário da plenária que vi sendo erguida no acampamento Eldorado dos Carajás (com madeiras e telhas desgastadas), neste observo que a obra vem sendo feita com tijolos, cimento, portas e telhas novas. Construída com materiais de alvenaria e com espaçamento grande, a plenária chama atenção por estar em um local onde as

---

<sup>118</sup> É uma nova forma de *trabalho de base*, encabeçada pelo MST. Só que o trabalho é desenvolvido em áreas urbanas. Em Alagoas, o trabalho é feito na cidade de Maceió, no bairro da Levada, periferia da cidade. A ideia principal é avançar na organização concreta com a *massa* na cidade.

moradias, majoritariamente ainda são de lona ou de barro batido na madeira. Dessa forma, o espaço de reuniões se sobressai pelo seu tamanho, disposição e construção no local.

**Foto 06: Plenária Fidel Castro no acampamento Eldorado dos Carajás**



Foto: Weldja Marques, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019.

Chegando próximo à plenária, avisto um objeto que nunca tinha notado em nenhum outro acampamento. Sustentado por madeiras, tinha um círculo de metal, chegando a medir um metro de largura e comprimento. Pergunto ao Fernando o que é aquele objeto, ao que me respondeu sorrindo dizendo ser uma “cachorra”. Ainda sem entender, peço que me explique, e ele disse que quando está perto de começar uma reunião, alguém, geralmente ele, vai até a “cachorra”, na intenção de chamar atenção dos atrasados para o encontro. Com uma espécie de baqueta improvisada, batem na “cachorra”, como em um gongo, para se fazer um barulho que de todo o acampamento possa ser escutado. É então que entendo a nomeação do objeto barulhento: “Quando se bate em um cachorro, normalmente ele grita, e de dor, podendo ser escutado a uma longa distância”.

Depois que entendi do que se tratava o objeto, volto meu olhar para a entrada da plenária, e sigo com Fernando para o local. Como é possível ver na foto a seguir, logo na entrada, avistei alguns pôsteres centralizados e pendurados na estrutura de madeira que sustenta o teto da plenária. Na parte da frente da plenária, nomeada de Fidel Castro, um pôster do político cubano fazendo um gesto de saudação nos recepcionou. No lugar avistei

cadeiras parecidas com aquelas utilizadas por alunos das escolas públicas no estado, um quadro, e alguns cartazes de feiras da reforma agrária ocorridas em Maceió. Fernando, então, sinalizou para irmos ao encontro dos dois quartos ao fundo da plenária, cuja entrada era adornada por um banner de um Curso da Juventude Sem terra. Segundo ele, um dos quartos será o banheiro e o outro, um espaço de secretaria para organização de materiais do movimento.

A plenária é o espaço onde todos os acampados se reúnem para a discussão dos mais diversos assuntos. A participação nesses espaços, para nossos interlocutores significa o conhecimento das diretrizes na luta por terra, dos posicionamentos políticos dessa categoria política acerca de assuntos conjunturais em nível nacional, da importância do combate aos agrotóxicos etc. Dito de outra maneira, é a materialização da identidade *sem terra* viabilizando a *re-volta* para o campo. (Trataremos melhor dessa questão no tópico seguinte).

#### **Foto 07: Espaço interno da plenária Fidel Castro**



Foto: Weldja Marques, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019.

As construções de espaços coletivos nos acampamentos também dizem respeito aos níveis de organização coletiva dos *sem terra*. A elaboração, planejamento e finalização desses espaços são reflexo do entrosamento às dinâmicas organizativas. Como veremos no trecho de

uma entrevista a seguir, ter discernimento da importância de um espaço coletivo demonstra que os acampados sentem a necessidade de trabalho, estudo e diversão em grupo:

**Wendell:**

Dona Silvana, como é que vocês organizam aqui o espaço de convivência de vocês, a vida coletiva, como é que vocês organizam isso? Eu lembro que a primeira vez que a gente veio aqui, vocês estavam, já tinham feito, estava faltando a casa de farinha, agora, voltei e já tinha o lugar de fazer a farinha, já tem um lugar de lazer, então vai se construindo uma vida.

**Dona Silvana:**

A gente organiza bem, né, assim na união, todos juntos, todos unidos, na combinação que a gente tem que ter, né, no critério da gente tem que ter uma combinação, e a gente combinar com todos, pra gente se reunir, pra juntar, pra ter palestra, pra ter conversas, porque se não tiver, onde não tem união não tem acordo (Entrevista concedida por Dona Silvana, acampamento Fazenda Sede, 2016).

Dando seguimento ao passeio pelo acampamento, Fernando me encaminha aos fundos da plenária para ver parte da produção do local. Ao lado de um campo de futebol, percebi a existência de lotes separados. Uns ainda sendo preparados para o plantio, outros com a plantação prestes a ser colhida. Fernando mais cedo, tinha comentado que a mandioca era o que predominava na produção do acampamento, e qualquer um que andasse pelo espaço veria o mesmo. Os pés de macaxeira, que muito me lembraram os pés que meu pai cultivava nas casas em que moramos (as que fossemos agraciados com um quintal) eram vistos com facilidade nas roças do acampamento. Ainda falando da produção no espaço, meu interlocutor também comentou sobre a insegurança dos *sem terra* em cultivar frutas quando estão na situação de acampados. Cultivar pés frutíferos significa que o indivíduo pode não chegar a colher o que, literalmente plantou. Cultivos que necessitam de três ou mais de cinco anos para dar frutos, podem não ser uma escolha inteligente para um acampado, devido às experiências que muitos *sem terra* já acumulam, em passar mais de dez anos em situação de acampamento, na esperança pela certeza da posse da terra. Seu Carlos tinha nos contado que somente plantou acerola e nos confessou a alegria de já ter feito suco do pé da fruteira que fica no fundo do seu barraco:

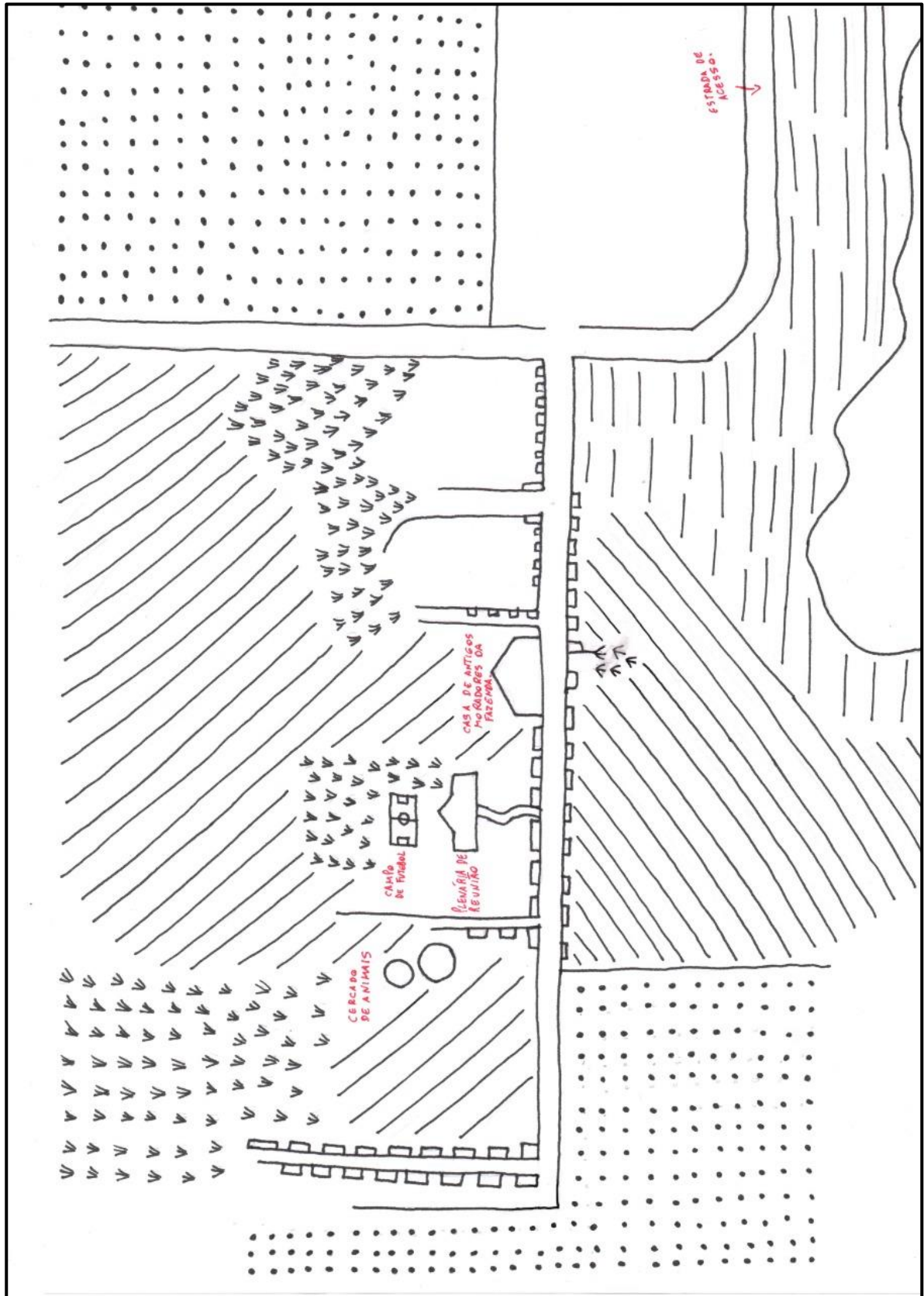
A dificuldade da área do acampamento é que a pessoa vive naquela incerteza, mesmo a gente tendo uma certeza que tem uma negociação muito boa aqui, essa área aqui tem grande chance de ser pra reforma agrária, mas quando sair um lote ninguém sabe onde vai ser o lote que vai pegar. Ninguém sabe se aqui vai ficar como área de preservação ambiental por conta da lagoa bem aí, então o cara fica com receio de fazer plantio de área frutíferas né, arbóreas e depois ir pra outro lugar. Posso ter que ir acampar, fazer ocupação em outro lugar, mas pelo menos da minha acerola eu já provei. (Entrevista concedida por seu Carlos, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

A incerteza da posse da terra do local ocupado não é empecilho para o cultivo de frutas para seu próprio consumo. Essas ações são motivadas por possibilidades, “*é alegria de um dia gente ganhar, né, e um ajudando o outro, assim, um dá uma força ao outro, às vezes a gente triste, aí vamos em frente, um dia a gente consegue*”, e quando for preciso, alimentadas novamente por determinados ganhos, como por exemplo, o consumo da acerola da árvore que cultivou.

Vale ainda analisar as relações causadas devido a existência de uma área de preservação (lago), que fica às margens do acampamento. A área de preservação ambiental com suas árvores e as águas deixam, segundo Dona Vilma, o espaço mais bonito. Ela ainda confessa, que mesmo sendo uma área restrita, não sendo permitido, por exemplo, o banho no lago, alguns *sem terra* se arriscam vez ou outra com mergulhos. Mesmo a coordenação orientando o contrário há aqueles que não escutam. O que não é proibido, inclusive é feito com frequência, é assar uma carne às margens do lago. Seu Carlos inclusive se despede da minha visita com um convite para que retorne ao acampamento no dia em que tiver churrasco feito por ele na “beira do rio”.

Ainda no Eldorado, pude observar uma casa grande que se diferencia das demais moradias. Trata-se de uma construção antiga, feita com material de alvenaria, tendo varandas ao redor, acabamento detalhado, um grande espaço arborizado ao redor e cercas que a separavam do acampamento. Era um espaço maior do que a plenária. Antes da existência do acampamento, servia como um dos locais para o sistema de moradia da *Usina Seresta*. Nela passaram trabalhadores da usina que utilizavam a casa como moradia. Depois da ocupação do MST, ainda vivia na casa um ex-funcionário da empresa, que demitido, não conseguiu sair para pagar aluguel. Decidindo assim, resistir permanecendo na casa. Com a ocupação, o morador se junta ao movimento e faz parte do acampamento. Sendo ele já residente da área sob uma condição de luta individual passa a vivenciá-la coletivamente. No croqui a seguir, será possível a visualização da localização dessa casa no acampamento, assim como também da forma como está organizado fisicamente o espaço.

## Croqui 02: Acampamento Eldorado dos Carajás



Elaboração: Adson e Weldja.



## Legendas:

- PLANTAÇÃO DE CANA DA USINA
- ÁREA DA RESERVA AMBIENTAL
- / VEGETAÇÃO LOCAL
- ✓ ROÇA
- BARRACO
- 🏠 CASA DOS ANTIGOS MORADORES DA FAZENDA
- 🏠 PLENÁRIA
- CERCA DO DE ANIMAIS

### 3.1.3. As reuniões

Como sinalizamos no início desse capítulo, encaramos as reuniões como um ponto importante na construção da *re-volta* para o campo. A partir da pesquisa nos acampamentos, percebemos que esses encontros são elaborados e desenvolvidos pelos movimentos sociais, com o intuito maior de desenvolver a *identidade sem terra* nos recém-ingressados na luta pela terra. Trazer os espaços das reuniões para análise tem como objetivo demonstrar que além de serem encontros onde se avalia, discute e se tomam decisões, podem ser observados também como importante aspecto na *organização* dos indivíduos. Na medida em que criam um espaço de sociabilidade que favorece a identificação e reprodução de um universo político que é a de ser um *sem terra*. Isso pode ser inferido no trecho da entrevista a seguir, que foi extraída de conversa com Dona Antônia. Ela relaciona o seu conhecimento político com os investimentos da LCP – Liga dos Camponeses Pobres na formação dos camponeses:

Então assim, eu te digo assim: que eu fui adotada por uma família [LCP]. Cada dia que eu me levanto me dá mais garra pra eu continuar aqui e te digo que se eu desistir disso aqui hoje, do lajeiro, da Liga dos Camponeses... eu desisti do meu sonho, da minha vida. Essa família que eu tenho aqui é grande... Eu não seria ninguém hoje sem eles. **Cada dia que passa eu aprendo muito com eles, cada dia que passa. As reunião de toda semana que né, eu vou tudinho, lá a gente aprende de tudo um pouco. O que eu sou hoje, o que eu tenho aprendi com eles.** Inclusive assim de lutar pelo o que tenho, com a pressão aí do usineiro, qualquer hora aí, de ano e ano a gente se surpreende com aquela opressão em cima de nós, ordem de despejo e tudo e a gente vai em frente. Então hoje eu te digo assim: que eu tenho saúde, paz, vivo num paraíso, apesar de muitas coisas que falta assim... Eu tenho sossego, tenho minha macaxeira de onde tirar, então isso pra mim, menina... é meu paraíso, meu pedaço de mundo. E tudo veio do sem terra, hoje eu sou sem terra. Se eu perder isso aqui eu perdi tudo na minha vida, eu não posso dizer pra você que vivendo fora disso eu vou ter vida, não tem. Porque eu aprendi muito aqui com os companheiros, aquela garra de luta de lutar, de saber o que quer e também de saber valorizar aquilo que a gente

conseguiu pouco. Pra nós é muito porque a gente tem tudo aqui. Então o lajeiro pra mim é o pedaço do paraíso, sem contar então, dos amigos que passam a força pra nós, a energia... Aqui eu me sinto uma pessoa realizada. O companheiro Del passa uma corrente pra nós que a escravidão não acabou, porque aqueles que trabalham pra o latifúndio são escravos deles. Então queria ter 30 anos a menos, tenho mais de 60, 64 e nove meses, pra tomar as terras desse latifúndio, porque são uns miseráveis, vivem pressionando nós com ordem de despejo. Daí a reunião é boa porque nós aprende essas coisas né, é muito bom. (Entrevista com Dona Antônia, Acampamento Lajeiro, 2017).

As reuniões referem-se a espaços – em sua maioria, já predefinidos – onde se agrupam pessoas com a finalidade de se ter discussões participativas e reflexivas sobre o *coletivo*, conjuntura política, tomada de decisões e, sobretudo, é um espaço que contribui para a formação política dos sujeitos. Esse é o processo pelo qual os indivíduos se alinham às diretrizes políticas do movimento. Existem as reuniões do coletivo, que são os encontros semanais que acontecem nos acampamentos e assentamentos. Tem aquelas que ocorrem com urgência devido algum acontecimento não previsto para aquele período, como por exemplo, uma tentativa de despejo. E outras, sem tanta frequência quanto às anteriores, que são as que podem ultrapassar uma semana de duração. Geralmente se dividem em pautas de formação política, organização da coordenação estadual e das brigadas<sup>119</sup> e resolução de conflitos.

Entendemos que seja importante trazer aspectos organizacionais desses espaços de reuniões, na medida em que favorecem a visualização de uma das dinâmicas pelas quais os indivíduos são inseridos, a partir da qual passam a ritualizar e comungar a experiência *sem terra*. Por exemplo, o momento inicial da reunião, é marcado por uma abertura. O movimento nomeia esse instante como “mística”. É uma maneira de trazer para os presentes, sensações e sentimentos que alimentem a “utopia” e façam refletir sobre as lutas que são travadas cotidianamente pelos que ali estão, ou por aqueles que hoje estão na memória do movimento como *lutadores do povo brasileiro*. Com encenações vindas daqueles que ficaram responsáveis por criarem e executarem a mística pode-se homenagear essas pessoas, cantar o hino da organização ou as outras dezenas de canções presentes no cancionário<sup>120</sup> do movimento. Geralmente existe uma mística no início e outra no final de cada evento. Para Leonildes Medeiros (2009), as reuniões são eventos que operam numa lógica com múltiplos

---

<sup>119</sup> As brigadas são formas de organização de sem terras em determinada região (podendo abarcar acampamentos e assentamentos) para a atuação nas diversas frentes de atuação do MST, como por exemplo: formação, saúde, cultura, financeiro etc. Nas reuniões de longa duração, elas são responsáveis pela organização do espaço: brigada “x” fica com a limpeza dos banheiros, brigada “y” fica com a lavagem das louças etc. No MST Alagoas são dez, todas com nomes do que eles chamam de “lutadores e lutadoras do povo brasileiro”: Marighella, Margarida Alves, Patativa do Assaré, Fidel Castro, Milton Santos, José Ferreira, Dorinha, José Elenilson e Rosa Luxemburgo.

<sup>120</sup> Livro onde são disponibilizadas canções para fazer parte dos momentos de míticas. O movimento coleciona vários, o que consegui acesso tem por título “Canta MST!”, e contém 63 músicas.

sentidos: mobilizar, demonstrar força, celebrar e construir um “nós”. Analisando as místicas produzidas pelo MST em reuniões a autora compreende que são:

A reiteração e difusão dos valores caros ao MST. A adesão aos seus princípios é permeada por uma outra prática que é uma das marcas do modo de fazer política do MST: o envolvimento das emoções, dos desejos, das utopias: a mística. Com clara influência dos rituais da Igreja Católica, a mística mobiliza as emoções, o pertencimento a um grupo e é o próprio cerne da constituição do “nós”. A mística envolve desde a valorização de símbolos (bandeira, boné, palavras de ordem, a lona preta) que ajudam a produzir e a afirmar a identidade, como o culto de datas e personagens. Faz parte dela também a dramatização de situações, de forma a ressaltar aspectos da vida que se quer negar ou afirmar, caricaturar opositores e difundir utopias. Nos momentos de mística, tudo que se refere ao cotidiano é transformado em símbolos (MEDEIROS, 2009, p. 11).

Nessa perspectiva, a mística assume um papel importante na constituição e ritualização do que chamamos de *identidade sem terra*. Foi comum ouvir “não podemos perder a mística”, “tal coisa deve ser feita para se resgatar a mística”, posicionando-a como central na crença das lutas empreendidas. Nestas reuniões, foi possível presenciar uma série de místicas. Desde as mais elaboradas: onde os *sem terra* usaram figurinos, coreografias e objetos, até as que eram improvisadas: com apenas o uso do cancionário ou algum depoimento de um camponês sobre determinada situação que o tenha marcado. Em uma dessas reuniões observei a mística sobre o massacre de Eldorado dos Carajás (1996). Na encenação apareciam 19 pessoas (o número dos mortos) ensanguentadas correndo de jagunços. Eram proferidos gritos com palavras de ordem como “da luta não me retiro, na luta permaneço”. No final foi cantado o nome de cada uma das vítimas. A cada nome dito, os camponeses gritavam “presente!” por três vezes. Como uma forma de deixar claro que os sujeitos mortos na luta estavam ali presentes de alguma maneira. Encerrando a mística, uma pessoa fez um breve discurso. Entre os pontos mais importantes, a mensagem dizia que a luta travada pelos camponeses assassinados no massacre não devia ser esquecida, pelo contrário, que deveria ser semente de fortalecimento para as lutas coletivas.

Dessa maneira, a ritualização que existe através da mística favorece a construção da *identidade sem terra*, na medida em que vai sinalizando os princípios da organização e enraizando a crença na luta pela terra. Para além disso, nos ajudam a pontuar aspectos que mobilizam a *re-volta* para o campo. Pois, de um lado é construído o sentimento de pertencimento à categoria política *sem terra*, na mesma via são formadas características que apontam para a *re-volta*. Uma vez que mobilizam os sujeitos em lutas coletivas, viabilizadas pelo retorno ao meio rural mediado por movimentos sociais.

Voltando às dinâmicas dos encontros, cabe agora caracterizar as *reuniões do coletivo*, aquelas vivenciadas por nossos interlocutores semanalmente. Possuem aspecto não só de organização do acampamento, mas também de formação política. Esse é um evento de maior socialização com os membros do movimento. Muitos acabam se conhecendo por intermédio do encontro, e relatam a satisfação em estar conhecendo pessoas e fazendo novas amizades. Depoimentos como de Euvina, exemplificam o que observamos. Para ela as reuniões do coletivo representam a:

libertação... assim, não sei nem com te dizer, a liberdade. Porque antes de vir pra cá eu estava vivendo assim, um momento muito difícil pra mim, que se fosse possível acho que era o momento de eu ficar presa, de não querer sair, de não querer nenhum contato com nada. Porque você ver, quando você está fora, não tem esse contato de reunião, de pessoas, porque no movimento você conhece muitas pessoas diferentes, é uma coisa muito boa porque você consegue fazer muita amizade. A gente organiza as coisas, divide as tarefas, né. Eu mesmo me sinto unida. Apesar da luta né, mas o que é que a gente consegue sem luta né? (Entrevista concedida por **Euvina**, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Os assuntos dessas reuniões variam entre: organização do acampamento, aspectos da conjuntura política nacional, a importância da Agroecologia nos espaços de luta pela terra, a necessidade de uma maior apropriação dos símbolos do movimento, os desafios da mobilização e massificação da organização, questão agrária brasileira etc. Os assuntos a serem abordados dependem da intenção da reunião. Há também uma expectativa generalizada por parte dos camponeses que o movimento promova reuniões mais longas (encontros estaduais, municipais, seminários etc.) com considerável frequência (ainda que em alguns casos possam surgir críticas com os excessos de reuniões). A não realização ou a diminuição da frequência são muitas vezes vistas pelos *sem terra* “da base” como sintomas de problemas quanto à organicidade do movimento. E questões como essas chegam a ser tratadas nos espaços de avaliação. Quando falam, por exemplo, que a reunião em questão demorou muito a acontecer, e que se espera que seja cumprida uma rotina delas. A expectativa é justificada por eles, a partir das possibilidades de partilha nesses encontros. Euvina, por exemplo, falou-nos da importância que tem para ela o Encontro Estadual e Nacional das Mulheres Sem Terras.

Eu acho importante né, porque nós mulheres ficar mais por dentro das coisas né. Agora que a gente tem os encontros das mulheres né, teve encontro de brigada que foi aqui no acampamento mesmo, através desse encontro já veio palestra desses encontros aqui, a gente já foi convidada pra participar de palestras só mulheres em Junqueiro. Aí estão terminando a brigada pra ter o encontro estadual, e através do encontro estadual ter o rumo a Brasília né, que é o encontro nacional, que se Deus quiser, se eu tiver bem de saúde eu vou. Aí eu acho muito legal né, porque todas as vezes que a gente vai no encontro né, tem aquela roda de mulher. No encontro do final do ano né, tem a reunião dos homens e tem a reunião só das mulheres, e a cada reunião que a gente vai, que

tem sempre reunião a cada dois meses, da coordenação estadual, aí tem uma roda só de mulher, aí as mulheres se abrem mesmo, falam tudo (Entrevista concedida por **Euvina**, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Esse é um dos exemplos que reforçam o argumento de que nessa ressignificação, ser camponês não significa somente trabalhar no campo. Os sinais diacríticos da identidade *sem terra* perpassam caminhos que extrapolam o próprio trabalho na terra, como essa necessidade de sociabilidade, de intercâmbio com os outros companheiros. Para nossos interlocutores é de suma importância a participação em todas as reuniões do coletivo, e encontros que tenham caráter de formação. São nesses espaços que eles vão conhecer como é a vida dos *sem terra e ressignificar essa categoria* (isso veremos com detalhes no próximo tópico): o que deve ser feito, o que deve ser estudado, como agir em determinadas situações etc. Em conversa com Jorge, ele comenta sobre as diferenciações existentes em um indivíduo *sem terra* em comparação com outras pessoas. E aponta o comportamento que os *sem terra* devem ter para além dos espaços de luta pela terra:

Porque olhe, na verdade, na realidade a gente é bem diferente de muita gente que anda na rua. Muita gente anda na rua só pra bagunçar, **eu não sei o MST lá fora, mas a turma da gente é bem diferente**. A turma da gente aqui, a gente tem a obrigação de quando sair, não meter a mão em carro, não pegar nada de ninguém, **é esse o movimento da gente aqui, agora o MST lá pra fora que é muito grande como você sabe, ninguém sabe o que eles apronta né**. (Entrevista concedida por **Jorge**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019 – grifos nossos).

A partir do trecho acima é possível alegar que as diretrizes organizacionais do movimento –com relação aos comportamentos nas relações fora dos espaços de acampamentos – foram adotadas por Jorge. “Ao sair na rua e não bagunçar” e “não mexer no que é dos outros” fazem parte da postura a serem adotadas pelos *sem terra*. O estabelecimento de tal postura e sua divulgação em público, como nessa entrevista, de certa forma, é uma maneira de combate aos preconceitos que os relacionam a baderneiros.

Com a volta para *terra* e a vivência nos acampamentos, os indivíduos vão saber que ser *sem terra* não se resume a ir ocupar uma terra. Esses indivíduos retornam ao campo como integrantes de um movimento social, mesmo muitas vezes não sabendo ao certo o que isso significa, querendo somente ter um pedaço de terra para morar e trabalhar nela. Esses fazem o caminho da volta carregando bagagens com reflexões sobre os conflitos desde sua primeira saída do campo, até sua passagem pela cidade, ou seja, as situações de *subalternização* vivenciadas. São elas, junto a uma memória afetiva do campo, que são cruciais na tomada de decisão de imersão em uma ocupação de terra. Tal análise é fruto de interpretações das

trajetórias dos interlocutores dessa pesquisa. No trecho da entrevista a seguir, é possível conferir parte constituinte das afirmações anteriores.

Eu e mais minha família saímos da usina expulso, né. O gerente não quis mais nós de morador. E isso fez a gente parar em Maceió. Aí foi tempo que me casei, e parei no Santos Dumont. Olhe minha menina, eu vou te dizer... eu morei na cidade e tive vários problemas de saúde. Era barulho de tiro, zuada, medo de acordar, medo de dormir, você nunca vai saber quando o bandido pula no muro do seu quintal. A polícia vinha com aquela luz<sup>121</sup>... Procurando né... Isso sem contar com o barulho de som de quinta a domingo até 04h da manhã. Eu estava uma pessoa completamente acabada. E eu minha fia, nunca esqueci do campo, minha vontade em toda minha vida era voltar, e foi a oportunidade que chegou né. Era minha falta. Porque... Deixa eu te dizer, terra é uma mãe. Você bota as sementes nelas e elas que retornam né. Ela significa a minha vida, sem ela eu não seria nada. [...] Eu sou filha de camponeses, comecei a trabalhar na usina muito cedo, com 7 anos de idade, semeando adubo, cortando cana e tal, [...] mas a gente nunca teve nada né. Quando veio esse convite de vim pra o Lajeiro eu num pensei nem muito porque era a minha oportunidade de viver no campo, né, deixar essas coisa de ruim que passou, né, por isso que num saio daqui [risos]. (Entrevista concedida por Dona Terezinha, Acampamento Lajeiro, 2017).

Bernard Lahire (2002) traz pistas que nos auxiliam a construir uma compreensão desse movimento de retorno ao campo. O autor acredita que o passado incorporado, mais o contexto presente da ação, são responsáveis pelas práticas dos sujeitos no presente. A proposta de Lahire é dar conta do passado do ator sem negligenciá-lo e ao mesmo tempo sem deixar de considerar as singularidades do presente, de modo que se evite qualquer unicidade, homogeneidade e confusão entre passado e presente como um só. Para o autor francês, as práticas dos atores podem ser compreendidas pela profusão de processos de *socialização* (escolas, família, trabalho) que encontram suas distinções corporais, emocionais e mentais através de um *estoque de disposições* (hábitos, tendências, competências etc.) de diversos tipos. Essas *disposições* podem ser ativadas ou suspensas em determinado contexto de ação (situações de interação, espaços sociais etc.). Dessa forma, a articulação entre passado (incorporado) e presente (contextual) é suficiente, segundo Lahire (2002), para explicar por que os atores agem do jeito que agem, pensam como pensam, em última consequência, sejam quem são. Os sujeitos que estão vivenciando o deslocamento entre o campo e a cidade vivem situações que os possibilitam reunir certo estoque de experiências (*disposições*). Assim, entendemos a ação desses sujeitos de voltar para o campo, como produto da *pluralidade constituinte* de um sujeito que passou por diferentes experiências em outro *espaço social* que

---

<sup>121</sup> O bairro Santos Dumont é próximo ao Presídio Baldomero Cavalcante. E tal proximidade faz com que, quando ocorram fugas, a polícia saia à procura dos fugitivos nos bairros próximos, com o helicóptero voando baixo. Isso assusta e incomoda moradores, às vezes pelas luzes fortes, o barulho ou a própria situação em si.

não o seu de origem<sup>122</sup>. No momento da tomada de decisão de retornar ao campo por intermédio da luta pela terra, ocorre uma articulação entre seu passado (a memória e o sentimento de pertencimento ao campo) junto ao presente (os conflitos em torno da sobrevivência na cidade), levando a aceitar o convite ao deslocamento que marca a volta para o campo.

A partir das pistas de Michael Pollak (1989), entendemos esse fenômeno como uma *irrupção* de *ressentimentos* acumulados no tempo e de uma *memória da dominação* e de sofrimentos que jamais se exprimiram na esfera pública. Antes havia o silêncio sobre o passado, junto das dificuldades enfrentadas nas cidades, as lembranças traumatizantes do processo de expropriação do campo. Agora, longe de conduzir as experiências traumáticas ao esquecimento, a resistência surge através do compartilhamento de sua memória, que passa a ser coletiva quando encontra a de todos os outros que compõem os movimentos sociais.

Para poder relatar seus sofrimentos a pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma *escuta* (POLLAK, 1989). Em seu contato com os movimentos sociais, os sujeitos excluídos do campo encontram efetivamente uma *escuta*. Na citação a seguir, Pollak (1989) fala do passado como instrumento capaz de reforçar o sentimento de pertencimento. Para ele, a

memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irreduzíveis (POLLAK, 1989).

Esse retorno passa a ser uma *re-volta* para o campo, quando os sujeitos, em processo de vivência e formação política, são orientados por novas disposições que os direcionam para uma nova percepção em relação à política de suas vidas. As sociabilidades nos espaços de luta pela terra, dessa forma, seriam responsáveis pela formação de uma *identidade sem terra* que perpassa a resignificação de sua condição como pessoa oriunda “do campo”. É o que veremos com detalhes no tópico seguinte.

---

<sup>122</sup> Para que se evite essencialismos, a dimensão da palavra origem aqui requisitada diz respeito a memória boa do lugar e à identificação ao modo de vida, e não a fato da pessoa ser “oriunda” desse ou daquele lugar.

### 3.2 “A conversa com a bandeira”: sociabilidade e formação política



Foto: Gustavo Marinho/MST.

No capítulo anterior, quando destacamos a trajetória de Fernando, relatamos seu estranhamento ao chegar ao acampamento para tentar se inserir nele. Após questionar quem era o chefe do local, se deparou com um *sem terra* falando que o chefe era a bandeira do movimento que tremulava no teto de uma casa (que fica na entrada do acampamento). Não entendendo a resposta, Fernando pergunta a si mesmo, em um tom de ironia, como então conversar com uma bandeira. Na parte anterior do texto, sinalizamos o acontecimento dessa “conversa” a partir da vivência de Fernando no *trabalho de base*. Aqui iremos destrinchar como ele e os demais interlocutores tiveram essa “conversa com a bandeira”, o que interpretamos como o processo de ressignificação da categoria *sem terra*. A partir do qual as pessoas passam a se identificarem como agentes políticos no que entendemos como uma *revolta* para o campo. Com isso, queremos destacar que essa politização de ideias vem com o próprio movimento de resistência (a entrada e vivência nos espaços de luta por terra). Para uma maior provocação de reflexão no leitor, observemos os trechos de entrevistas a seguir. Nossos interlocutores relataram a mudança de percepção do papel dos movimentos sociais rurais no país através de sua imersão nos espaços de acampamentos, marchas, vigílias, ocupações, cursos e reuniões.

A ocupação é uma das forças principais do movimento, principalmente nessa conjuntura política que a gente tá, **quando a gente faz uma ocupação a gente mostra que a gente tá vivo, que a gente tá de pé, que a gente tá lutando por algo melhor. E isso é uma coisa que eu não entendia, eu mesmo via sem**



**terra como bagunceiro, como bandido.** Eu lembro quando eu estudava em Junqueiro, ensino fundamental ainda, vinha uma marcha do MST que vinha de Delmiro pra Maceió, e ia passar por Junqueiro, e no dia que passou em Junqueiro não houve aula porque os sem terra iriam passar em Junqueiro, o povo com medo, a prefeitura fechou as escolas, com medo dos sem terra chegar e bagunçar, entendeu? Então nisso, na gente que não tem o conhecimento, fica achando que o sem terra é vagabundo, que não presta. Quando na verdade, eu agora que estou dentro, sei da lógica, sei o que é verdade, que sei o que é um movimento social, eu sei o que é o MST, sei o que é a luta pela terra, na verdade. Fazer essas ocupações né, porque fazer essas marchas. (Entrevista concedida por **Fernando**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019 – grifos nossos).

**Olha, eu comecei a conhecer o MST a partir desses quatro anos aqui. Pra mim é uma questão de sobrevivência** né, o pessoal tudo legal e a gente tem uma luta a cumprir, uma luta que tem uma disciplina. Como eu disse, **eu não sabia nada antes de fazer parte**, e hoje estou aqui, vim parar aqui, o pessoal do MST muito agradável, acolhedor, e tem as tarefas né, que faz parte do dia a dia né, tem os problemas também [risos] mas isso aí, o ser humano tem problema né, todo canto. Não adianta a gente querer tirar o problema do ser humano que quando a gente tirar acaba se criando outro né. (Entrevista concedida por **Cláudio** acampamento Eldorado dos Carajás, 2019 – grifos nossos).

Ao ingressar e participar das ações estabelecidas no movimento social, nossos interlocutores saíram da situação de *subalternidade* relacionada aos conflitos que experimentaram com o deslocamento campo-cidade-campo. A expressão de que passaram a compreender que a luta pela terra “*é uma questão de sobrevivência*”, “*fazer uma ocupação mostra que a gente tá vivo, que a gente tá de pé, que a gente tá lutando por algo melhor*”, ajuda ao leitor entender a importância da “conversa com a bandeira” na percepção dos sujeitos em seu processo de construção de um agir político.

Claudio falou que a luta pela terra exige disciplina, Fernando falou do entendimento da relevância das ocupações e marchas. O que o leitor pode estar se perguntando é se houve e como ocorreu estranhamentos nesse processo de cumprimentos das tarefas<sup>123</sup> delegadas pelos movimentos sociais. Quando perguntado sobre essa questão, Fernando conta que nunca tinha saído de casa para ficar fora por mais de três dias e que ao entrar no acampamento Eldorado, com cerca de quinze dias de seu ingresso, tinha uma tarefa externa a ser realizada. Foi um ato

---

<sup>123</sup> O não cumprimento das tarefas e disciplina é fator para o egresso das pessoas no movimento. Essa saída pode tanto vir através da coordenação ou pela própria vontade do sujeito. Em uma das minhas idas a campo, acompanhei o comunicado da expulsão de um homem do MLST em uma reunião da coordenação do acampamento Fazenda Sede, em Murici. Na ocasião a liderança do movimento argumentou que as chances dadas ao sujeito haviam sido esgotadas. Ele não respeitava o horário de silêncio do espaço, sempre com o som muito alto, incomodando assim os vizinhos. E o mais grave, a partir da leitura não só dos líderes como também dos sem terras, ele chegou a bater na companheira. Foi discutido que o homem não queria saber dos cumprimentos das regras e não aceitava a interferência da organização no seu relacionamento. Em outra linha, tem os que abandonam por conta própria a luta por terra. Fernando chegou a contar que é comum a desistência daqueles que são oriundos das cidades: “Chegam no acampamento, lidam na maioria das vezes com uma terra bastante judiada pela monocultura da cana, e não conseguem rapidamente prepararem a terra para o plantio.” Meu interlocutor falou que o movimento tenta ajudar a conduzir esse processo orientando que se deve ter paciência, mas muitos não escutam e desistem.

em Maceió: “Em memória e justiça por Jaelson Melquíades”. Ele diz ter estranhado a dormida na praça Sinimbu, e a insegurança devido aos insultos que ouviu de algumas pessoas com a chegada da marcha na cidade:

Chegando lá, o pessoal deram as orientações, na época quem era os coordenadores né, orientações de levar o kit militante, tudo, aí eu não tinha quase nada. Barraca, colchonete eu não tinha, aí levei dois lençóis, levo um pra dormir em cima e outro eu me enrolo. Aí quando chego lá aquele monte de lona preta esticada na praça Sinimbu, aquele acampamento... Aí disse: Rapaz, eu o que eu tô fazendo aqui... [risos] Como eu vou dormir aqui na praça? Nisso, a gente saiu pra andar, fazer a marcha lá, o ato logo cedo, aí quando passava na rua tinha uns apoiando, outros xingando, aí começou dar aquele medo sabe, aí quando foi à noite eu não consegui dormir, eu via aquele monte de gente deitado em baixo da lona, eu pensava em como ia dormir, aí fiquei à noite todinha acordado. Aí nisso eu sei que amanheci o dia, aí quando amanheceu o dia o sono bateu. Aí tinha uma menina, que eu tinha mais uma intimidadezinha, ela tinha levado um colchão. Me deitei no colchão da menina e o povo já tava tudo se levantando, o povo já tava acordado aí eu disse: vou me deitar um pouquinho. Quando eu tinha percebido, o pessoal já tinha saído em marcha novamente, já tinha tomado café e saído quando eu acordei, e eu lá... Rapaz o pessoal dorme aqui tão sossegado e eu com medo de quê? Aí fui na cozinha, peguei um pouco de comida e arrochei, pisei atrás, o pessoal já tava longe já e eu fui. Tirei o boné da cabeça né, saí sozinho né atrás, aí saí pelas calçadas, quando deu uma meia hora boa acompanhei o povo [risos] aí nisso já parou mais meu medo. Aí nisso, à noite eu já enturmei mais com o povo, com o pessoal, aí logo cedo eu forrei meu colchão lá, o lençol [risos], e agarrei no sono, não tinha dormido bem mesmo, aí sosseguei. [risos](Entrevista concedida por **Fernando**, acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Fernando nessa ida para Maceió, viveu uma situação pela qual só tinha participado como espectador. Antes, via as marchas passando por Junqueiro, e com isso vinham as orientações de não chegar perto porque “os *sem terra* são tudo vagabundo”. Na ocasião da marcha em Maceió, ele mesmo era um dos *sem terra* sendo xingado por algumas pessoas que passavam perto. Alguns meses depois da primeira viagem ele recebe uma nova convocação para viagem a Maceió. Um ato em 01 de maio, dia do trabalhador. Em seguida ao ato, estendeu sua estadia na cidade por 12 dias a convite do MST para participar de um curso de formação política. Fernando relatou que depois dessas vivências “engatou de vez” nas tarefas dadas pelo movimento.

Também fazendo parte das atividades no período que marca o combate à impunidade e violência no campo, Odete, assim como Fernando teve sua primeira imersão em uma ação fora do acampamento. A viagem se deu para o município de Branquinha, onde foi com o objetivo de participar de uma missa em memória dos mortos na luta pela terra. Segundo ela, a vigília foi sofrida, mas depois disse ter gostado da experiência. No trecho a seguir a *sem terra* contou-nos as complicações em torno dessa atividade.

A primeira viagem que sofri mais um pouquinho, foi a primeira viagem que eu fiz quando cheguei aqui, foi em Branquinha, ali encostado com Murici. Sabe onde é Branquinha? A gente foi pra ali, pra andar numa Romaria da Terra, a gente saiu de casa, aqui, nessa hora, cheguemo em Branquinha e esperemos que o padre rezasse uma missa, de uns que mataram por ali também, , tá com muito tempo que mataram ele, era no tempo que matava muito militante né. Aí a gente foi esperar que o padre celebrasse a missa meia noite e depois a gente foi andar a cidade todinha, com fome e arrastando a cruz nas costas, e nós acompanhando aquela romaria, romaria da terra. Aí essa viagem a gente cansou muito, andemo a noite todinha, aí quando a gente parou, pro acampamento da Laginha não tinha carro, aí depois veio um baú<sup>124</sup>, e o acampamento era perto né, e o homem botou a gente empianho<sup>125</sup> no baú, e quando a gente menos viu ele fechou o baú, Isso era umas 5h da manhã, “eita meu deus, vamos morrer tudinho aqui nesse baú”, “eita meu deus, tomara que já chegue”, “vamo fica sem fôlego”. Aí ele disse que fechou porque tinha estrada de barro, mas não tinha estrada de barro. Aí quando passou mais ou menos uma hora aí a gente chegou no acampamento, aí quando passou um dia a gente voltou de novo. Mas mesmo assim gostei. Foi tanto medo de morrer, mas gostei da viagem. [risos] (Entrevista concedida por **Odete**, acampamento São José, 2019).

Ações como essas, fora dos espaços dos acampamentos, também funcionam como oportunidades para a construção da *identidade sem terra*. Na medida em que vivenciam condições de adversidade nessas atividades, os sujeitos nutrem a esperança e a indignação. Ser um *sem terra* é estar sujeito a passar por situações como essas. Odete não se sentiu confortável com a situação no transporte. Porém, ela retorna para a mesma atividade um dia depois. Ela e os demais interlocutores relataram participar de ações onde ocorreram troca de tiros, balas de borrachas, incêndios criminosos e ameaças de morte. Chego a perguntar-lhes o porquê da insistência de participação em atividades onde o *conflito* pode ser encarado de forma mais direta, materializado em situações de iminente risco à integridade física. Uns, já mais maduros com relação ao trabalho de base, dizem que são ações de mobilização e resistência na luta. E outros, como Dona Aparecida, dizem não saber o motivo. Ela falou que, mesmo tendo medo de, por exemplo, ajudar a fechar uma rodovia e vir policiais para “*meter bala pra cima*” vai porque “*acha bom*”:

Aí também às vezes vai três, vai cinco para fechar a pista, [risos] vai aquele monte de sem terra para fechar a pista, agora não vem só daqui mesmo não, é de um monte de lugar, aí fecha a pista, coloca um monte pneu, toca fogo, aí os carros não passam nem pra lá, nem para cá, aí quando tem a conversa, resolve pra lá e abre a estrada. [risos] [...] eu não sei dizer por que de ir, eu acho bom. Eu acho bom, já fui em monte de luta quando vão pros cantos, às vezes acampar em outros acampamentos e gente fica lá dormindo, a gente vai passa lá dois ou três dias. Para fechar a pista eu tenho medo desse negócio, a polícia vim [risos] e meter bala para cima, mas mesmo assim eu vou né [risos]. (Entrevista concedida por **Dona Aparecida**, Acampamento Galho Seco, 2016).

---

<sup>124</sup> Caminhão baú.

<sup>125</sup> Amontoado.

A fala de Fernando, de que todos encontros do MST, seja uma reunião de coletivo, uma assembleia ou um encontro estadual são uma espécie de formação política, nos ajuda a entender os graus de diferenciação da compreensão do significado da *política* entre os *sem terra*. Apesar de passarem por esses processos de formação, a maioria dos *sem terra*, como Dona Aparecida, não os nomeia dessa forma. Ao passo que Fernando, por ter acumulado várias viagens, cursos e tarefas na coordenação estadual possui um maior alinhamento com as diretrizes políticas da organização, principalmente, quando se é solicitado a falar delas. Nossos interlocutores, a partir da entrada no movimento social, passam a agir politicamente nas margens do Estado, mesmo podendo às vezes não compreenderem ou verbalizarem que estão usando a política como forma de resolução de conflitos.

Não queremos dizer que os indivíduos não pudessem ter tais considerações sem o movimento, mas é preciso ressaltar que as sociabilidades - a maioria delas, desenvolvidas pelo movimento - contribuem para que os trabalhadores rurais se identifiquem como *sem terra*. Para uma maior visualização da questão, vejamos a seguir um trecho de uma entrevista com Seu Neco. Com 62 anos de idade, carrega experiência de conflitos diretos como, presença em assassinatos de companheiros da luta e passagem em muitos cursos pelo MST. No discurso articulado por ele, o conhecimento que tem hoje é graças ao movimento. Seja sobre o cuidado com a terra ou mesmo sobre os maiores empecilhos para se ter a posse do terreno.

**Weldja:**

Por que o senhor acha que demora tanto a reforma agrária pra sair no país?

**Neco:**

Isso é fácil de responder [risos]. Porque o poder, a direita, tá com a burguesia. O movimento de reforma agrária é um movimento que é contra isso. As esquerda luta pelos trabalhador, só que não tem poder. A burguesia é quem predomina esse poder. Aí eu entro na discussão do poder popular. A população é a força, é o sofedor, é a menor. Quem está lá no castelo de ouro não vai dar nenhuma migalha pra quem está lá embaixo, quem são a classe trabalhista. Outra parte é o conhecimento, o conhecimento tem que tá em cima, nós somos raso, somos do piso, nós somos terra e eles é céu. Esse é o poder, esquerda e direita. Qual a função da mão direita?

**Weldja:**

Com a direita eu escrevo. Com a esquerda eu não consigo fazer quase nada.

**Neco:**

Pronto, agora você vai entender um pouquinho. O poder de uma não é o da outra [risos]. Por isso dificulta deles demorarem de liberarem as terras para o outro lado. Se tá na minha função, por que vou dar pra esquerda? Quando tem um governo da direita ele não defende a gente, se for da esquerda vai ajudar um pouquinho, mas quando chega no poder vai ficando pra direita. O dinheiro, capital vai transformando ele. Vai mudando. Ele vai querer comer um pouquinho do céu que é o castelo de ouro, ele quer fazer parte, e pra fazer parte ele tem que se alienar. Quando ele faz aliança com a direita ele pode ainda dizer que é

esquerda mas por dentro ele não é. [...] A gente só tem conquista através da nossa luta. A luta é dolorida, espinhosa, dói e nem todo mundo tem essa determinação pra enfrentar. Quem representa a nação alagoana é o latifúndio. Não sai daquele grupo, é o mesmo grupo até hoje, veja bem quem tá no poder. Nós quer levar o conhecimento para a sociedade. **Esse conhecimento eu tive na volta pra terra, pra o movimento. O movimento me educou**, como eu disse a você eu participei de muito curso. **O movimento me educou pra eu conhecer a terra mãe, porque a terra é uma mãe. Terra é mãe, somos raízes da terra.** (Entrevista concedida por Seu Neco, Acampamento Filhos da terra, 2017 – grifos próprios).

Entender o que Seu Neco falou é parte crucial desta pesquisa. Ele deixa claro que o conhecimento que possui atualmente é reflexo de sua volta para o campo através de movimentos sociais. É possível visualizar o sentimento da *re-volta* tanto nas palavras ditas, como no tom de voz com que as proferiu, em suas expressões faciais e em seus gestos com as mãos. Ao dizer “*As esquerda luta pelos trabalhador, só que não tem poder*”, ele falou pausadamente, me apontando os dedos como se estivesse me ensinando. E estava<sup>126</sup>. Tal percepção também foi observável quando ele me explicou metaforicamente as funções das mãos esquerda e direita. Enquanto conversávamos, ele comia, e nos momentos mais calorosos, seu punho, que segurava o prato de comida apertava o objeto, sobretudo quando ele dizia que “*A gente só tem conquista através da nossa luta. A luta é dolorida, espinhosa, dói e nem todo mundo tem essa determinação pra enfrentar*”.

Essa incorporação de uma identidade *sem terra* resulta também na ressignificação conferida às palavras. John Comerford (1999), em pesquisa desenvolvida com trabalhadores rurais organizados em sindicatos, observou a mudança de sentidos em certas palavras ditas por esses indivíduos, antes e depois da imersão na luta sindical. A palavra *luta* antes atrelada ao sofrimento da pobreza, passa a ser dita como sinônimo de associação coletiva para busca de direitos. Do mesmo modo, em nossas pesquisas pudemos perceber algumas ressignificações. Quando perguntava aos interlocutores como foi a vida deles na cidade, descreviam as situações de precariedade, desemprego, ausência de moradia própria como aspectos de *luta* nas suas trajetórias.

Como vimos no decorrer do texto, eram trabalhadores sem instrução escolar (tendo a maioria sequer completado o ensino fundamental), sem posse de terra, com dificuldades em achar terras “dos outros” para plantar, dificuldades de emprego, tendo que se submeterem a viver do trabalho assalariado temporário das usinas ou de bicos na cidade. Em entrevista com

---

<sup>126</sup>Entre outras coisas, a entrevista com seu Neco foi umas das principais fontes para o redirecionamento do problema desta pesquisa. Que vinha sendo feita desde a graduação.

Seu Zé Baixinho, é possível visualizar diferentes sentidos que a palavra *luta* tem na sua trajetória. No trecho a seguir ela é usada na descrição do trabalho infantil vivenciado, da fome passada, e remete a uma vida de sofrimento (*luta*) até chegar ao movimento.

A minha **luta** foi desde criança que eu tive... Bom, de começo, eu nunca fui em uma escola, nunca estudei, comecei a estudar com 7 anos de idade numa usina em Pernambuco, Usina Gravatá. Eu, como não podia com a foice pra cortar a cana, eu ia juntar a cana pra meu pai amarrar o oio da cana, nesse tempo só era manual. Até chegar aqui foi muita **luta**... Até em 1999 foi no canavial, na cana, nos usineiros. Sofri muito, trabalhei muito como escravo, até 10h, 11h da noite, se eu não fizesse daquela norma era cortado do meu salário, aquele dia não era contado. A **luta** foi pesada, pra chegar até aqui passei muita fome, ainda desmaiei de fome pra chegar aqui, com criança tudo de menor. (Entrevista concedida por **Zé Baixinho**, Acampamento Filhos da Terra, 2017).

Na narrativa acima, Zé Baixinho remete à *luta* seu sofrimento e a percebe como individual. A *luta* descrita foi aquela não procurada por ele, tendo que viver devido às desigualdades encontradas no campo desde a sua infância. A seguir vejamos outro sentido dado ao termo *luta*, agora com sua entrada no MST.

O movimento não só **luta** pela terra mas sim em benefício de conseguir a escola, a saúde. É o pior que existe é o estado de Alagoas pra conseguir porque os latifundiários empata. O estado vive amarrado na mão de 3 e 4 corruptos. (Entrevista concedida por **Zé Baixinho**, Acampamento Filhos da Terra, 2017).

É possível visualizar agora uma *luta* buscada pelo sujeito. Ele usou a *luta* (combate à injustiça) pela terra como recurso para o término da *luta* (situações de adversidade) que vivenciava fora dela. Neste último trecho, ressignificando a palavra, ele cita a *luta* do movimento para ganhos coletivos, onde se encaixa e é parte integrante. Se para Comerford (1999), nessas situações, o termo *luta* passa a ter um sentido distinto na medida em que ele é incorporado ao discurso sindical, para nós, podemos remeter a essa segunda acepção do termo *luta* como uma forma de posicionamento perante os conflitos. A palavra, dessa forma, tem um peso no posicionamento público dos sujeitos, em suas ações nos movimentos sociais (seja no plano jurídico ou político). Ademais, serve como estratégia de legitimação de sua tomada de decisão no retorno para o campo, na medida em que demonstra parte do processo de construção da *re-volta* na vida dos interlocutores, orientada pela busca de direitos no meio rural.

A ideia de *re-volta* aqui defendida, faz parte do processo de *ressignificação* pelo qual passaram os camponeses na volta para o campo via movimento social. Para se chegar a esta categoria, também identificamos uma outra *ressignificação* vivenciada pelos nossos interlocutores após esse retorno. Tal como ocorre com a palavra *luta*, o sentido dado ao substantivo composto *sem terra* é completamente modificado durante o processo de vivência

na luta pela terra. Como vimos no capítulo anterior, antes, os interlocutores tinham aversão aos *sem terra*, os interpretavam como “ladrões de terra” e “povo que não trabalha”. Essas perspectivas são reformuladas só após a imersão nos acampamentos, quando passam pelo processo de compreensão que ser um *sem terra* é fazer de sua luta individual instrumento para ganhos coletivos. Dessa maneira, seus conflitos alcançam maiores chances de resolução, ressignificando a categoria *sem terra*, a tornando uma afirmação identitária. Vejamos a seguir, trechos de entrevistas que conduziram a tais reflexões. Primeiro observemos as percepções anteriores antes do retorno ao campo:

Antigamente, agora melhorou mais, mas que **sem terra era ladrão**, era **vagabundo, era vândalo** [...] Achava que a gente no sem terra morria de fome, era, pá o pessoal da sociedade, a gente era morta de fome, morria de fome. **Sem terra, um monte de ladrão, nojento, morto de fome**”. (Entrevista concedida por Neide, Acampamento Fazenda Sede, 2016).

Que antes **eu destetava, falar em sem terra** era pra eu brigar, não gostava dos sem terra. (Entrevista concedida por Delmo, Acampamento Lajeiro, 2017).

Sabe o que ela falava: **sem terra é monte de ladrão!** Sabia que tinha ocupação de terra, que era onde a gente passava né. Eu, falar a verdade pra vocês, **eu só esculhambava os sem terra**, só chamava nome, só dizia coisa feia, porque todo acampamento que eu avistava só avistava mato, eu não avistava roça. Aí eu dizia: “eu não sei como esses infeliz vem tomar terra de fazendeiro e tem preguiça de trabalhar. Não tem um animal, não tem uma roça, meu Deus, assim eu não trabalhava não... (Entrevista concedida por Odete, Acampamento São José, 2019).

Nos trechos acima, ser *sem terra* é nitidamente associado a ações socialmente desqualificadas (como roubar, preguiça e vagabundagem). O termo *sem terra*, nessas circunstâncias, passa a ser inserido em falas que são denúncias ou reflexões sobre problemas de comportamentos baseados na moral daquilo que é considerado certo e errado. Por outro lado, vejamos agora a ressignificação observada na mudança de sentido dado à categoria *sem terra* a partir das relações estabelecidas no retorno para o campo, especialmente, através da sociabilidade nos espaços de luta pela reforma agrária.

Hoje pra mim os *sem terra* que vai trabalhar ele tem barriga cheia. **Sem terra é um guerreiro**, é vontade de ter a terra, é vontade e coragem de trabalhar. **Pra mim é bom ser sem terra** porque sem terra é aquele que não tem canto, terra para trabalhar, mas nós trabalhamos na agricultura, nós somos com terra, não temos a terra ainda, mas temos terra para trabalhar. Tem gente que não tem um pedacinho de terra para plantar e a gente tem. Somos barriga cheia. Na verdade, eu me sinto assim, gostaria que todos se sentissem da mesma forma, tivesse o interesse né, de chegar assim num canto, plantar, produzir, colher, né. (Entrevista concedida por Neide, Acampamento Fazenda Sede, 2016).

**Quando eu vim pro lado dos sem terra, como quem tivesse me dado uma segunda chance** e a segunda chance era pra eu voltar para o campo. Aí abracei a luta de unha e dente mesmo. **Nós sem terra é quem enfrenta as batalha**, né. Você deve saber disso, em todo canto tem isso. [...] Peguei o cheiro,

o amor da terra aí vim pra cá por causa dos *sem terra*. (Entrevista concedida por Delmo, Acampamento Lajeiro, 2017).

Porque eu cheguei aqui e gostei de viver aqui. Achei bom viver aqui. Eu achei que aqui é o lugar de eu acabar meus resto de vida, ajudar meus filhos, criar meus animal. **Eu hoje me considero uma *sem terra* e com muito orgulho.** Quando eu vim pra aqui, quando eu fiz meu barraco, que era lá em cima, aí que eu entrei na terra, que eu comecei a trabalhar, que eu via que tinha mesmo as terras plantada. Eu mesmo plantei de tudo, era muita verdura, fazia gosto... Quando eu entrava na roça: “Eita meu Deus, que alegria, alegria maior do mundo”, alegria de viver na roça, plantando. E ainda hoje, quando eu chego assim numa roça... eu tenho três tarefa de feijão lá em cima. Vocês não sabem o que é tarefa de feijão não [risos]. Tudinho florando. **Não estamos aqui roubando terra de ninguém, a gente quer terra pra trabalhar, isso é *sem terra* né.** (Entrevista concedida por Odete, Acampamento São José, 2019).

Nessas situações, o sentido da expressão *sem terra* remete a uma categoria política. Foi através da experiência do deslocamento para o campo – mediado por movimentos sociais – que ocorreu a ressignificação do termo. Dessa forma, ser *sem terra*, num segundo momento, representa a oportunidade do retorno ao campo, significa o trabalho e moradia nesse meio. E para além disso, é a disposição de *re-volta* para o campo. Como aponta Almeida (2010), ser *sem terra* passa a ser uma condição a partir da qual se constrói um lugar capaz de assumir posições políticas:

Sem terra perpassa classificações de setor produtivo e responde por todos aqueles que, em movimento, assumem posição política na qual a terra tem o sentido de libertação que não pode ser esvaziado no de posse. A resolução do sem terra não é o surgimento do com terra, pois equivaleria a afirmar que ter a propriedade define a questão: ela é habilitante e somente habilitante. Por consequência estaria definido o sem terra, como a integração a um movimento em busca de liberdade e, conseqüentemente, de reconstrução social tomando-se a questão da terra como mediação (ALMEIDA, 2010. p. 11).

Como vimos no capítulo anterior, para estas pessoas, apesar da ida para a cidade, os sentimentos e maneiras de sociabilidade aprendidas no campo permaneceram, mesmo não havendo como reproduzir muitas delas. Vejamos abaixo trechos das entrevistas com Fernando e Dona Aparecida nas quais ambos relatam a impossibilidade de plantar, criar animais e de conseguir algo para comer com um vizinho com o deslocamento para cidade:

A partir do momento que eu passei a viver na rua [cidade] e não ter dinheiro pra se manter lá, comprar as coisas de necessidade, coisas que às vezes eu tenho aqui de graça, frutas, mangas, caju, banana, jaca. Que aqui se a pessoa não tiver o pé, a pessoa come no do vizinho do mesmo jeito. Não precisa comprar. Um feijão e tudo a pessoa pode plantar. E lá tem que comprar de um a tudo e o dinheiro nunca dava porque só se a pessoa ganhasse um monte de dinheiro. (Entrevista concedida por **Fernando**, Acampamento Eldorado dos Carajás, 2019).

Quando os fazendeiros não quiseram mais os moradores velhos e botaram tudinho pra fora, aí foram embora sem ter direito a nada, né. Aí a gente foi lá para Maceió, mas não deu certo, eu não gosto de morar em rua, eu gosto de morar no interior, para trabalhar, que eu gosto é de trabalhar, e eu gosto é de ter



minhas coisas, né, crio, e na rua a gente nem cria nem planta nada, e se não tiver dinheiro para comer, não come né, passa fome, passa fome. (Entrevista concedida por **Dona Aparecida**, Acampamento Galho Seco, 2016).

Assim, com o retorno para o campo, esses indivíduos conseguem reproduzir as sociabilidades a que foram submetidos nas experiências no meio rural antes do deslocamento para a cidade. Sobrepondo isso, uma *ressignificação*, no sentido de fornecer um novo olhar, novos modos de enxergar as dinâmicas no meio rural. A partir do momento que a pessoa está inserida numa ocupação de terras, ela está vivendo e incorporando as exigências do meio. Afinal, esses indivíduos vivem, na maioria das vezes cerca de 5 a 10 anos entre ocupações e acampamentos para serem enfim assentados. Como disse uma camponesa *sem terra*, “12 anos não é 12 dias”. São anos já vivenciando novas formas de sobrevivência no campo. Dito de outra forma, não é só com o reconhecimento do Estado (terras demarcadas) que o indivíduo vivencia a formação da identidade *sem terra*. A *ressignificação*, como temos insistido, se dá a partir do processo de inserção e reconhecimento destes sujeitos na sociabilidade dos movimentos sociais. Entendemos a *ressignificação* camponesa como um processo que possibilita autonomia e independência para o homem e mulher no campo. Assim, o chamado avanço do capitalismo no cenário rural não destruiu as formas camponesas, pelo contrário, os conflitos vivenciados a partir deste contexto geriram novas formas do trabalhador e da trabalhadora rural sobreviverem no campo (MEDEIROS, 2009). O MST, por exemplo, em 34 anos ajudou na conquista de terra para mais de 350 mil famílias e na construção de 96 agroindústrias, melhorando a renda e as condições de trabalho no campo, a partir de uma lógica distinta do agronegócio. Na versão do Movimento, são mais de 2 mil escolas públicas em acampamentos e assentamentos que garantem acesso à educação a mais de 160 mil crianças e adolescentes *sem terra*. São mais de 50 mil adultos que passam pelo processo de alfabetização com o “Programa Sim, eu posso!” e ainda possuem 100 cursos de graduação em parceria com universidades pelo país.

Trajetórias como as dos camponeses entrevistados, auxiliam na tentativa de demonstrar que, em *espaços sociais* como o que encontramos na sociedade brasileira, cujo funcionamento estatal, por muitas vezes retroalimenta a desigualdade, a política não se resume à disputa de poder em espaços institucionais demarcados (Estado, eleições, políticos profissionais). É importante chamar atenção para o fato de que normatividades, estratégias e negociações permeiam as relações entre o Estado (centro) e as margens. Pensar unicamente uma via normativa, sobretudo a da normatividade estatal, é desconsiderar a agência e a racionalidade presente dos que vivem nas margens. Veena Das e Deborah Poole (2008) argumentam que a

política extrapola as bordas do Estado. Esclarecem como ações feitas nas margens (onde sujeitos em situação de *subalternidade* se encontram) descentralizam a ideia de política como existente somente no centro do Estado. O meio rural que estamos analisando, por exemplo, permite-nos pensar a constituição do Estado, de suas margens e suas fronteiras. Isso porque esse espaço pode ser percebido como uma *configuração* (ELIAS, 2006) que por muitas vezes não se enquadra nos marcos legais do Estado (ainda que em muitas circunstâncias dialogue com estes). Estando em jogo o tensionamento da legibilidade estatal sob constante ameaça e reconfiguração pelas práticas que se dão ali, mas também as condicionando.

### 3.2.1 “Voltar para a minha terra”: A territorialização da luta pela terra

Nos encaminhando para o fim do texto, cabe analisarmos uma questão cara nos deslocamentos pesquisados. Esse retorno para o campo, poderíamos analogicamente aproximá-lo da “viagem da volta” analisada por Pacheco de Oliveira (2016). Visto que, como narrado anteriormente, nessa volta, os atores sociais, imersos na luta pela terra, se apropriam do passado e da memória do meio rural como um investimento constitutivo na busca por direitos e pela reapropriação desse tempo pregresso. Não como uma volta nostálgica, pois ela não está desconectada do presente, tendo em vista como se dá esse deslocamento. É um deslocamento marcado pela *re-volta* que possibilita a construção de uma identidade a partir do acionamento da luta por terra.

O autor compreende essa “viagem da volta” como parte do processo de *territorialização* empreendido por comunidades indígenas. E que “é viagem de enunciação, auto reflexiva, da experiência de um migrante” (Pacheco de Oliveira, 2016). Nessas formas de reivindicações por território, o reconhecimento é mobilizado desde o início a partir da demanda de reconhecimento identitário (GUEDES, 2016). No que se refere à luta por terra travada por nossos interlocutores, é na *re-volta* que é despertado o reconhecimento e reivindicação da identidade *sem terra*. Como veremos adiante, esse estágio de luta da afirmação identitária, ao contrário do processo de *territorialização*, em nosso caso estudado, vem no processo de mobilização na luta pela terra.

Se por um lado interpretam a luta por território e reconhecimento de comunidades tradicionais como uma forma de resistência mais eficaz e imediata, frente a estratégias do agronegócio em comparação com a luta por terra (Almeida, 2011). Assis (2015), por outro

lado, em pesquisa desenvolvida com comunidade tradicional no Oeste do Pará, aponta para o processo de territorialização das lutas por terra:

É factível indicar que a constituição de assentamentos da reforma agrária com titulação coletiva e cláusula de inalienabilidade pode de igual maneira minimizar os impactos das frentes de acumulação. Por essa via, um morador do meio rural que não possui do ponto de vista legal nenhuma particularidade, especificidade ou atributo diferencial que o associe à qualificação de população tradicional e que tampouco se autor reconheça como tal, pode ainda assim acionar sentidos afetivos que o atam a uma terra específica, que remetem à história e a memória coletiva do grupo, que dão à ocupação da terra significações de pertencimento que lhe possibilitam insurgir-se na defesa de seu lugar específico (ASSIS, 2015).

Nesse sentido, uma característica notável nesta pesquisa, é que alguns dos interlocutores, estão vivendo hoje nas mesmas terras em que nasceram. Como veremos em trechos de entrevistas a seguir, antes como empregados do dono da terra, e hoje, lutando por ela. Em alguns desses casos, a familiaridade afetiva com as terras a serem ocupadas foram fatores importantes para a tomada de decisão de retornar ao campo. Isso poderá ser inferido nos trechos de entrevistas a seguir, onde os sujeitos relembram de sua antiga vida no campo. As lembranças, em sua maioria, trazem situações onde recordam de como fora a vida em fazendas, engenhos, sítios ou usinas. Da infância pobre, que por vezes foi assaltada pela necessidade de ir trabalhar, por exemplo, no corte de cana-de-açúcar ainda criança; e da recordação dos pais, mostrando terem orgulho de serem filhos de agricultores:

**Dona Aparecida:**

Minha lembrança forte é que eu **nasci e me criei por aqui**, [engenho] né. Nasci, me criei, casei, tive 12 filhos aqui [...]. Meus filhos; casei em baixo de um grupinho que tinha ali, meus meninos, uns batizou lá também ainda, outros foram batizados em outras casas por aqui [...]. E, e foi... [...]. Meus meninos estudaram ali também. **Porque na época que a gente era da fazenda que meu esposo trabalhava na fazenda e eu trabalhava na roça** e tomava conta das coisas e dos meninos. [...]. **É, quando tinha um pedacinho assim que não tinha cana, aí a gente roçava e plantava as coisinhas, mas ele nem queria que a gente plantasse nada, não quer não.** [...] Quando disseram: “Olha, os meninos então indo... Estão se acampando por lá nos sem terra”. Aí eu vim embora. Muita coisa, muita coisa, né [risos]. **A pessoa nasce e se cria nos cantos assim e gosta, sei lá, eu gosto muito do interior. Gosto não da cidade não, pra rua só vou assim fazer compra e vou embora [...]. Só para aqui, e tomara que dê certo, porque se não der certo aqui não vou para outro mais não. Sei lá, parece que era só para aqui mesmo. Era só para aqui mesmo, porque para outro nunca deu vontade de eu ir, outras fazendas por aí à fora nunca deu vontade de ir, só nessa daqui mesmo... Porque eu ia voltar para a minha terra, né. Voltar para a minha terra de novo** [...] Para ter alguma coisa tem que lutar né? Sem luta não tem nada (Entrevista concedida Dona Aparecida, acampamento Galho Seco, em Joaquim Gomes – grifos nossos).

**Neide:**

Morava há muito tempo aqui, meus pais morreu aqui, **eu morava aqui** [engenho] [...]. A gente morava aqui há dezoito anos, essa menina nasceu quase

aqui, foi criada aqui; meu filho nasceu na usina, mas veio trabalhar aqui, dezoito anos. [...] aí morava lá e de repente meu irmão disse: óia Neide os sem terra tão ocupando a Sede, aí **eu sempre dizia quando os sem terra ocupar a Sede, eu vou pra Sede** que ficava ali naquele morro ali mas não era aqui na fazenda, era acampado aqui que era um tipo de apoio mas era de outras fazenda. Aí eu disse quando meu irmão, meu irmão chegou lá que disse: ó tô na sede dos sem terra e eu disse: aonde? No lado de cima. Aí eu disse: então vou pra Sede. Trabalhava fichada numa firma chamada Comese em Maceió, eu fiz acordo, quatro ano carteira fichada não tinha uma falta, não tinha um atestado, não tinha uma falta eu... quando cheguei em casa eu disse: eu vou pra... morar na Sede, eu tinha marido na época, morava com um cara lá e ele disse: você vai nada e eu disse: vou e ele disse: vai nada e tu endoidou, vai trabalhar aonde? Eu disse: vou fazer acordo aí. Todo dia achava que eu não ia, que eu não vinha, aí segunda-feira fui lá e fiz acordo e vim pra qui, falei com chefe e ele disse que tem vaga aqui não e eu disse: deixa eu vim. Aí tem não, tem ali, tem ali mas **eu disse: quero aqui, aí ele: ‘mas porque você quer aqui?’ Aí eu disse: ‘aqui eu perdi meu pai, minha mãe aqui e eu consegui criar quase meus filho aqui e eu tenho um sonho de ganhar isso aqui...’** Porque a minha paixão era aqui, se aqui não der certo, não vou pra nenhum lugar mais já tô aqui faz doze anos, é doze anos não é doze dias (Entrevista concedida por Neide, acampamento Fazenda Sede, em Murici).

**Seu Delmo:**

**Olhe, realidade isso aqui no passado pertencia a família dos Braz, eu sou da família dos Braz,** agora que jeito eu não sei por que naqueles tempos trabalhava como lavrador, como arrendatário né. Eu sei é que minha família, meu pai, o pai do meu pai, esses povo tudinho foi de dentro da Utinga Leão né, ou aquela bica da carmé que foi onde meu pai nasceu, eu nasci no sítio que era do Seu Aberlado, na época, e de lá nós passamos uns tempo aqui na grotta e lá pra baixo do riachão era outros Braz que morava pra ali também, aqui na frente tinha família nossa também, era tudo espalhado. **Isso aqui se a justiça puxasse o caso do jeito que deveria reparar, isso tudo aqui pertence aos Braz e não a usina. A usina nunca mostrou nada [documento] gente...**

**Weldja:**

Seu Delmo, então é como se o senhor estivesse voltando pra seu lugar de origem...

**Seu Delmo:**

Correto...

**Weldja:**

Qual o sentimento do senhor por essa terra? O que ela significa pra o senhor?

**Seu Delmo:**

Homem... Olhe, eu posso dizer que nasci de novo. **Eu sem esse pedacinho de terra aqui acho que não sei viver mais não. Olhe, esse pedacinho de terra aqui já me dediquei muito, até muito antes desses problemas de envolver sem terra eu já imaginava, sonhava em ganhar esses dinheiro grande, mega, quina já, pra eu comprar essa terra. Ter meu nome.**

**Weldja:**

Essa aqui?

**Seu Delmo:**

É, esse Lajeiro, já sonhava comprando né. **Aí quando surgiu essa oportunidade eu me sinto realizado, gente, realizado. E eu digo pra vocês que eu nasci de novo, eu tô voltando.** Apesar de eu tempo passar e eu ficar

mais velho, eu digo que fico mais novo. [risos] Era tudo que eu queria, sempre pedi a Deus um pedaço de terra pra eu plantar, não interessava o tamanho que fosse, era pra dar pra plantar e viver em paz. Aí esse aqui pra mim é suficiente. Sempre digo aos companheiros que daqui não saio daqui ninguém me tira, daqui só saí se for no cemitério. **E se for me levarem, porque por mim ficaria aqui mesmo, me enterrava na minha terra** porque pelo menos eu tô vendo quem vai e quem vem, e lá no cemitério eu não estou vendo nada. (Entrevista concedida por Seu Delmo, Acampamento Lajeiro, 2017).

Pode-se sugerir, portanto, que o enfrentamento levado a cabo pelos *sem terra* não está desvinculado dos aspectos culturais de pertencimento ao seu lugar de origem (ASSIS, 2015). Essas pessoas em suas estadias nas cidades já tinham ouvido de outras ocupações empreendidas pelos *sem terra*, mas como percebido nas narrativas, esses queriam voltar somente para o lugar onde nasceram ou viveram boa parte de suas vidas. Não é qualquer terra, é a “sua terra”. A narrativa de senso de pertencimento em um determinado lugar, formulada por Pacheco de Oliveira (2016),

É uma poderosa conexão entre o sentimento de pertencimento étnico e um lugar de origem específico, onde o indivíduo e seus componentes mágicos se unem e identificam com a própria terra, passando a integrar um destino comum. A relação entre a pessoa e o grupo étnico seria mediada pelo território e a sua representação poderia remeter não só a uma recuperação mais primária da memória, mas também às imagens mais expressivas da *autoctonia* (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016).

Salvo as proporções de não estarmos pesquisando um grupo étnico, podemos fazer o exercício de enxergar a identidade *sem terra* em nossos interlocutores sendo reconhecida, na medida em que a memória se configura como uma arma poderosa capaz de impulsioná-los a buscarem o reconhecimento de direitos antes não percebidos. Representando desse modo, a possibilidade de voltar para o lugar de onde foram expropriados outrora. Essas pessoas viveram parte de suas vidas inseridas nas dinâmicas de sociabilidade e trabalho na agricultura. Se fizermos o exercício de pensar analiticamente a etimologia do termo agricultura, veremos que (*Agri*) diz respeito ao caráter econômico da prática, e (*cultura*) como os *ethos* sociais incorporados. A expulsão do campo subtrai esses *habitus*, e a *re/volta* se apresenta como a possibilidade de reprodução desses costumes, a lida com a terra.

A afirmação identitária é acionada através do reconhecimento de direitos. Desse modo, essa pode ser significada como resistência à expropriação territorial representada por projetos de exploração econômica no campo, ao mesmo tempo em que o território é apresentado como garantidor da reprodução cultural (ASSIS, LAGES, 2015). Assim, o passado junto às conversações com os movimentos sociais são instrumentos que auxiliam o indivíduo a ressignificar sua condição como sujeito do campo, fazendo dessa forma, o

movimento de construção da identidade *sem terra*. Essa afirmação identitária, na argumentação dos autores acima, também pode ser entendida

[...] Para além de um enfrentamento contra a expropriação material, representada pela usurpação das riquezas naturais, há um digladio para manter de pé e fazer perpetuar no lugar e no tempo certas formas diferenciais de se pensar, apropriar e significar o meio ambiente, que por sua vez está umbilicalmente conectada às práticas culturais (ASSIS, LAGES, 2015).

Esse caminho da volta passa então a representar uma reparação de danos sofridos nos deslocamentos campo-cidade-campo. Nas trilhas de Rancière (2006), o reconhecimento da existência do dano pode chegar a produzir busca por igualdade. Pensar o dano não em uma gramática de vitimização e sim na identificação dele para entrada no jogo político. A subjetivação do dano pode promover sua politização, isto é, a luta daqueles sem parte pela parte que lhes cabe. Desse modo, os camponeses entram na luta pela terra a partir do reconhecimento do dano material e imaterial sofrido. A luta dos sem parte pela parte que lhes cabe, dependem em alguma medida do sujeito após reconhecer o dano sofrido, passar a percebê-lo também na vida de outros. Assim, compreendemos que ao entrar em um movimento social, nossos interlocutores passam a anunciar seus danos em coletividade (através de suas participações nos espaços de luta por terra). Nesse processo de compartilhamento, passam a enxergar o conflito vivido como ferramenta de busca pela reparação dos danos sofridos. Tais conjecturas ficam mais bem expressas nas seguintes narrativas:

A gente faz reunião, tem assembleia toda primeira segunda-feira do mês. A gente debate o certo e o errado. **Debate os nossos problemas da vida, que acaba sendo de todos nós, né. É uma família que a gente não conhecia e passou a conhecer dentro da luta, pela luta.** (Entrevista concedida por Seu Delmo, Acampamento Lajeiro, 2017 – grifos nossos).

O que mais me marcou na volta pra terra foi o sofrimento na minha infância, sem pai e sem mãe, tive que trabalhar, assumir uma casa com 12 anos de idade. **Eu já tinha um patamar de vida diferente mas quando eu vi o povo na terra eu me lembrei de mim, da minha vida.** Eu disse: eu vou pra cá pra ver se foi o mesmo jeitinho que eu fui criado, vi que não era. **Eu me lembrei desse povo, quero ajudar o povo pra não passar o que eu passei. E juntos, todo mundo junto as coisas são diferentes, a gente consegue se juntando né.** Compro o que quero, como o que quero e o resto a gente também consegue da terra. Primeiro é Deus, segundo é a terra e o resto a gente consegue tudo nela. (Entrevista concedida por Seu Neco, Filhos da Terra, 2017 – grifos nossos).

E quando cheguei aqui eu disse: ah, isso aqui eu vou lutar, vou conseguir. Rondei por esse mundo, percorri chão mas não consegui nada. Então assim, eu te digo assim: que eu fui adotada por uma família. **Cada dia que eu me levanto me dá mais garra pra eu continuar aqui porque a minha luta é a deles, e te digo que se eu desistir disso aqui hoje, do lajeiro, da Liga dos Camponeses... eu desisti do meu sonho, da minha vida. Essa família que eu tenho aqui é grande... Eu não seria ninguém hoje sem eles. A nossa luta é pra todo**

**mundo, e com ela a gente vai conseguindo as coisas.** Cada dia que passa eu aprendo muito com eles, cada dia que passa. **O que eu sou hoje, o que eu tenho aprendi com eles. Inclusive assim de lutar pelo o que tenho,** com a pressão aí do usineiro, qualquer hora aí, de ano e ano a gente se surpreende com aquela opressão em cima de nós, ordem de despejo e tudo e a gente vai em frente. Sempre que eu cheguei aqui bati de frente, de cara. Então hoje eu te digo assim: que eu tenho saúde, paz, vivo num paraíso, apesar de muitas coisas que falta assim... Eu tenho sossego, tenho minha macaxeira de onde tirar, então isso pra mim, menina... é meu paraíso, meu pedaço de mundo. (Entrevista concedida por **Dona Terezinha**, Acampamento Lajeiro, 2017 – grifos nossos).

Dessa maneira, os conflitos vivenciados nos deslocamentos aparecem como catalisadores da mobilização coletiva e política. Onde os sofrimentos sentidos se tornam chaves no engendramento de processos emancipatórios através dos quais os danos são usados positivamente como uma arte que politiza a diferença (Rancière, 2007). A *re-volta* para o campo, dessa maneira, é fruto de uma via de mão dupla. Pois se tem a memória do campo (anterior a volta) mais a formação política (posterior ao regresso) como componentes cruciais para o processo de formação da identidade *sem terra*. É com o resgate da vivência na “minha terra” junto ao conhecimento da importância de lutas coletivas no curso da conquista de direitos que caminham esses sujeitos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa propôs compreender o processo de ressignificação da *condição camponesa* protagonizado pelos atores sociais que vivenciaram o deslocamento *campo-cidade-campo* em Alagoas. Para tanto, como vimos, delimitamos três frentes de investigação das quais resultaram os capítulos desta dissertação. Em uma primeira frente nos debruçamos nos transcurso que desencadearam os deslocamentos compulsórios entre as décadas de 1980 e 1990. No segundo momento nos dedicamos à análise de trajetórias de vidas, a fim de compreendermos as dinâmicas e relações sociais nos espaços percorridos pelos sujeitos da mobilidade. E por fim, discutimos o que aqui chamamos de *re-volta* para o campo vinculada ao desenvolvimento de uma identidade *sem terra*. Nestas considerações finais, gostaríamos de ressaltar, como encontramos força argumentativa nas principais hipóteses que fomentaram a pesquisa, e de como o amadurecimento no processo de reflexão sobre o objeto culminou em interessantes questões que futuramente possam ser levadas adiante.

Ressaltamos, primeiramente, a importância que foi dada à hipótese do conflito e da memória como componentes cruciais em todas as situações de deslocamento vivenciadas pelos camponeses. Estas categorias perpassaram todo o trabalho: do deslocamento para a cidade até o retorno para o campo. Os conflitos enfrentados na cidade, junto da preservação da memória sobre a vida no campo foram dados imprescindíveis na interpretação do processo da volta para o meio rural mediada por movimentos sociais, e, portanto, para a construção da identidade *sem terra* na *re-volta*.

O esforço de compreender a percepção dos indivíduos envolvidos nas atividades dos movimentos sociais, quando se investe na ideia de que a luta se faz necessária por eles “serem sujeitos de direitos”, nos leva a pensar os limites de produção e (re) produção da própria vida. Ao acionar o poder público, para pleitear o reconhecimento de direitos, o camponês pode não necessariamente nomear sua prática como crítica ao modelo desenvolvimentista hegemônico na agricultura brasileira, porém a enunciação de seus modos de vida e a exposição dos *danos* na arena pública tencionam a monocultura, pensada não apenas como a produção de um único produto agrícola, mas de uma única (agri)cultura possível. Os expropriados da terra, que hoje mobilizam ideias como *pertencimento* ou *combate às desigualdades* para o reconhecimento de direitos perante o Estado, o fazem pleiteando a redistribuição de terras, lutando, assim, contra os latifúndios do *agrobusiness*. Em outras palavras, a resistência e existência de



camponeses no país é ao mesmo tempo uma das maiores contradições e enfrentamento do modelo produtivo em questão.

A percepção dos usos da identidade *sem terra* levada a cabo pelos atores sociais desta pesquisa, foi algo que desencadeou na curiosidade sobre uma maior dedicação do MST sobre o debate identitário. O trabalho, acabou não alcançando a seara do processo de mobilização dos movimentos sociais rurais em torno deste tema, devido à prioridade dada às trajetórias de vida dos interlocutores. Os percursos da pesquisa demonstraram também a importância de se ater ao modo como as organizações vêm acionando categorias identitárias na construção de suas lutas. A partir da breve aproximação com esse debate, podemos apontar tais ações como instrumento de maior legitimação das lutas empreendidas pelo movimento com setores mais amplos da sociedade nacional, bem como desenvolvimento de uma estratégia para evitar evasões de certos agrupamentos da luta pela terra. Até pouco tempo atrás, por exemplo, no MST não existiam oficialmente coletivos como “Mulheres Sem Terra”, “LGBT Sem Terra”, “Negros e Negras Sem Terras”. Esses investimentos, bem como conversas informais com lideranças do MST, que apontavam para a preocupação com a permanência de jovens nos assentamentos e sua integração às atividades do movimento, podem ser sinalizadores do cuidado da organização em evitar deslocamentos campo-cidade em espaços de luta por terra, e uma maneira de tornar a identidade *sem terra* uma categoria política plural e dinâmica.

O trabalho de campo também teve como desdobramento a necessidade de rever o enquadramento interpretativo destinado aos movimentos do campo, que lhes percebem como um fenômeno estritamente voltado ao espaço rural e à luta pela terra. Tivemos contato com uma série de expectativas, especulações e análises conjunturais a respeito das desigualdades e do cenário político no país realizadas por esses movimentos. Em uma das reuniões da coordenação estadual do MST, por exemplo, discutiu-se, em parceria com organizações que fazem parte do setor produtivo da cultura em Alagoas, processos que poderiam ser desenvolvidos no estado para fazerem o chamado *trabalho de base* nas periferias. A novidade não está no fato das ligações entre movimentos sociais e coletivos culturais em periferias maceioenses, mas no protagonismo de um movimento social rural em sua construção. Nesse sentido, começamos a pensar investimentos futuros em pesquisas sobre as relações do MST na construção do que chamamos aqui de novas configurações sociais e identidades políticas para o movimento.

A pesquisa também demonstrou que evitar fronteiras rígidas que limitam as designações do que é ser camponês, ou do que é campo e do que é cidade, é condição crucial

para o distanciamento de análises essencialistas e generalistas. Uma vez que, traçar percepções estáticas sobre tais categorias pode culminar, por um lado na dificuldade de compreensão dos fenômenos contemporâneos, que cada vez mais interligam tais espaços, por outro na dispersão de virtuais articulações e mobilizações entre grupos heterogêneos de populações subalternizadas. Deixando assim de se considerar relações e dinâmicas plurais nos espaços que são diferentes em um grupo, mas que não deixam de ter similaridades, negociações e consentimentos diante de outros grupos, por exemplo, em uma reivindicação como a luta pela terra.

Os resultados também evidenciam o problema da manutenção das famílias camponesas nos espaços de luta pela terra, denunciados pelo movimento. Voltar para o campo através de movimentos sociais não encerra definitivamente a possibilidade de conflitos e dificuldades relacionados ao trabalho com a terra. No trabalho de campo, por exemplo, percebemos as dificuldades que assentados vivenciam para permanecerem na luta como produtores de alimentos fundamentais não só para sua subsistência, mas para parte significativa da sociedade. O problema da permanência nos espaços foi destacado, em alguns momentos, pelos assentados e lideranças dos movimentos. Foram pontuados empecilhos, por exemplo, que os camponeses têm para escoar sua produção para as feiras das cidades vizinhas; o difícil acesso aos assentamentos e acampamentos devido a não existência de estradas pavimentadas que dão acesso a esses locais; ou que em períodos de chuva as famílias *sem terra* ficam ilhadas, às vezes por semanas, por não terem via de acesso adequada.

Algo que é contraditório, pois a partir do momento em que as famílias são assentadas, espera-se que elas recebam no mínimo o crédito fundiário, acesso à escola, posto de saúde e estrada para escoar a produção que vai para comercialização na cidade. Condições que não presenciamos em nossas visitas a espaços de reforma agrária em Alagoas. Assentamentos que existem há mais de 10 anos, por exemplo, não possuem em suas estruturas, canais de acesso a aparelhos públicos de bens e serviços. Os movimentos sociais denunciam que o Estado não vem promovendo políticas de reforma agrária e sim políticas de assentamentos. Concedendo os hectares de terra, mas não oferecendo condições efetivas de permanência nela. O que nos leva a tencionar os limites da produção da cidadania e de distribuição de direitos às parcelas significativas de brasileiros pelo Estado nacional, em contrapartida às expectativas e projeções de uma maior integração da sociedade nacional contemporânea.

## REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, Henri. **Cartografia Social, Terra e Território**. Termo referência de projeto. IPPUR/UFRJ, 2011.

ALBUQUERQUE, Cícero Ferreira de. **Migração Camponesa**: dominação e resistência ao capital. R. Pol. Públ., São Luís, Número Especial, p. 453-458, julho de 2014.

\_\_\_\_\_. **Em nome da liberdade**: o esgotamento do sistema de moradia e o aumento do poder de barganha de voto em Atalaia no período de 1988 a 2000. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2003.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. **A formação histórica de Alagoas (I)**: Rotas de acumulação do açúcar. – Maceió: EDUFAL: Imprensa Oficial Graciliano Ramos, 2018.

ALMEIDA, Manoel. **Memórias de um homem comum**. Maceió: Instituto Arnon de Melo, 1992.

ARCHER, M. S. *Habitus*, Reflexividade e Realismo. **DADOS –Rev. de Ci. Soc.**, Rio de Janeiro, vol. 54, nº 1, 2011, p. 157-206.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. LAGES, Anabelle Santos. Há diferenças que fazem diferença? Lutas identitárias e conflitos ambientais nas dinâmicas de expansão capitalista da Amazônia. **Ciências Sociais Unisinos**. 51 (1): 61-71, janeiro/abril 2015.

ASSIS, Wendell Ficher. No princípio era terra: A territorialização das lutas agrárias no contexto de expansão de expansão da acumulação capitalista na Amazônia. **Revista de Antropologia** 58(2) -2015.

BAGLI, Priscilla. Rural e urbano: harmonia e conflito. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Orgs.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre urbano e rural. 3ª ed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

BARTRA, Armando Verges. **Os novos camponeses**. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BATTAGLIOLA, F. (Org). Entre travail et famille. La construction social des trajectoires. CSU, Iresco-Cnrs, 1991.

BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales** (62/63):69-72, juin 1986.

BOURDIEU, Pierre & EAGLETON, Terry. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In. **Zizek, Slavoj. O mapa da ideologia**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1999.

CARVALHO, Cícero Péricles de. **Formação histórica de Alagoas**. – 3.ed ver e amp. – Maceió: EDUFAL, 2015. 352 p.: il.

CICOUREL, A. **Cognitive Sociology**. Language and Meaning in Social Interaction. 1972. Trad. PUF, 1979.

COMERFORD, John Cunha. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2003.

\_\_\_\_\_. Lutando: os diferentes usos da palavra *luta* entre trabalhadores rurais. In: \_\_\_\_\_. **Fazendo a luta**: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 1999.

DAS, Veena e POOLE, Debora. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. In: **Cuadernos de Antropología Social**, 2008.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. **O banguê nas alagoas**: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. 3 ed. Maceió: EDUFAL, 2006.

\_\_\_\_\_. **População e açúcar no Nordeste do Brasil**. – Maceió: EDUFAL, 2012. – 2.ed.- (Coleção nordestina; 79). 200 p.

DUBAR, Clauder. **Trajetórias sociais e formas identitária**: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Educ. Soc. Vol. 19 n.62. Campinas, 1998.

ELIAS, Norbert. Conceitos sociológicos fundamentais. In: **Escritos & Ensaio**: 1 Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano. In: AGRÁRIA, nº 01. **Espaços agrários de inclusão e exclusão social**: novas configurações do campo brasileiro. Pp. 16-36, 2004.

\_\_\_\_\_. Questão agrária: **A conflitualidade e desenvolvimento territorial**. 2004.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?**. Lua Nova, São Paulo, 70: 101-138, 2007.

FURTADO, Celso. **Dialética do desenvolvimento**. RJ, Fundo de Cultura, 1964.

GOETHE, Johann Wolfgang Von. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Penguin, 2014.

GUEDES, André Dumans. Lutas por terra e território, desterritorialização e território como forma social. Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg., Recife, V.18, N.1, p. 23-29, Jan. – Abr. 2016.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice Editora, 1990.

\_\_\_\_\_. **Les Cadres Sociaux de La Mémoire**. Paris: Éditions Albin Michel, S.A., 1994.

HEREDIA, Beatriz Alasia de. **Formas de dominação e espaço social** – A modernização da agroindústria canavieira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero; Brasília, DF: MCT/CNPq, 1989.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

IBGE. **Censo agropecuário 1996, 2006 e 2017**.

IBGE. **Censo Demográfico 1980, 1991, 2000 e 2010**.

LAHIRE, Bernard. **Homem plural**: os determinantes da ação. Petrópolis: Vozes, 2002.

LESSA, Golbery. **A questão agrária em Alagoas**. 2011. Disponível em: Disponível em: <http://pcbalagoas.blogspot.com.br/2011/08/artigo-questao-agraria-em-alagoas.html>. Acesso em: 5 de julho de 2016.

LIMA, Araken Alves de. **Evolução da agroindústria canavieira alagoana no século XX**. – Maceió: EDUFAL, 2014.

LIMA, Weldja Marques da Silva. **“Meu lugar é na roça mesmo”**: o deslocamento campo-cidade-campo entre camponeses em Alagoas. 2018. Trabalho de conclusão de curso. Instituto de Ciências Sociais – Universidade Federal de Alagoas – Maceió.

MACIEL, Pedro Nolasco. **Traços e troças** (crônica vermelha, leitura quente). 2ª ed. Maceió: Departamento de Educação e Cultura, 1964.

MARTINS, Jose de Souza. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Editora da Universidade de São paulo, 2004.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **A luta pela terra no Brasil e movimento dos trabalhadores rurais sem terra**. 2009.

\_\_\_\_\_, Leonilde Servolo de. **Dimensões políticas da violência no campo**. Tempo, Rio de Janeiro, Vol. 1, p.126-141. 1996.

MELO, Beatriz Medeiros de. **Migração, memória e território**: O trabalhador rural nordestino na Ibaté Paulista. 2008. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.

MELO, Taina Silva. A localização dos pobres nas cidades brasileiras : um estudo sobre a situação dos assentamentos humanos às margens da lagoa Mundaú em Maceió, Alagoas. 2010. 199 f. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas; Maceió, 2010.

MST. **Subsídios sobre a conjuntura agrária** – Especial para militantes da Frente de Massas. Caderno de formação nº43. São Paulo/SP. 1ª edição – abril de 2017.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: interpretações sobre o camponês e o campesinato. São Paulo: Outras Expressões, 2001.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos “índios misturados”? situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: \_\_\_\_\_. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016c.

PELOSO, Ranulfo (org.). **Trabalho de base**: Seleção de roteiros organizados pelo Cepis. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2012. 152p.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, jun. 1989. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 05 Mai. 2020.

RANCIÈRE, Jaques. **O desentendimento**. São Paulo: Editora 34, 1996.

\_\_\_\_\_. **Em los bordes del político**. Buenos Aires: Ediciones La Cebra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nas margens do político**. KKYM | Lisboa, 2014.

SACKS, A. **Lecture on conversation**. Oxford, Basil Blackwell, 1992.

SCOTT, James. **Los dominados y el arte de la resistencia**. México, Era Ediciones, 2000.

\_\_\_\_\_. Formas cotidianas da resistência camponesa. **Raízes**, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan.-jun. 2002.

SIGAUD, Lygia Maria. **Os clandestinos e os direitos** – Estudo sobre os trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SILVA, Leonilda Lima da. A política de Reforma Agrária em Alagoas entre 2003-13. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos.(org.). **Terra em Alagoas**: temas e problemas. Maceió: Edufal, 2013, p. 393-412.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **A luta pela terra**: experiência e memória. São Paulo: UNESP, 2004.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In. **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983, p. 122-134.

SINGER, Paul I. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: Interpretações sobre o camponês e o campesinato. – 1.ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2016. 362 p.

TENÓRIO, Douglas Apratto. **A metamorfose das oligarquias**. Curitiba: HD Livros Editora, 1997.

THOMPSON, E. P. **O termo ausente**: experiência. In: A miséria da teoria ou um planetário de erros. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VANDENBERGHE, Frédéric. A sociologia na escala individual. **Cadernos do Sociófilo**. Quarto caderno – 2013. p. 70 a 112.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcelos de. **Os homens-cangurus dos canaviais alagoanos**: Um estudo sobre trabalho e saúde. – Maceió: EDUFAL, 2018. 316 p. :il.

WANDERLEY, Maria de Narareth Baudel. **Um saber necessário**: os estudos rurais no Brasil. Campinas: Unicamp, 2011.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. 5. ed. – São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

\_\_\_\_\_. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (Org.). **Max Weber**: sociologia. São Paulo: Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. – São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

WOLF, Eric R. **Sociedades camponesas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.